

em que as autoridades aliadas na Alemanha Ocidental se perguntassem se ele não levaria a melhor. Nesse sentido, a Guerra Fria na Europa foi o resultado inevitável da personalidade do ditador soviético e do sistema por ele comandado.

Mas o fato é que a Alemanha estava aos pés de Stalin, como os adversários deste bem sabiam — “O problema é estarmos brincando com um fogo que não temos como apagar”, disse Marshall ao Conselho de Segurança Nacional, em 13 de fevereiro de 1948. Tudo o que a União Soviética precisava fazer era aceitar o Plano Marshall e convencer a maioria dos alemães de que Moscou agia de boa-fé ao buscar uma Alemanha neutra e independente. Em 1947, isso teria alterado radicalmente o equilíbrio de vantagens na Europa. A despeito do pensamento de Marshall, Bevin e seus conselheiros acerca de tais manobras, eles não conseguiram impedi-las. O fato de Stalin não ter percebido essas táticas não pode ser creditado ao Ocidente. Como disse Dean Acheson, em outra ocasião: “Demos sorte com os nossos oponentes.”

Em retrospecto, é um tanto quanto irônico que, depois de lutarem juntos numa guerra tremenda, cujo propósito era reduzir a força de uma Alemanha poderosa situada no coração do continente europeu, os vitoriosos se mostrassem a tal ponto incapazes de concordar a respeito de acordos no pós-guerra que pudessem coibir o colosso germânico, que acabassem por dividi-lo entre si, a fim de se beneficiarem, separadamente, da força alemã restaurada. Tinha ficado bem claro — primeiro para os britânicos, depois para os norte-americanos, mais tarde para os franceses e, finalmente, para os soviéticos — que o único meio de impedir que a Alemanha fosse o problema seria mudar os termos do debate e considerá-la a solução. Isso foi constrangedor, mas funcionou. Nas palavras de Noel Annan, oficial da inteligência britânica lotado na Alemanha ocupada, “era detestável que, para inibir o comunismo, fosse necessário se aliar a um povo que se dispusera a seguir Hitler”. Mas a maior esperança para o Ocidente era incentivar os alemães a criar um Estado democrático ocidental.

O Advento da Guerra Fria

“Imaginemos o Império Austríaco fragmentado numa série de repúblicas maiores e menores. Que bela base para a monarquia russa universal!”
František Palacký (abril de 1848)

“Os iugoslavos querem tomar a Macedônia grega. Querem a Albânia também, e até mesmo partes da Áustria e da Hungria. Isso não é razoável.
Não me agrada o modo como estão agindo.”

Josef Stalin, 1945

“Para chegar até o mar do Norte, o Exército Vermelho só precisava de botas.”

Dennis Healey

“A idéia de uma ordem europeia não é uma criação artificiosa da Alemanha, mas uma necessidade.”

Paul-Henri Spaak (abril de 1942)

“Isso é algo que, no fundo do nosso ser, estamos cientes de que não podemos fazer.”
Anthony Eden (janeiro de 1952)

“Esta guerra não é como ocorria no passado; quem ocupa um território impõe sobre ele o sistema social da força de ocupação. Todos impõem o seu próprio sistema, até onde o seu Exército chegar. Não pode ser de outro modo.” O célebre aforismo de Stalin — segundo o relato de Milovan Djilas, no livro *Conversações com Stalin* — não é tão original quanto parece. A segunda Guerra Mundial não foi, absolutamente, a primeira guerra europeia em que resultados militares determinaram sistemas sociais: as guerras religiosas do século XVI acabaram em 1555, com o advento da Paz de Augsburg, em que o princípio de *cuius regio eius religio*¹ autorizou os governantes a estabelecer em seus territórios a religião de sua preferência; e nos estágios iniciais das conquistas napoleônicas, no começo do século XIX na Europa, sucesso militar traduzia-se, prontamente, em revolução social e institucional, segundo o modelo francês.

Contudo, a posição de Stalin era clara — e foi colocada para Djilas muito antes de os comunistas tomarem o poder no Leste Europeu. Na perspectiva soviética, a guerra tinha sido

¹ Isto é, “De acordo com sua região, sua religião”. (N. do T.)

travada para derrotar a Alemanha e restaurar o domínio e a segurança da Rússia em suas fronteiras ocidentais. A despeito do que acontecesse com a Alemanha, não podia pairar qual quer incerteza na região que separava a Alemanha da Rússia. Os territórios que formavam um arco, no sentido norte-sul, desde a Finlândia até a Iugoslávia, compreendiam Estados pequenos, vulneráveis, cujos governos do período entreguerras (à exceção, até certo ponto, da Tchecoslováquia) tinham sido hostis à União Soviética. De modo especial, Polônia, Hungria e Romênia tinham sido sempre inamistosas com Moscou e desconfiadas das intenções soviéticas. A única saída aceitável para Stalin — em regiões que, por prevenção, não houvessem sido absorvidas pela URSS — era a instalação de governos que inspirassem a certeza de que jamais constituiriam uma ameaça à segurança soviética.

Mas a única maneira de garantir tal saída era alinhar o sistema político desses Estados da Europa Oriental ao da União Soviética, e foi isso, desde o começo, que Stalin quis e buscou. De um lado, tal propósito parecia ser bastante simples: as antigas elites, em países como a Romênia ou a Hungria, estavam desacreditadas, e não seria difícil removê-las, a favor de um novo começo. Em muitos locais, as forças soviéticas de ocupação foram, a princípio, recebidas como libertadoras, arautos de mudança e reforma.

✕ Por outro lado, no entanto, a União Soviética quase não exercia influência sobre assuntos domésticos dos países vizinhos, a não ser pela autoridade de sua esmagadora presença militar. Em muitos pontos da região, nos 25 anos anteriores, os comunistas tinham sido banidos da vida pública e de atividades políticas legais. Mesmo onde os partidos comunistas eram legalizados, a identificação com a Rússia e as táticas severas e sectárias impostas por Moscou pós-1927 reduziram-nos a uma condição marginal e irrelevante no cenário político da Europa Oriental. A União Soviética tornou os partidos ainda mais enfraquecidos, ao aprisionar e expurgar muitos comunistas poloneses, húngaros e iugoslavos que haviam se refugiado em Moscou; no caso polonês, a liderança do Partido Comunista no período entre as duas guerras foi quase totalmente aniquilada.

Portanto, quando Mátyás Rákosi, líder do Partido Comunista Húngaro, foi devolvido por Moscou a Bucareste, em fevereiro de 1945, só pôde contar com o apoio de 4 mil comunistas na Hungria. Na Romênia, de acordo com a líder comunista romena Ana Pauker, o partido tinha menos de mil integrantes, numa população de quase 20 milhões. A situação na Bulgária não era muito melhor: em setembro de 1944, os comunistas somavam cerca de 8 mil indivíduos. Somente nas regiões industriais da Boêmia e da Iugoslávia, onde o partido se identificava com a resistência vitoriosa, o comunismo tinha alguma base nas massas.

Sempre cauteloso e, em todo caso, mantendo relações de trabalho com as potências ocidentais, Stalin adotou uma tática já empregada durante os anos da Frente Popular, na década de 1930, e durante a Guerra Civil espanhola: o apoio à formação de governos de “Frente”, coalizões de comunistas, socialistas e outros partidos “antifascistas”, que excluiriam e puniriam os antigos regimes e seus defensores, mas que seriam prudentes e “democráticos”, refor-mistas e não revolucionários. Já no fim da guerra, ou pouco tempo depois, todos os países da Europa Oriental dispunham de um desses governos de coalizão.

Diante da contínua discórdia entre os estudiosos quanto à responsabilidade pela divisão da Europa, talvez valha a pena ressaltar que nem Stalin nem seus representantes locais ti-

eram qualquer dúvida em relação ao objetivo a longo prazo. Em regiões onde os partidos comunistas eram historicamente fracos, as coalizões constituíram o caminho para o poder; mas sempre o meio para se alcançar tal objetivo. Como Walter Ulbricht, líder comunista da Alemanha Oriental, explicou, falando em particular a seus seguidores quando, em 1945, eles prepararam preocupação com a política do partido: “É muito claro — a coisa deve parecer democrática, mas precisamos ter tudo sob o nosso controle.”

Controle, na realidade, era muito mais importante do que política. Não por acaso, em todos os governos de coalizão — “Frente pela Pátria”, “Governo de Unidade” ou “Bloco de Partidos Antifascistas” — da Europa Oriental os comunistas buscavam o controle de setores essenciais: o Ministério do Interior, que garantia ao partido autoridade sobre a polícia e as forças de segurança, bem como poderes para conceder ou sustar licenças para o funcionamento de jornais; o Ministério da Justiça, que controlava tribunais e juizes; o Ministério da Agricultura, que administrava reformas agrárias e, portanto, podia oferecer favores e comprar a adesão de milhões de camponeses. Os comunistas também se posicionavam em funções-chave nos comitês de “desnazificação”, em comissões distritais e sindicatos.

Por outro lado, na Europa Oriental, os comunistas não tinham pressa de aspirar aos cargos de presidente, primeiro-ministro ou ministro das Relações Exteriores, muitas vezes preferindo deixar-nos para seus aliados em partidos liberais, socialistas ou agrários. Essa atitude refletia a disposição inicial dos cargos governamentais no pós-guerra — com os comunistas em minoria — e tranquilizava os observadores ocidentais. As populações locais não se deixaram enganar e tomaram precauções — a filiação ao Partido Comunista Romeno subiu para 800 mil membros, em fins de 1945 —, mas, sob muitos aspectos, a estratégia comunista foi, de fato, bastante moderada. Longe de coletivizar a terra, o partido defendia a distribuição de bens entre os sem-terra. Além do confisco de propriedade “fascista”, o partido não exercia pressão em nome da nacionalização ou da propriedade estatal — nesse sentido, por certo, não exercia mais pressão (geralmente, bem menos) do que os parceiros de coalizão. E pouco se falava de “socialismo” enquanto meta.

Em 1945 e 1946, o objetivo expresso dos comunistas era “completar” as revoluções burguesas inacabadas de 1848, redistribuir a propriedade privada, garantir a igualdade e afirmar os direitos democráticos numa região da Europa na qual esses três elementos sempre foram raros. Tais objetivos eram viáveis, ao menos superficialmente, e agradavam a muita gente no leste e na Europa Ocidental, gente disposta a ver com bons olhos Stalin e seus propósitos. O apelo desses mesmos objetivos aos próprios comunistas, entretanto, diminuiu consideravelmente, conforme demonstrado em eleições locais e nacionais realizadas na Alemanha Oriental, Áustria e Hungria. Nesses países, logo ficou patente (no caso da Hungria, nas eleições municipais de Budapeste, em novembro de 1945) que, por mais bem-sucedidos ao se apresentarem em postos de influência local, os comunistas jamais conquistariam o poder público através das urnas. Apesar das vantagens inerentes à ocupação militar e ao apoio econômico, os candidatos comunistas eram sempre derrotados por representantes dos antigos partidos liberais, socialdemocratas e agrários.

O resultado foi que os partidos comunistas passaram a adotar uma estratégia de pressão velada, seguida de terrorismo e repressão. No decorrer de 1946 e também em 1947, candida-

tos concorrentes foram difamados, ameaçados, espancados, presos, julgados como “fascistas” ou “colaboracionistas” e até mesmo fuzilados. Milícias “populares” contribuíram para a criação de um clima de medo e insegurança provocado, segundo os porta-vozes comunistas, pelos seus adversários. Políticos vulneráveis e impopulares que pertencessem a outros partidos eram transformados em alvo de execração pública, e os colegas consentiam esses procedimentos escusos porque tinham a esperança de que tais medidas não se aplicariam a eles. Assim sendo, na Bulgária, já no verão de 1946, sete em cada 22 membros do Praesidium e 35 dos oitenta membros do Conselho Administrativo do Sindicato dos Agricultores tinham sido encarcerados. Era típica a acusação feita contra o jornalista Kunev, membro do Partido Agrário, de que, num de seus artigos, ele havia “chamado os integrantes do governo búlgaro de sonhadores políticos e econômicos, de maneira verdadeiramente criminoso”.

Partidos agrários, liberais e similares (geralmente hegemônicos) eram alvos fáceis, sendo tachados de fascistas ou traidores do sentimento nacional. O empecilho mais sério às ambições comunistas eram os partidos socialistas e socialdemocratas locais, que compartilhavam as ambições reformistas do próprio comunismo. Na Europa Central, não era fácil acusar socialdemocratas de “fascismo” ou colaboracionismo — os membros desses partidos tinham sido vítimas de repressão, tanto quanto os comunistas. E, até onde existia um eleitorado composto por uma classe operária industrial num Leste Europeu predominantemente rural, a aliança dessa classe era com o socialismo, não com o comunismo. Por conseguinte, já que os socialistas não seriam facilmente derrotados, os comunistas preferiram a eles se unir.

Ou melhor, optaram por fazer com que os socialistas se unissem a eles. Tratava-se de um venerável procedimento comunista. A tática inicial de Lenin, de 1918 a 1921, tinha sido rachar os Partidos Socialistas da Europa, separando a esquerda radical em novos movimentos comunistas, e denunciar os demais integrantes como reacionários e retrógrados. Porém, quando ao longo das duas décadas seguintes os partidos comunistas se viram em minoria, Moscou mudou a abordagem, e os comunistas passaram a oferecer aos partidos socialistas (geralmente mais numerosos) a perspectiva de “união” da esquerda — mas sob a égide comunista. Nas circunstâncias da Europa Oriental pós-libertação, para muitos socialistas, a proposta parecia sensata.

Mesmo na Europa Ocidental, alguns integrantes dos Partidos Socialistas da França e da Itália com tendências de esquerda foram seduzidos pelo apelo comunista, a favor de uma fusão que consolidasse o poder político. Na Europa Oriental, a pressão se mostrou, literalmente, irresistível. O processo começou na Zona Soviética da Alemanha, onde (numa reunião secreta realizada em Moscou, em fevereiro de 1946) os comunistas deliberaram a favor da fusão com seus “aliados” socialistas, bem mais numerosos. Tal fusão foi consumada dois meses mais tarde, com o nascimento do Partido de Unidade Socialista (era típico dessas fusões que o termo “comunista” fosse evitado pelo novo partido unido). Diversos ex-líderes dos socialdemocratas na Alemanha Oriental mostraram-se favoráveis à fusão e receberam cargos honorários no novo partido e, subseqüentemente, no governo da Alemanha Oriental. Socialistas que protestassem ou se opusessem ao novo partido eram denunciados, expulsos e, no mínimo, expurgados da vida pública ou exilados.

No restante do bloco soviético essas “uniões” entre comunistas e socialistas, com estruturas similares, surgiram um pouco mais tarde, no decorrer de 1948: na Romênia, em fevereiro do

segundo ano; na Hungria e na Tchecoslováquia, em junho; na Bulgária, em agosto; e na Polónia, em dezembro. Àquela altura, os partidos socialistas já haviam rachado, precisamente em função do problema das fusões, de maneira que, muito antes de desaparecerem, eles já tinham começado de constituir poderes políticos efetivos em seus respectivos países. E, a exemplo da Alemanha, antigos socialdemocratas que ficaram do lado dos comunistas foram devidamente recompensados com títulos vazios: o primeiro chefe de Estado na Hungria comunista — nomeado em 30 de julho de 1948 — foi Árpád Szakasits, ex-socialista.

No Leste Europeu, os socialdemocratas achavam-se numa posição absurda. Socialistas locais os incentivavam a se unir aos comunistas, fosse na crença inocente de que todos se beneficiariam, fosse na esperança de moderar o comportamento comunista. Ainda em 1947, partidos socialistas independentes na Europa Oriental (i.e., socialistas que se recusavam a cooperar com os camaradas comunistas) eram impedidos de ingressar em organizações sociais internacionais, sob a alegação de que tais partidos eram um impedimento à aliança de forças “progressistas”. Nesse ínterim, em seus próprios países, esses partidos eram submetidos à humilhação e violência. Mesmo depois de aceitarem a proteção comunista, sua situação pouco melhorou: em fevereiro de 1948, durante um congresso realizado para promover a “união” dos dois partidos na Romênia, a líder comunista Ana Pauker acusou os antigos colegas socialistas de praticar sabotagem sistemática, ser submissos a governos reacionários e divulgar “calúnias” anti-soviéticas.

Depois de dizimar, aprisionar ou cooptar os seus principais opositores, os comunistas saíram-se bem melhor nas eleições de 1947, e dali em diante; mas isso ocorreu também devido aos violentos ataques desferidos contra oponentes que ainda restassem, devido à intimidação nas zonas eleitorais e à contagem de votos escandalosamente fraudulenta. Seguiu-se, então, a formação de governos nos quais o Partido Comunista (ou os recém-formados “Partido do Trabalhador” ou “Partido da União”) passou a ser absolutamente dominante: parceiros de coalizão, se é que existiam, ficavam reduzidos a funções triviais, esvaziadas. Condizendo com essa transição — de coalizões de frente a monopólio comunista de poder —, a estratégia soviética, ao longo de 1948 e 1949, reverteu para uma política radical de controle por parte do Estado, coletivização, destruição da classe média e expurgo e punição de adversários reais e imaginados.

Esse relato da tomada de poder pelos soviéticos no Leste Europeu descreve um processo comum a todos os países da região. Os planos de Stalin eram, tipicamente, indiferentes a particularidades nacionais. A preferência de Stalin, ao menos até o outono de 1947, era por locais onde os comunistas esperavam conquistar o poder através de meios legais, ou pretensamente legais. E a questão era o poder, não a legalidade, motivo pelo qual, no momento em que ficou claro que o sucesso nas urnas lhes escaparia, os comunistas adotaram táticas cada vez mais confrontadoras e menos preocupadas com limitações jurídicas ou políticas, mesmo que para isso fosse necessário alienar a simpatia internacional.

No entanto, as particularidades locais eram significativas. Na Bulgária e na Romênia, a mão soviética foi mais pesada — isso porque os dois países tinham guerdado contra a URSS

e por causa da debilidade comunista local, mas acima de tudo porque, geograficamente, ambos estavam consignados à esfera soviética, desde o início. Na Bulgária, o líder comunista (e ex-secretário do Comitern) Georgi Dimitrov declarou, rispidamente, já em outubro de 1946, que qualquer indivíduo que votasse a favor da oposição anticomunista seria considerado traidor. Mesmo assim, na eleição seguinte, a oposição aos comunistas conquistou 101 dos 465 assentos no Parlamento. Mas a oposição estava condenada: o único fator que impedia o Exército Vermelho de ocupação e seus aliados locais de destruírem toda dissensão, direta e imediatamente, era a necessidade de cooperar com os Aliados na assinatura de um Tratado de Paz com a Bulgária e de conseguir que os EUA e a Grã-Bretanha reconhecessem um governo comunista na Bulgária como autoridade legítima.

Depois que os tratados de paz foram assinados, os comunistas nada ganhariam se continuassem a procrastinar, e a cronologia dos eventos é, portanto, reveladora. Em 5 de junho de 1947, o Senado dos EUA ratificou os Tratados de Paz de Paris, firmados com a Bulgária, Romênia, Hungria, Finlândia e Itália, não obstante os receios dos diplomatas norte-americanos em Sófia e Bucareste. No dia seguinte, o principal político anticomunista da Bulgária, o líder do Partido Agrário Nikola Petkov (que se recusara a seguir os Agrários mais cordatos e ingressar na Frente Nacional integrada pelos comunistas), foi detido. Seu julgamento durou de 5 a 15 de agosto. Em 15 de setembro, o Tratado de Paz da Bulgária entrou, oficialmente, em vigor, e quatro dias depois os EUA se dispuseram a oferecer reconhecimento diplomático ao governo de Sófia. Noventa e seis horas mais tarde, Petkov foi executado, a sentença tendo sido adiada até que sásse o anúncio do reconhecimento por parte dos EUA. Com a execução de Petkov, os comunistas búlgaros não tinham por que temer outros impedimentos. Conforme mais tarde observou o general soviético Biriuzov, ao discutir o apoio do Exército Vermelho aos comunistas búlgaros no combate aos partidos "burgueses": "Não tínhamos o direito de negar assistência aos esforços do povo búlgaro para esmagar aquele réptil."

Na Romênia, a posição dos comunistas era ainda mais fraca do que na Bulgária, onde ao menos havia um histórico de sentimento pró-russo, do qual o partido podia se valer.² Embora os soviéticos garantissem que a região norte da Transilvânia seria devolvida à Romênia (área que havia sido designada, sob coação, à Hungria em 1940), Stalin não tinha a menor intenção de devolver a Bessarábia ou a Bucovina, ambas incorporadas à URSS, tampouco a região sul da Dobruja, situada no sudeste da Romênia, então pertencente à Bulgária; como consequência, os comunistas romenos foram obrigados a defender grandes perdas territoriais, e durante os anos entre as duas guerras já haviam sido enfraquecidos pela reivindicação soviética da Bessarábia, então território romeno.

O que era pior, muitos dos líderes comunistas romenos sequer eram nativos da Romênia, ao menos segundo critérios tradicionais romenos. Ana Pauker era judia, Emil Bodnaru era ucraniano, Vasile Luca era de origem germano-transilvana. Outros eram húngaros ou búlgaros. Vistos como presença estrangeira, os comunistas romenos dependiam, inteiramente,

das forças soviéticas. A sobrevivência doméstica desses romenos não dependia da vitória do voto popular — objetivo jamais considerado prático —, mas da rapidez e eficiência com que eram capazes de ocupar o Estado e dividir e destruir os oponentes que integravam partidos "históricos" do centro liberal, tarefa na qual os comunistas romenos se mostraram peritos: já em março de 1948, nas eleições nacionais, a chapa do governo conquistou 405 dos 414 assentos. Na Romênia, assim como na Bulgária (ou na Albânia, onde Enver Hodxa mobilizou as comunidades sulinas de Tosk contra a resistência tribal dos Chegs, ao norte), subversão e violência não eram uma opção entre outras — eram o único meio de chegar ao poder.

Também os poloneses estavam condenados à esfera soviética depois da Segunda Guerra Mundial. Isso se devia à localização do país, em plena rota Berlim-Moscú; à história da Polónia, como antigo obstáculo para as ambições imperiais russas no Ocidente; e ao fato de que também na Polónia as perspectivas de que um governo pró-soviético surgisse espontaneamente, por escolha popular, eram mínimas. A diferença entre a Polónia e os países balcânicos, entretanto, era que a primeira tinha sido vítima de Hitler, não aliada; centenas de milhares de soldados poloneses tinham lutado com os Exércitos aliados nas frentes orientais e ocidentais; e os poloneses tinham expectativas próprias em relação ao pós-guerra.

Conforme se pôde perceber, tais expectativas não eram das piores. Os comunistas poloneses que integravam o chamado "Comitê Lublin" — criado em julho de 1944 pelas autoridades soviéticas, para contar com um governo encomendado que pudesse assumir o comando logo os soviéticos chegassem a Varsóvia — não tinham qualquer base de apoio nas massas, mas dispunham de algum apoio local, especialmente entre a juventude, e podiam apontar alguns benefícios concretos da "amizade" soviética: a efetiva garantia contra o revanchismo territorial alemão (consideração precedente à época) e uma política de troca de cidadãos por meio da qual a Polónia foi "expurgada" da minoria ucraniana que ainda restava em território polonês e indivíduos de origem polonesa que viviam no Leste Europeu foram reassentados no interior das novas fronteiras nacionais. Essas considerações permitiram aos comunistas poloneses, a despeito de sua marginalidade (muitos deles tinham origem judaica), reivindicar uma posição nas tradições políticas nacionais e nacionalistas polonesas.

Apesar disso, em termos eleitorais, também os comunistas poloneses seriam sempre minoria. Na Polónia, em dezembro de 1945, o Partido dos Camponeses, de Stanislaw Mikolajczyk, contava com cerca de 600 mil membros, dez vezes mais do que o número de ativistas no Partido dos Trabalhadores Poloneses (que se tornou Partido dos Trabalhadores Poloneses Unidos, depois do ingresso dos socialistas, em dezembro de 1948). Contudo, Mikolajczyk, primeiro-ministro do governo exilado na época da guerra, foi prejudicado, fatalmente, pela insistência do partido (tipicamente polonesa) em ser *ao mesmo tempo* antinazista e anti-soviético.

Stalin era um tanto indiferente ao sucesso do "socialismo" na Polónia, conforme revelaram eventos posteriores. Mas não era nada indiferente à tendência geral da política polonesa, especialmente da política externa polonesa. Na realidade, juntamente ao impasse germânico, tal política era para Stalin o que havia de mais importante, ao menos na Europa. Por conseguinte, o Partido dos Camponeses foi pressionado, seus seguidores foram ameaçados, os líderes, atacados, a credibilidade do partido contestada. Nas eleições legislativas polonesas realizadas em janeiro de 1947 — flagrantemente manipuladas —, o "bloco democrático"

² Os búlgaros, na verdade, tinham oscilado bastante ao longo dos anos, desde o apoio entusiástico ao germanismo até o culto ao eslavismo. Nenhum dos dois serviu bem à Bulgária. Como comentou um comandante local à época: "A Bulgária sempre escolhe a carta errada [...] e batte com ela na mesa!"

comandado pelos comunistas obteve 80% dos votos e o Partido dos Camponeses apenas 10%.³ Nove meses depois, ameaçado de morte, Mikolajczyk fugiu do país. Durante alguns anos, remanescentes do “Exército de Casa” continuaram a combater as autoridades comunistas através de guerrilha, mas a causa dos guerrilheiros estava igualmente perdida.

Na Polônia, era tão óbvio o interesse da União Soviética no tecido político do país que as ilusões dos poloneses observadas durante a guerra — antes e depois de Yalta — podem parecer quixotescas. Na Hungria, entretanto, noções tais como “o caminho húngaro para o socialismo” não eram consideradas fantasiosas. O principal interesse de Moscou na Hungria era garantir uma via segura para as tropas do Exército Vermelho, caso fosse necessário um deslocamento para o oeste, Áustria adentro (ou, mais tarde, para o sul, através da Iugoslávia). Se houvesse amplo apoio popular aos comunistas locais, os conselheiros soviéticos talvez se dispusessem a encenar a tática “democrática” durante mais tempo.

Mas também na Hungria os comunistas se mostraram bastante impopulares, mesmo em Budapeste. Apesar de ser tachado de reacionário e até de fascista, o Partido dos Pequenos Proprietários (versão húngara do Partido Agrário) obteve maioria absoluta nas eleições nacionais realizadas em novembro de 1945. Com o apoio dos socialistas (cuja líder Anna Kéthly se recusava a crer que os comunistas decaíssem a ponto de manipular eleições), os comunistas conseguiram expulsar do Parlamento alguns dos representantes dos Pequenos Proprietários e, em fevereiro de 1947, acusaram-nos de conspiração, sendo que, no caso do líder do grupo, Béla Kovács, a acusação foi de espionagem contra o Exército Vermelho (Kovács foi enviado à Sibéria, de onde retornaria em 1956). Em nova eleição, realizada em agosto de 1947, vergonhosamente fraudada pelo ministro do Interior, o comunista László Rajk, os comunistas só conseguiram garantir 22% dos votos, embora os Pequenos Proprietários ficassem reduzidos a uma cota de 15%. Nessas circunstâncias, o caminho húngaro para o socialismo convergiu rapidamente, com o dos vizinhos do Leste Europeu. Na eleição seguinte, em maio de 1949, a “Frente Popular” foi creditada com 95,6% dos votos.

Em retrospecto, é fácil perceber que depois de 1945 as esperanças relativas a uma Europa Oriental democrática foram sempre frustradas. A Europa Centro-Oriental tinha pouca tradição democrática ou liberal. No período entre as guerras, os regimes daquela região do continente tinham sido corruptos, autoritários e, em alguns casos, sanguinários. As antigas castas dominantes eram, freqüentemente, venais. A verdadeira classe governante na Europa Oriental no entreguerras foi a burocracia, recrutada junto aos mesmos grupos sociais que proviam a estrutura administrativa dos Estados comunistas. Não obstante a retórica do “socialismo”, a transição de um estágio de atraso autoritário para uma “democracia popular” comunista configurou processo rápido e fácil. Não é tão surpreendente que a História tenha dado a guinada que deu.

Além do mais, na Romênia, Polônia ou Hungria, a alternativa de uma volta aos políticos e às políticas anteriores a 1939 enfraqueceu substancialmente a causa anticomunista, ao menos

até que a força do terror soviético começasse a ser sentida, depois de 1949. Afinal, confortavelmente indulgo, com malícia, o líder comunista francês Jacques Duclos, no diário comunista *Humanité*, em 1º de julho de 1948, não era a União Soviética a maior garantia desses países, não apenas contra a volta aos tempos ruins, mas quanto à própria possibilidade de independência? Era assim mesmo que parecia a muita gente à época. Conforme observou Churchill: “Um dia os alemães haverão de querer seu território de volta, e os poloneses não conseguirão impedi-los.” A União Soviética agora havia se intitulado protetora das novas divisas da Romênia e da Polônia, sem falar das terras redistribuídas que haviam pertencido a alemães e outros povos em toda a região.

Isso era um lembrete da onipresença do Exército Vermelho (como se tal lembrança fosse necessária). Em setembro de 1944, o 37º Exército da Terceira Frente Ucraniana foi deslocado das forças que ocupavam a Romênia e posicionado na Bulgária, onde permaneceu até a assinatura dos Tratados de Paz, em 1947. As forças soviéticas ficaram na Hungria até meados dos anos 50 (e, novamente, depois de 1956), e na Romênia, até 1958. A República Democrática Alemã esteve sob ocupação militar soviética durante os quarenta anos de sua existência, e tropas soviéticas transitavam regularmente pela Polônia. A União Soviética não se via inclinada a deixar aquela região da Europa, cujo futuro se tornou intimamente ligado ao destino do vizinho gigantesco, conforme os eventos haveriam de demonstrar.

A exceção foi, evidentemente, a Tchecoslováquia. Muitos tchecos receberam os russos como libertadores. Graças a Munique, os tchecos tinham poucas ilusões acerca das potências ocidentais, e o governo de Edvard Benés, exilado em Londres, foi o único a apresentar propostas inequívocas a Moscou, muito antes de 1945. Conforme o próprio Benés expressou, em dezembro de 1943, dirigindo-se a Molotov: “No que disser respeito a questões de grande importância, [nós] [...] sempre falaremos e agiremos em conformidade com os representantes do governo soviético.” Talvez Benés não fosse tão consciente quanto o seu mentor, o falecido presidente Tomáš Masaryk, dos riscos inerentes à proteção russa ou soviética, mas também não era nenhum tolo. Praga seria afável com Moscou pelo mesmo motivo que a levava a se aproximar de Paris antes de 1938: porque a Tchecoslováquia era um país pequeno e vulnerável, situado em plena Europa Central, e precisava de um protetor.

Portanto, apesar de ser, em vários sentidos, o mais ocidentalizado dos países do “Leste” europeu — com uma cultura política historicamente pluralista, um importante setor industrial e urbano, uma próspera economia capitalista (antes da guerra) e uma política socialdemocrata ocidentalizada (depois da guerra) —, a Tchecoslováquia, após 1945, foi também a maior aliada da União Soviética na região, embora houvesse perdido o seu distrito mais oriental (a Rutênia Cárpatas), em decorrência dos “ajustes” territoriais soviéticos. Foi por isso que, de todos os primeiros-ministros do leste e do sudeste europeu exilados durante a guerra, Benés foi o único que conseguiu levar o governo de volta ao país de origem — onde, em abril de 1945, ele reestruturou o referido governo, incluindo sete comunistas e 11 ministros provenientes dos outros quatro partidos.

Os comunistas tchecos, sob a liderança de Klement Gottwald, acreditavam, sinceramente, que as chances de chegar ao poder através das urnas fossem boas. Tinham exibido um desempenho respeitável nas últimas eleições tchecas antes da guerra, somando 849 mil votos

³ Não foi a primeira vez que tropas russas armadas supervisionaram eleições cruciais na Polônia: durante a eleição parlamentar de 1772, na qual os poloneses tiveram de escolher representantes que haveriam de ratificar a divisão do país, tropas estrangeiras assumiram uma postura ameaçadora, a fim de garantir o resultado desejado.

(10% do total) em 1935. Não dependiam do Exército Vermelho, que se retirou da Tchecoslováquia em novembro de 1945 (embora em Praga, tanto quanto em outros locais, a União Soviética mantivesse marcante presença de serviços de inteligência e polícia secreta, através de sua representação diplomática). Nas eleições tchecas de maio de 1946, legítimas embora psicologicamente carregadas, o Partido Comunista obteve 40,2% dos votos nos distritos tchecos da Boêmia e da Morávia, e 31% na Eslováquia, predominantemente rural e católica. Somente o Partido Democrata Eslovaco se saiu melhor, e o apelo deste ficava, por definição, restrito ao terço eslovaco da população.⁴

Os comunistas tchecos previam a continuação do sucesso, razão pela qual, inicialmente, aceitaram a perspectiva de Ajuda Marshall e realizaram recrutamento partidário, a fim de forçar as próprias chances em eleições futuras — a filiação ao partido, que em maio de 1945 beirava 50 mil, subiu para 1,22 milhão, em abril de 1946, chegando a 1,31 milhão em janeiro de 1948 (numa população total de apenas 12 milhões). Para obter apoio, os comunistas, sem dívida, não deixavam de oferecer “proteção” e exercer pressão. E, conforme ocorrera em outros locais, por precaução, eles ocuparam os ministérios vitais, posicionando membros do partido em funções cruciais na polícia e em outros setores. Tendo em vista as eleições de 1948, os comunistas da Tchecoslováquia preparavam-se para alcançar o poder por um “caminho tcheco” que ainda era bem diferente dos caminhos trilhados mais a leste.

Se a liderança soviética acreditava nas declarações de Gottwald de que o Partido Comunista Tcheco venceria sem qualquer auxílio, é assunto que permanece obscuro. Mas, ao menos até o outono de 1947, Stalin deixou a Tchecoslováquia em paz. Os tchecos tinham expulsado dos Sudetos os cidadãos de origem alemã (fato que expôs a Tchecoslováquia à hostilidade alemã, e assim tornou o país ainda mais dependente da proteção soviética) e, em maio de 1947, a ênfase que o governo de Benés no pós-guerra conferiu ao planejamento econômico, à propriedade estatal e à dedicação ao trabalho fez lembrar a pelo menos um jornalista francês a retórica e o estado de espírito dos primórdios do stakhanovismo soviético. Cartazes em Praga exibiam retratos de Stalin ao lado dos do próprio presidente Benés, muito antes de os comunistas instituírem um governo seu, portanto bem antes do estabelecimento de um monopólio de poder. Já vimos que no verão de 1947 o ministro das Relações Exteriores, Jan Masaryk, e seus companheiros não hesitaram em recusar a Ajuda Marshall, sob ordens de Moscou. Em suma, Stalin não tinha do que se queixar, em se tratando da conduta tcheca.

No entanto, em fevereiro de 1948, os comunistas engendraram um golpe político em Praga, aproveitando as demissões imprudentes de ministros não-comunistas (em protesto contra uma questão importante, mas obscura: a infiltração comunista na polícia) para tomar o poder no país. O golpe de Praga teve grande significado, precisamente porque ocorreu num país mais ou menos democrático, e que parecia ser tão amistoso em relação a Moscou. O golpe alarmou os Aliados ocidentais, que a partir daquele momento deduziram que o comunismo estava em marcha, rumo ao Ocidente.⁵ É provável que o ocorrido em Praga tenha salvo os

⁴ O Partido Agrário em terras tchecas e seu parceiro, o Partido Popular, na Eslováquia, foram banidos depois da guerra, por conivência com a política nazista.

⁵ A opinião pública ocidental foi influenciada também pela morte de Masaryk, em 10 de março de 1948 — constou que ele tivesse “cáido” da janela, no pátio interno do Ministério das Relações Exteriores. As circunstâncias exatas da morte jamais foram elucidadas.

hlandeses: graças aos problemas que o golpe na Tchecoslováquia lhe causara na Alemanha e em outros locais, Stalin, em abril de 1948, foi obrigado a ceder a Helsínque e assinar um Tratado de Amizade (depois de tentar impor à Finlândia uma solução no estilo do Leste Europeu, rinchando os socialdemocratas, forçando-os a uma união com os comunistas, criando uma “Liga de Defesa do Povo Finlandês”, cujo propósito era chegar ao poder).

No Ocidente, Praga fez com que os socialistas despertassem para a realidade da vida política no Leste Europeu. Em 29 de fevereiro de 1948, já idoso, Léon Blum publicou no jornal socialista francês *Le Populaire* um artigo sumamente influente, criticando a omissão dos socialistas ocidentais que se calaram diante do destino dos camaradas na Europa Oriental. Graças a Praga, um segmento significativo da esquerda não-comunista na França, na Itália e em outros locais passou a se posicionar, com firmeza, no campo ocidental, evolução que consignou ao isolamento e a uma crescente impotência os partidos comunistas de países que se situavam além do alcance soviético.

Se Stalin arquitetou o golpe de Praga sem prever tais consequências, não foi apenas porque pretendia fazer valer a sua vontade de um modo específico em todo o bloco. Tampouco seria porque a Tchecoslováquia tivesse grande importância no grandioso esquema geral. O que aconteceu em Praga — e o que estava acontecendo na mesma época na Alemanha, onde a política soviética se modificava agilmente, passando de táticas de obstrução e da divergência para o confronto com os antigos aliados — foi o retrocesso de Stalin ao estilo e à estratégia de uma era passada. De modo geral, tal mudança decorreu da inquietação de Stalin diante de sua própria incapacidade de moldar as questões europeias e germânicas à sua vontade; mas também, e acima de tudo, da sua crescente irritação diante da Iugoslávia.

Em 1947, o governo comunista da Iugoslávia, sob o comando de Josip Broz Tito, tinha uma condição singular. Entre os partidos comunistas da Europa, os iugoslavos eram os únicos que haviam ascendido ao poder por meio de seus próprios esforços, sem depender de aliados locais nem de ajuda externa. É verdade que em dezembro de 1943 os britânicos suspenderam o envio de auxílio à resistência rival chetnik e passaram a apoiar Tito e que, nos primeiros anos do pós-guerra, a Administração das Nações Unidas para Auxílio e Restabelecimento (ANUAR) destinou mais recursos (415 milhões de dólares) à Iugoslávia do que a qualquer outra região da Europa, sendo que 72% dos recursos provinham dos EUA. Mas, na visão dos contemporâneos, o que importava era que os guerrilheiros comunistas iugoslavos tinham levado a termo a única resistência eficaz contra as forças de ocupação alemãs e italianas.

Animados com a vitória, os comunistas que seguiam Tito não quiseram saber de coalizões como as que estavam sendo formadas em outros locais da Europa Oriental libertada, e logo procederam à eliminação de todos os adversários. Nas primeiras eleições realizadas no pós-guerra, em novembro de 1945, foi apresentada aos eleitores uma escolha inequívoca: a “Frente Popular” de Tito... ou uma urna rotulada, publicamente, de “oposição”. Em janeiro de 1946, o Partido Comunista da Iugoslávia introduziu uma Constituição inspirada diretamente na Constituição da URSS. Tito levou a cabo detenções em massa e execuções de seus opositores, além da coletivização forçada da terra, num momento em que os comunistas das

vizinhas Hungria e Romênia ainda se esforçavam para manter uma imagem cordata. A Iugoslávia, segundo parecia, era a frente mais agressiva do comunismo europeu.

Aparentemente, o radicalismo iugoslavo e o sucesso do Partido Comunista da Iugoslávia, União Soviética, e as relações entre Moscou e Belgrado mostravam-se amistosas. Moscou rasgava elogios para Tito e seu partido, demonstrava grande entusiasmo por seus feitos revolucionários e exibía a Iugoslávia como exemplo a ser seguido. Em contrapartida, os líderes iugoslavos aproveitavam qualquer oportunidade para afirmar o respeito que sentiam pela União Soviética e acreditavam estar introduzindo nos Balcãs o modelo bolchevique de revolução e governo. Conforme relembra Milovan Djilas, “todos nós tínhamos o espírito voltado para [a URSS]. E todos teríamos mantido a nossa dedicação, mas por seus próprios padrões de lealdade de Grande Potência”.

Mas, sob o ponto de vista de Stalin, a dedicação iugoslava ao bolchevismo era sempre entusiasmada demais. Stalin, como já vimos, interessava-se menos por revolução do que por poder. Cabia a Moscou determinar a estratégia dos partidos comunistas, decidir quando uma abordagem moderada era recomendável e quando uma ação radical deveria ser adotada. Como origem e fonte da revolução mundial, a União Soviética não era um modelo, mas o modelo. Dependendo das circunstâncias, partidos comunistas menores podiam seguir os soviéticos, mas não era aconselhável ultrapassá-los. Na visão de Stalin, nisso residia a fraqueza inoportuna de Tito. Ao querer implantar o padrão comunista no sudeste europeu, o ex-gene-ral da resistência estava correndo à frente dos planos soviéticos. O sucesso da revolução lhe subira à cabeça: Tito se tornava mais real do que o rei.

Stalin não chegou a essas conclusões de uma só vez, ainda que sua frustração com o “inexperiente” Tito já apareça registrada em janeiro de 1945. Além da crescente noção, em Moscou, de que Tito estava se excedendo e estabelecendo a revolução iugoslava como um modelo a ser contrastado com o soviético, divergências entre Stalin e Tito surgiram em relação a questões práticas de política regional. Sob a liderança de Tito, os iugoslavos alimentavam ambições (enraizadas na antiga história dos Balcãs) quanto à anexação da Albânia, Bulgária e partes de Grécia, formando uma grande Iugoslávia, uma nova “Federação Balcânica”. Essa idéia exercia algum apelo além das fronteiras da Iugoslávia — em termos econômicos, fazia sentido para a Bulgária, na visão de Traicho Kostov, um dos líderes comunistas em Sófia, e implicava maior distanciamento em relação ao nacionalismo dos pequenos Estados que tanto prejudicava os intentos dos mencionados países antes da guerra.

O próprio Stalin, de início, não era avesso a discutir a Federação Balcânica, e Dimitrov, seu conselheiro no Comintern e primeiro líder comunista da Bulgária, ainda falava abertamente da idéia em janeiro de 1948. Mas, apesar de atraente, o plano de reunir todo o sudeste da Europa num único esquema federal comunista apresentava dois problemas. O que era, a princípio, uma base de cooperação mútua entre comunistas localizados logo pareceu, sob o olhar desconfiado de Stalin, uma tentativa de conquista de hegemonia regional por uma das partes. Só isso, com o tempo, provavelmente, já faria Stalin pôr um basta às ambições de Tito. Mas, para completar (e acima de tudo), Tito estava criando problemas para Stalin no Ocidente.

Os iugoslavos apoiavam e incitavam, abertamente, a revolta grega já em 1944 e, o que foi mais significativo, quando a guerra civil grega irrompeu três anos depois. Esse apoio condizia com o ativismo bastante narcisista de Tito — a idéia de ele ajudar os comunistas gregos a espantar-lhe o sucesso — e era matizado também pelos interesses iugoslavos nas disputadas regiões “eslavas” da Macedônia grega. A Grécia, porém, pertencia à esfera de interesse ocidental, conforme Churchill e depois Truman deixaram claro. Stalin não pretendia provocar uma rixa com o Ocidente por causa da Grécia, questão para ele secundária. Ingentuamente, os comunistas gregos supunham que uma revolta ensinaria a ajuda soviética, talvez até a intervenção de forças soviéticas, mas isso não estava nas cartas. Ao contrário, Stalin os considerava aventureiros indisciplinados que defendiam uma causa perdida e que corriam o risco de provocar uma intervenção norte-americana.

Portanto, a incitação que Tito dirigia aos rebeldes gregos incomodava Stalin — que, com tanto, inferia que, sem a assistência iugoslava, a confusão na Grécia já teria se resolvido pacificamente⁶ — e o afastou ainda mais do acólito iugoslavo. Mas não era apenas no sul dos Balcãs que Tito constrangia Stalin e irritava britânicos e norte-americanos. Em Trieste e na península Istriana as ambições territoriais iugoslavas constituíam uma obstrução à anuência aliada relativa a um Tratado de Paz com a Itália: quando, em setembro de 1947, foi finalmente assinado, o tratado deixou incerto o futuro da região de Trieste, e tropas aliadas ainda guarneciam a área, a fim de impedir uma invasão iugoslava. Na vizinha Caríntia, o distrito meridional da Áustria, Tito exigia um acordo territorial favorável à Iugoslávia, enquanto Stalin preferia manter a região como estava (com a vantagem de permitir aos soviéticos a manutenção de um exército no leste da Áustria e, do mesmo modo, na Hungria).

A combinação do irredentismo iugoslavo com o fervor revolucionário que caracterizava Tito era, portanto, motivo de crescente constrangimento para Stalin. De acordo com a *Official History of the Second World War*, depois de maio de 1945 era geral a crença nos círculos militares ocidentais que, se uma Terceira Guerra Mundial eclodisse brevemente, seria na região de Trieste. Mas Stalin não tinha interesse em provocar a Terceira Guerra, e certamente não o faria por causa de um canto obscuro do nordeste da Itália. E tampouco lhe agradava ver o Partido Comunista Italiano constrangido pelas impopulares ambições territoriais do vizinho comunista da Itália.

Por todos esses motivos, já no verão de 1947, Stalin, no íntimo, exasperava-se em relação a Iugoslávia. Devem tê-lo desagradado os fatos de que a estação ferroviária na capital búlgara estivesse coberta de cartazes de Tito (ao lado dos dele próprio e de Dimitrov) e que os comunistas húngaros começassem a falar em seguir o regime comunista segundo o modelo iugoslavo — até o submisso e leal Rákosi, segundo consta, elogiou Tito, em conversa com o próprio Stalin, durante uma reunião realizada em Moscou, em fins de 1947. Tito não apenas representava um constrangimento diplomático para a União Soviética em suas relações com os Aliados ocidentais; ele criava caso dentro do próprio movimento comunista internacional.

⁶ Quando, em julho de 1949, em seguida ao rompimento com Stalin, Tito fechou a fronteira terrestre entre a Iugoslávia e a Grécia, a resistência comunista grega desmoronou quase imediatamente.

Para observadores externos, o comunismo era uma entidade política única, moldada e gerida a partir do "Centro", em Moscou. Porém, sob a perspectiva de Stalin, a questão era mais complicada. Do final dos anos 20 até o início da guerra, Moscou, de fato, conseguiu impor certo controle ao movimento comunista mundial, exceto na China. Mas a guerra tinha mudado tudo. Para resistir aos alemães, a União Soviética fora obrigada a apelar para patriotismo, liberdade, democracia e muitos outros objetivos "burgueses". O comunismo perdeu o seu lado revolucionário e se tornou, por opção, parte de uma ampla coalizão antifascista. Evidentemente, a tática havia sido também empregada pelas Frentes Populares antes da guerra, mas nos anos 30 Moscou conseguia controlar de perto as sucursais do partido no exterior — por meio de auxílio financeiro, intervenção pessoal e terrorismo.

No decorrer da guerra esse controle foi perdido — fato simbolizado pelo fechamento do Comitern, em 1943. E o controle não seria totalmente recuperado nos primeiros anos do pós-guerra: o partido iugoslavo foi o único na Europa que chegou ao poder sem intervenção soviética, mas mesmo na Itália e na França os partidos comunistas, embora sempre professassem fidelidade a Moscou, funcionavam no dia-a-dia sem orientação ou instrução vinda do exterior. Nesses países, os líderes do partido não compartilhavam das intenções de Stalin. À semelhança dos tchecos, porém com ainda menos orientação da URSS, essas nações trilhavam o que por elas era descrito como "o caminho do socialismo" francês ou italiano, trabalhando no âmbito de coalizões de governo e tratando objetivos nacionais e comunistas como se fossem naturalmente compatíveis.

Tudo isso começou a mudar no verão de 1947. Em maio de 1947, ministros comunistas foram expulsos dos governos na França e na Itália. O fato foi um tanto surpreendente, e Maurice Thorez, líder comunista francês, durante algum tempo nutriu esperanças de que o partido logo voltasse a integrar a coalizão do governo; no congresso do partido, realizado em Estrasburgo em junho de 1947, Thorez definiu como "aventureiros" os que defendiam uma oposição radical. Comunistas no Oeste Europeu não sabiam ao certo como reagir diante do Plano Marshall e só se posicionaram depois de inspirados pela rejeição de Stalin ao referido plano. De modo geral, a comunicação entre Moscou e os partidos comunistas ocidentais era deficiente. Depois que os comunistas franceses deixaram o governo, Andrei Zdanov enviou uma carta confidencial a Thorez (com cópia para o líder comunista tcheco Gottwald, detalhe importante): "Muitos pensam que as ações dos comunistas franceses foram orquestradas [com a nossa colaboração]. Você sabe que isso não é verdade, e que as medidas que você tomou foram uma surpresa para o Comitê Central."

Evidentemente, os comunistas na Europa Ocidental estavam ficando para trás. Poucas semanas depois da carta a Thorez, em 2 de junho, Moscou já firmava tratados comerciais com os vizinhos no Leste Europeu, como parte da reação engendrada contra o Plano Marshall e a ameaça que o esquema representava para a influência soviética na região. A política de cooperação, adotada em Praga, Paris e Roma, e até então aceita tacitamente por Stalin, estava sendo substituída por um retrocesso à estratégia de confronto embasada pela teoria de Zdanov relativa aos dois "campos" irreconciliáveis.

Para implementar a nova abordagem, Stalin convocou uma reunião em Szklarska Poręba, na Polônia, em fins de setembro de 1947. Foram convidados os partidos comunistas da Polónia, Hungria, Romênia, Bulgária, Tchecoslováquia, Jugoslávia, França, Itália e, obviamente, da União Soviética. O motivo exposto do encontro era a criação da "Cominform"

Agência de Informação Comunista; sucessora da Internacional Comunista, cuja tarefa era "coordenar" a atividade comunista internacional e melhorar a comunicação entre Moscou e os partidos satélites. Mas o verdadeiro objetivo da reunião e da Cominform (que só se reuniu três vezes e foi desativada em 1956) era restabelecer o domínio soviético no movimento internacional comunista.

Assim como fizera no âmbito do Partido Bolchevique vinte anos antes, Stalin visava penalizar e desabonar qualquer desvio "direitista". Em Szklarska Poręba, os delegados iugoslavos Jovan Kerec e Milovan Djilas, cujo "esquerdismo" exemplar foi motivo dos elogios de Zdanov e Malenkov (delegados soviéticos), sujeitaram os representantes franceses e italianos a preleções condescendentes. Os comunistas ocidentais (ao lado dos representantes dos partidos comunistas tcheco e eslovaco, aos quais a crítica era claramente também dirigida) foram surpreendidos. Uma coexistência pacífica, como a que vinha sendo buscada na política interna, chegava ao fim. Um "campo democrático antiimperialista" (segundo as palavras de Zdanov) estava se formando e uma nova linha deveria ser seguida. A partir daquele momento, mostrou esperava que os comunistas ficassem mais atentos e subordinassem considerações locais aos interesses soviéticos.

Depois de Szklarska Poręba, comunistas em toda parte passaram a adotar táticas de confronto: greves, protestos, campanhas contrárias ao Plano Marshall e — no Leste Europeu — a aceleração do processo de tomada de poder. O Comitê Central do Partido Comunista Francês reuniu-se em Paris, em 29 e 30 de outubro de 1947, e inaugurou oficialmente uma campanha de difamação dirigida aos antigos aliados socialistas. Os comunistas italianos demoraram um pouco mais para fazer a transição, mas no congresso de janeiro de 1948 o Partido Comunista Italiano (PCI) também adotou um "novo curso", cujo foco seria "a luta pela paz". A consequência disso foi que os comunistas da Europa Ocidental certamente sofreram — ficaram marginalizados em relação aos assuntos domésticos e, no caso da Itália, perderam feio nas eleições gerais de abril de 1948, nas quais o Vaticano e a Embaixada dos EUA intervieram matizadamente no lado anticomunista.⁷ Mas isso já não importava. Segundo a teoria dos "dois campos" defendida por Zdanov, os comunistas do campo ocidental estavam restritos a um papel secundário.

Caberia a suposição de que o fervor revolucionário dos iugoslavos, que até então representava um impedimento à diplomacia de Stalin, agora seria uma vantagem — e assim pareceu em Szklarska Poręba, onde ao Partido Comunista Iugoslavo fora atribuído o papel principal. É certo que os delegados franceses, italianos e de outros países nunca perdoaram os iugoslavos por seu condescendente ar de superioridade e pelo privilégio de que desfrutaram em Szklarska Poręba: depois do cisma soviético-iugoslavo, comunistas de todos os lugares, de bom grado, condenaram o desvio "titoísta" e não precisaram de muito incentivo soviético para insultar e menosprezar os infelizes camaradas dos Bálcãs.

Ocorreu, no entanto, que a desavença entre Tito e Stalin surgiu publicamente em fevereiro de 1948, quando Stalin condenou a idéia da Federação Balcânica e os soviéticos efetivaram

⁷ O PCI, na realidade, recebeu mais votos nas eleições de 1948, mas à custa dos socialistas, que perderam de muito. Os democratas cristãos, vitoriosos, bateram as esquerdas unidas por mais de 4 milhões de votos.

o cancelamento de negociações comerciais, atos que, no mês seguinte, foram seguidos pela retirada de Belgrado de conselheiros soviéticos civis e militares. A desavença foi agravada pela troca de correspondência oficial e acusações, nas quais os dois lados afirmavam as melhores intenções, e culminou com a recusa de Tito em participar da segunda reunião do Cominform. A ruptura foi efetivada na referida reunião, em 28 de junho de 1948, por meio de uma resolução que expulsava a Iugoslávia da organização, por não reconhecer o papel de liderança do Exército Vermelho e da URSS na libertação e na transformação socialista do país. Oficialmente, Belgrado foi acusada de conduzir uma política externa nacionalista e uma política interna equivocada. Na realidade, diante do monopólio de poder instituído por Stalin, a Iugoslávia representava o equivalente internacional a uma "oposição", e o conflito era inevitável: Stalin precisava dobrar Tito, a fim de deixar bem claro aos companheiros comunistas do líder iugoslavo que Moscou não toleraria dissensão.

Tito, evidentemente, não foi dominado. No entanto, ele e a Iugoslávia estavam mais vulneráveis do que pareciam e, se não fosse o crescente apoio do Ocidente, teria sido difícil para Tito sobreviver ao boicote econômico soviético — em 1948, 46% do comércio iugoslavo dependia do bloco soviético, nível que caiu para 14% um ano depois — e às ameaças concretas de intervenção soviética. Os iugoslavos certamente pagaram um elevado preço retórico por insistir tanto em suas ações obstinadas. Nos dois anos seguintes, os ataques da Cominform aumentaram sistematicamente. No vocabulário aceitado dos insultos leninistas, Tito se tornou "Tito-Judas e seus cúmplices", "o novo tsar dos pan-sérvios e de toda a burguesia iugoslava". Seus seguidores eram "traidores desprezíveis e mercenários imperialistas", "sinistros arautos do campo da guerra e da morte, traidores instigadores de guerra e herdeiros dignos de Hitler". O Partido Comunista Iugoslavo foi condenado como "gângue de espíões, agitadores e assassinos", "cães atrelados a correias americanas, roendo ossos imperialistas e ladrando por capital americano".

É significativo que os ataques a Tito e seus adeptos tenham coincido com o auge do culto à personalidade de Stalin, com os expurgos e os julgamentos forjados que ocorreram nos anos seguintes. Não restam grandes dúvidas de que Stalin via em Tito uma ameaça e um desafio, e temia o efeito corrosivo causado por Tito na fidelidade e obediência de outros regimes e partidos comunistas. A insistência da Cominform, expressa em periódticos e publicações a seu cargo, no "agravamento da luta de classes inerente à transição do capitalismo ao socialismo" e no "papel de destaque" encarnado pelo partido, corria o risco de fazer lembrar à população que tais políticas tinham sido, precisamente, aquelas empregadas pelo Partido Comunista Iugoslavo desde 1945. Daí a ênfase constante na lealdade à União Soviética e a Stalin, a rejeição a caminhos "nacionais" ou "exclusivos" para o socialismo e a exigência de "vigilância redobrada". Começava a segunda Idade do Gelo stalinista.

Se Stalin se deu todo esse trabalho para afirmar e reafirmar sua autoridade na Europa Oriental foi porque, em grande medida, perdia terreno na Alemanha.⁸ Em 1º de junho de 1948,

⁸ Não foi coincidência o fato de os conselheiros soviéticos terem sido chamados da Iugoslávia, em 18 de março de 1948, quando faltavam apenas 48 horas para que o general Sokolovski se retirasse da reunião do Conselho de Controle Aliado, na Alemanha.

os Aliados ocidentais, reunidos em Londres, anunciaram planos para estabelecer um Estado alemão ocidental. Em 18 de junho, uma nova moeda, o *Deutschemark*, foi anunciada; três dias depois, foi posta em circulação (as notas tinham sido impressas secretamente, nos EUA, e transportadas até Frankfurt sob escolta do Exército norte-americano). O velho Reichsmark foi retirado de circulação, e cada residente alemão pôde trocar apenas 40 Reichsmark pelos novos marcos à taxa de 1 para 1; para qualquer valor superior, a taxa era 10 para 1. Apesar de ser inicialmente impopular (porque destruiu a poupança, fez subir os preços e deixou as mercadorias além do alcance da maioria das pessoas), a moeda foi logo aceita, pois as lojas se fecharam de itens de consumo que os fazendeiros e comerciantes estavam agora dispostos a vender a preços fixos, recebendo em troca uma moeda confiável.

Em 23 de junho, as autoridades soviéticas responderam criando na Alemanha Oriental um novo *Mark* e interrompendo as linhas férreas entre Berlim e a Alemanha Ocidental (três semanas mais tarde, fechariam também os canais). No dia seguinte, o governo militar ocidental de Berlim bloqueou os esforços soviéticos no sentido de estender a Berlim Ocidental a nova moeda adotada na zona oriental — importante questão de princípio, pois a cidade de Berlim era governada por quatro potências e a zona ocidental jamais fora tratada como se integrasse a Alemanha Oriental sob ocupação soviética. Uma vez que as tropas soviéticas apertavam o controle das ligações de superfície que davam acesso à cidade, os governos norte-americano e britânico decidiram abastecer suas respectivas zonas por via aérea, e em 26 de junho o primeiro vôo de transporte de carga aterrissou no aeroporto de Tempelhof, em Berlim (Ocidental). A ligação aérea com Berlim durou até 12 de maio de 1949. No decorrer daqueles 11 meses, os Aliados ocidentais transportaram cerca de 2,3 milhões de toneladas de alimentos, totalizando 277.500 vôos, que custaram a vida de 73 aeronautas aliados. A intenção de Stalin com o bloqueio de Berlim (valendo-se da ausência nos protocolos de Postdam de qualquer garantia de acesso aliado à cidade por superfície) era forçar o Ocidente a optar entre desistir de Berlim ou então abandonar os planos relativos a um Estado alemão ocidental. Era isso o que Stalin realmente queria — Berlim era para ele sempre um ponto de negociação —, mas, no final, o líder soviético não conseguiu concretizar nenhum dos dois objetivos.

Ocorreu não apenas que os Aliados ocidentais persistiram com a presença na sua parte de Berlim (o que, até certo ponto, foi uma surpresa para os próprios Aliados e ensejou a gratidão dos berlineses ocidentais), mas o bloqueio soviético, na sequência do golpe de Praga, fez com que os Aliados ficassem mais decididos a prosseguir com os planos para a criação da Alemanha Ocidental e tornou a divisão do país mais aceitável aos próprios alemães. Em abril de 1949, a França se uniu à Bizona, o que significou a criação de uma unidade econômica para toda a Alemanha Ocidental, com 49 milhões de habitantes (contra apenas 17 milhões na Zona Soviética).

A exemplo da maioria das aventuras diplomáticas de Stalin, o bloqueio de Berlim foi uma improvisação, e não parte de um desígnio agressivo e premeditado (embora o Ocidente não possa ser culpado de não sabê-lo à época). Stalin não estava prestes a entrar em guerra por causa de Berlim.⁹ Por conseguinte, quando o bloqueio fracassou, o líder soviético mudou o

⁹ Se ele desejasse o contrário, poucos seriam os impedimentos. Na primavera de 1948, a União Soviética tinha trezentas divisões no alcance de Berlim. Os EUA tinham apenas 60 mil soldados em toda a Europa, e menos de 7 mil em Berlim.

rumo. Em 31 de janeiro de 1949, ele propôs publicamente a suspensão do bloqueio em troca do adiamento dos planos relativos a um Estado alemão ocidental. Os Aliados ocidentais não pretendiam fazer tal concessão, mas marcaram uma reunião para discutir o assunto e, em 12 de maio, a União Soviética pôs um fim ao bloqueio, em troca de nada além de um encontro de ministros das Relações Exteriores, convocado para 23 de maio.

De fato, o encontro ocorreu e teve a duração de um mês, mas, como era previsível, não se chegou a qualquer acordo. Na verdade, as discussões mal haviam começado quando, em Bonn, o Conselho parlamentar alemão aprovou a “Lei Básica” que estabelecia um governo para a Alemanha Ocidental; uma semana mais tarde, Stalin respondeu, anunciando os planos para um Estado complementar — a Alemanha Oriental —, criado formalmente em 7 de outubro.¹⁰ Quando, em 20 de junho, o encontro chegou ao fim, o governo militar da Alemanha Ocidental já havia sido substituído por Altos Comissários dos EUA, da Grã-Bretanha e da França. Tinha nascido a República Federal da Alemanha, embora os Aliados reservassem para si alguns poderes de intervenção e até o direito de reassumir o comando direto, se assim julgassem necessário. Em 15 de setembro de 1949, na sequência do sucesso do Partido Democrata Cristão nas eleições realizadas um mês antes, Konrad Adenauer tornou-se o primeiro chanceler da República.

A crise de Berlim teve três resultados significativos. Em primeiro lugar, ensejou, diretamente, a criação de dois Estados alemães, desfecho que nenhum dos Aliados esperava quatro anos antes. Para as potências ocidentais, o fato se tornara um objetivo atraente e realizável na realidade, a despeito de toda a retórica que desde a época clamava a unificação alemã; ninguém teria pressa de concretizar tal feito. Conforme o primeiro-ministro britânico, Harold Macmillan, respondeu ao presidente Charles de Gaulle, nove meses mais tarde, quando este lhe perguntou o que achava de uma Alemanha unificada: “Teoricamente. Teoricamente, devemos sempre apoiar a reunificação. Não há nisso perigo algum.” Para Stalin, tão logo ficou patente que ele não podia competir com os Aliados no que dizia respeito à lealdade dos alemães, tampouco forçá-los a abandonar seus planos, um Estado alemão oriental comunista era o menor dos males.

Segundo, a crise de Berlim comprometeu os Estados Unidos, pela primeira vez, a manter uma substancial presença militar na Europa, por tempo indefinido. Isso foi um feito de Ernest Bevin, ministro das Relações Exteriores britânico — foi Bevin que convenceu os americanos a comandar uma ponte aérea para Berlim, depois que Truman obteve de Marshall e do general Clay (comandante norte-americano em Berlim) a garantia de que valia a pena correr o risco. Os franceses envolveram-se menos na crise de Berlim porque, de 18 de julho a 10 de setembro de 1948, o país esteve em meio a uma crise política, sem maioria na Assembleia Nacional que pudesse governar.

Mas, em terceiro lugar, e como decorrência dos dois primeiros resultados, a crise de Berlim propiciou, diretamente, uma reavaliação dos planos militares ocidentais. Se o Ocidente pretendia proteger os clientes alemães contra uma agressão soviética, seria necessário prover

¹⁰ A Lei Básica foi criada em junho experimental — “a fim de fornecer uma nova ordem para a vida política, durante um período de transição”; i.e., até que o país fosse reunificado.

Pouco tempo após a derrota da Alemanha, em 1945, uma criança caminha ao lado de cadáveres de centenas de ex-internos do campo de concentração de Bergen-Belsen, estendidos ao longo de uma estrada de terra. A semelhança da maioria dos alemães adultos nos anos do pós-guerra, o menino desvia o olhar.



Milhares de alemães enforcados publicamente em Kiev, em 1946, após condenação por crimes de guerra. Por mais ambígua que fosse a motivação soviética na encenação de julgamentos e execuções no pós-guerra, os crimes horrendos cometidos pelo Exército alemão, pela SS e pelos colaboracionistas locais eram absolutamente concretos.



Draza Mihailović, líder da resistência iugoslava (nacionalista) checnik, diante de um tribunal militar, em junho de 1946. Para os guerrilheiros comunistas, os checnik representavam uma ameaça quase tão grande quanto as forças estrangeiras de ocupação; depois da guerra, Tito reprimiu-os severamente. O próprio Mihailović foi fuzilado em 18 de julho de 1946.



Mulheres em fila para obter carvão, em Londres, no auge do terrível inverno de fevereiro de 1947. A escassez de combustível era tão grande que a maioria dessas mulheres precisava esperar um dia inteiro para receber a ração semanal. Os carrinhos são para transportar carvão, e não bebês.



Acusada de "colaboração horizontal" com as forças alemãs de ocupação, uma francesa tem a cabeça quase raspada e é exibida pelas ruas da cidade de Lanval, poucas horas depois que as tropas americanas libertaram a França, em agosto de 1944. Milhares de mulheres na França, Bélgica e Holanda receberam castigo similar.

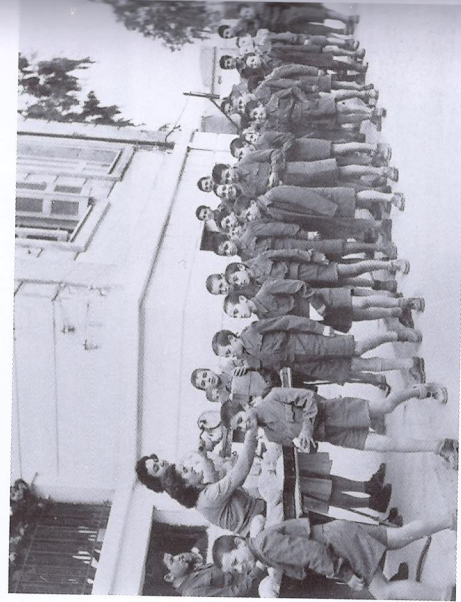


Mãe e filhos recebendo a ração da família, em Stratford, no oeste de Londres, em 6 de agosto de 1946 - no dia em que rações começaram a ser distribuídas. Os Estados providenciaram da Europa no pós-guerra acarretaram verdadeira revolução social, melhorando de modo dramático as condições de vida das classes média e operária.



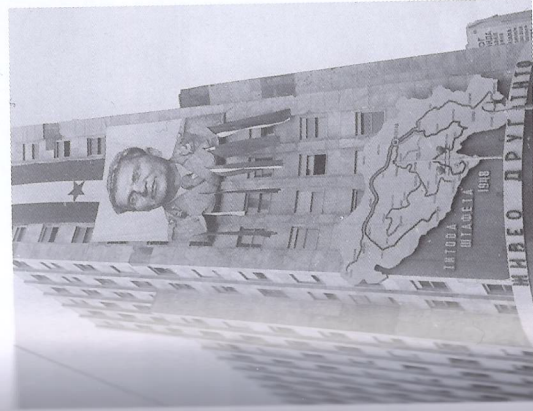
Ajuda Marshall — 1). Sob a égide do Plano Marshall, chega às docas de Londres em 3 de fevereiro de 1949, o primeiro carregamento de açúcar proveniente do Caribe (recebido pelo ministro trabalhista John Strachey, à esquerda, e Elmer Helmgren, representante do Plano Marshall, no centro).

Ajuda Marshall — 2). Atenas, Natal de 1949: pão feito com "farinha do Plano Marshall" é distribuído a órfãos gregos. Mesmo numa Grécia empobrecida, o efeito moral positivo do plano foi tão importante quanto a contribuição material para a recuperação econômica.

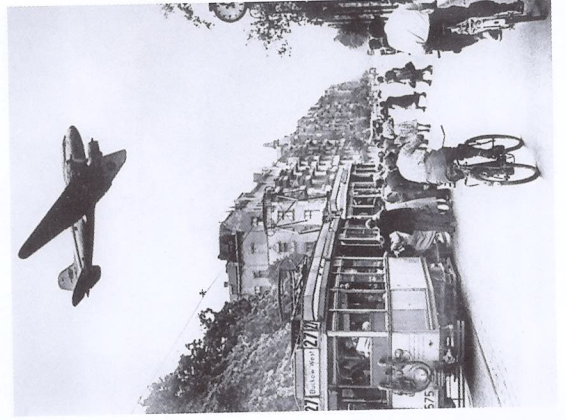


Ajuda Marshall — 3). "A população mundial não quer a repetição das tristezas da guerra" — J. Stalin (o rifle que acompanha os ovos vem embulhado num documento onde se lê "Aliança do Atlântico Norte"). Note-se que os simpatizantes ocidentais marcham com uma bandeira com dizeres em francês.

Plano mudado na praça Wenceslau, em Praga em 25 de fevereiro de 1948, para o plano Kliment Gottwald anunciar a formação de novo governo. Note-se a variedade de expressões estampadas nos rostos dos espectadores e a falta de entusiasmo não foi, absolutamente, fruto de conscientização universal.



A imagem de Josip Broz Tito adorna um edifício em Belgrado, julho de 1948. Stalin rompeu com a Iugoslávia comunista na primavera de 1948, não em decorrência da política iugoslava, mas por irritação diante da desobediência de Tito, do culto à personalidade do líder iugoslavo e do desafio que este impunha ao monopólio soviético sobre a autoridade comunista.



Avião norte-americano aterrissando no Aeroporto de Tempelhof, em Berlim, junho de 1948. O Bloqueio de Berlim, que durou 11 meses, foi um grande erro estratégico de Stalin: acabou com ilusões de neutralidade na Alemanha, forçou o comprometimento aliado com a União e precipitou a formação da OTAN.

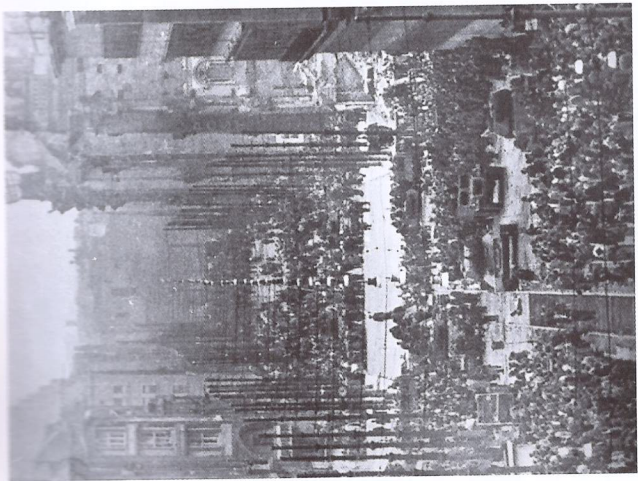


Presentes na Criação. Da esquerda para a direita: Dean Acheson, secretário de Estado dos EUA e incentivador da "política de contenção"; Ernest Bevin, ministro das Relações Exteriores do Reino Unido no pós-guerra, idealizador da Aliança Atlântica; Robert Schuman, estadista francês que propôs a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.



A face humana do socialismo: "Tio Joe" num polaque de recepção em Moscou, 1949.
 "Fazia-me lembrar os déspotas da Renascença — nenhum princípio, todos os meios, mas sem a linguagem rebuscada —, sempre Sim ou Não, embora se se pudesse confiar nele se fosse Não" (Clement Attlee, primeiro-ministro britânico).

Ubuante em Berlim Oriental, em 17 de junho de 1953, foi o primeiro sinal no bloco soviético de que o povo pudesse votar a confiança do governo". A opção (proposta por Brecht em nome) de "dissolver o povo e eleger outro" mostrou-se inviável, embora não fosse por falta de tentativas.



László Rajk (centro) no último dia do julgamento, 23 de setembro de 1949. Na condição de ministro do Interior comunista, Rajk fora responsável pela morte de muitos inocentes; mas seu julgamento e posterior execução o transformaram em mártir para gerações futuras.



Trabalhadores em Gulag soviético, por volta de 1952. Naquela ano, no auge da segunda onda de terror stalinista, 1,7 milhão de prisioneiros estavam confinados em campos de trabalho forçado soviéticos, outros 800 mil em colônias penais e 2753.000 em "assentamentos especiais". A maioria "normal" num Gulag era de 25 anos.





Jean-Paul Sartre admirando livros raros na Biblioteca Nacional de Leuven, em 23 de julho de 1954. A simpatia de Sartre pelo comunismo nesses anos decorria de ilusões românticas (e anticomunismo nas décadas seguintes, porém, tal simpatia haveria de manchar-lhe a reputação internacional e empanar-lhe o brilho durante o pós-guerra.

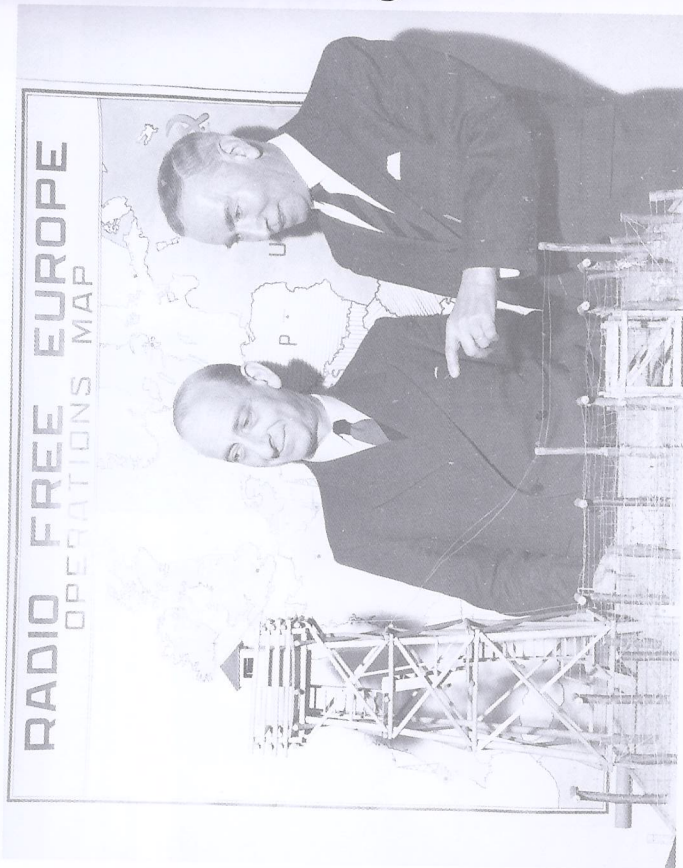
os meios de fazê-lo. Os norte-americanos haviam posicionado bombardeiros estratégicos na Grã-Bretanha, no início da crise de Berlim, e tais aeronaves estavam equipadas para transportar bombas atômicas; à época, os EUA dispunham de 56. Mas Washington não tinha uma política definida acerca do uso de bombas atômicas (o próprio Truman relutava muito em considerar a utilização das bombas) e, no caso de um avanço soviético, a estratégia norte-americana na Europa ainda presumia a retirada do continente.

O novo ideário militar surgiu com o golpe tcheco, que provocou na Europa um período de grande insegurança, originando muita discussão sobre a guerra. Até o general Clay, que não era chegado a exageros, compartilhava do medo reinante: "Durante muitos meses, com base em análise lógica, pensei e sustentei que a guerra não aconteceria nos próximos dez anos, pelo menos. Nas últimas semanas, percebi uma alteração sutil na atitude soviética cuja definição me escapa, mas agora tenho a sensação de que a guerra pode vir com uma brevidade dramática." Foi nessa atmosfera que o Congresso dos EUA aprovou a legislação do Plano Marshall e os Aliados europeus assinaram o Pacto de Bruxelas, em 17 de março de 1948. O Pacto de Bruxelas, no entanto, foi um tratado convencional, com validade de cinquenta anos, através do qual Grã-Bretanha, França e os países do Benelux se comprometiam a "colaborar em medidas de assistência mútua, na eventualidade de nova agressão alemã", mas os políticos europeus estavam cada vez mais cientes da sua fragilidade diante da pressão soviética. Nesse particular, esses políticos se mostravam vulneráveis como sempre: como mais tarde observou Dirk Stikker, ministro das Relações Exteriores holandês: "Na Europa, em se tratando do ponto dos americanos, tínhamos apenas a promessa verbal do presidente Truman."

Foram os britânicos que iniciaram uma nova abordagem diante de Washington. Em 22 de janeiro de 1948, em discurso ao Parlamento, Bevin comprometera a Grã-Bretanha a se engajar ao lado dos vizinhos continentais numa estratégia de defesa comum, uma "União Européia Ocidental", baseando-se na hipótese de que as necessidades de segurança da Grã-Bretanha já não podiam ser diferenciadas das do continente — mudança significativa em relação ao pensamento britânico do passado. Essa União Européia Ocidental foi inaugurada oficialmente com o Pacto de Bruxelas, mas, conforme Bevin explicou a Marshall em mensagem com data de 11 de março, o acordo ficaria incompleto a não ser que abrangesse o conceito de segurança do Atlântico Norte como um todo — ponto que Marshall via com bons olhos porque, na ocasião, Stalin pressionava a Noruega, para fazê-la assinar com a União Soviética um pacto de "não-agressão".

Por insistência de Bevin foram, portanto, realizadas discussões secretas em Washington, entre representantes britânicos, norte-americanos e canadenses, com o intuito de esboçar um tratado de defesa do Atlântico. Em 6 de julho de 1948, dez dias após o início da ponte aérea para Berlim, e logo em seguida à expulsão da Jugoslávia da Cominform, as discussões foram abertas para outros membros do Pacto de Bruxelas, sendo que os franceses não gostaram muito de saber que mais uma vez os "anglo-americanos" haviam estado "arrumando" o globo à revelia da França. Em abril do ano seguinte, estava criada a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), sendo o acordo assinado por EUA, Canadá e dez Estados europeus.

A OTAN foi um acontecimento notável. Em 1947, poucos observadores previam que os Estados Unidos se comprometessem com uma aliança militar européia. Na realidade, no



Raymond Aron (esquerda) visitando a Rádio Europa Livre, em Munique, 1952 (à direita vê-se Frank Munk, assessor de Cooperação Intelectual da REL). Aron era um liberal numa era não-liberal; suas opções políticas eram muitas vezes incompreensíveis a muitos colegas intelectuais: "Na política, a opção jamais tem a ver com a luta entre o bem e o mal, mas com o preferível e o detestável".

Congresso norte-americano, muitos relutavam em aprovar o Artigo V do tratado (que obrigava os participantes da OTAN a oferecer ajuda recíproca, em caso de agressão), e este só obteve a aprovação do Congresso depois de três meses de debate, porque o documento foi apresentado como um pacto de defesa do *Atlântico*, e não uma aliança européia-americana. A bem dizer, quando apresentou ao Senado a proposta do governo, Dean Acheson teve o cuidado de ressaltar que os EUA *não manteriam* uma presença militar substancial em solo europeu.

E essa era de fato a intenção norte-americana. Se os Estados Unidos, pela primeira vez, estavam se envolvendo numa complicada aliança européia, era porque muita gente em Washington via a OTAN assim como via o Plano Marshall: um mecanismo que auxiliaria os europeus a se sentir mais confiantes e a gerir as suas próprias questões — nesse caso, a sua própria defesa. Por si só, a OTAN nada alterou no equilíbrio militar europeu: das 14 divisões posicionadas na Europa Ocidental, somente duas eram americanas. Os Aliados ocidentais ainda estavam em desvantagem numérica: 12 para 1. Em 1949, os chefes de Estado-maior nos EUA calculavam que somente a partir de 1957 poderia estar implantada a defesa efetiva do Reno. Não foi, absolutamente, inadequado que durante a cerimônia de assinatura do tratado que criou a OTAN, no Constitution Hall, em Washington, em 9 de abril de 1949, a orquestra tenha tocado *I've Got Plenty of Nothing*.¹¹

Do lado europeu, entretanto, as coisas pareciam bem diferentes. Os norte-americanos não davam muita importância para alianças militares, mas os europeus, como disse Walter Bedell Smith aos colegas do Conselho de Planejamento de Políticas do Departamento de Estado, “atribuem muito mais importância do que nós ao pedaço de papel que promete apoio”. Mas isso não deve surpreender — os europeus não tinham mais nada. Os britânicos, ao menos, habitavam uma ilha. Mas os franceses, tanto quanto os demais, estavam vulneráveis como sempre: em relação aos alemães e *agora* aos russos também.

Para a França, portanto, a OTAN era duplamente interessante: a organização traçaria a linha de defesa contra as forças soviéticas mais a leste do que até então era o caso; como observou Charles Bohlen, alguns meses antes da assinatura do tratado, “o único resquício de confiança ao qual [os franceses] se agarram é o fato de que as tropas americanas, a despeito do número de soldados, estão posicionadas entre [os franceses] e o Exército Vermelho”. E, talvez mais importante, a OTAN serviria de política de anteparo ao revanchismo germânico. Com efeito, foi somente diante da promessa de proteção da OTAN que o governo francês, com o resultado da Primeira Guerra Mundial ainda em mente, concedeu aprovação ao Estado ocidental alemão.

Por conseguinte, os franceses acolheram a OTAN como garantia contra o ressurgimento da Alemanha, uma garantia que eles não tinham conseguido obter por meios diplomáticos nos três anos anteriores. Holandeses e belgas também viram na OTAN um impedimento ao futuro revanchismo alemão. Os italianos foram incluídos para reforçar o apoio doméstico de Alcide de Gasperi contra os opositores comunistas. Os britânicos viam o tratado da OTAN como uma realização importante da campanha por eles empreendida para manter os EUA engajados na defesa da Europa. E a administração de Truman vendeu o acordo para o Con-



¹¹ Canção de autoria de George Gershwin, cujo título significa, literalmente: “Eu tenho muito de nada”. (N. do T.)

gresso e o povo norte-americano como uma barreira contra a agressão soviética no Atlântico Norte. Daí o gracejo de lordes Ismay, ao ser empossado como o primeiro secretário-geral da OTAN, em 1952: o objetivo da Organização do Tratado do Atlântico Norte era “manter os russos por fora, os americanos por dentro e os alemães por baixo”.

A OTAN foi um blefe. Conforme Denis Healey, um futuro ministro da Defesa britânico, observou em suas memórias: “Para a maioria dos europeus, a OTAN era inútil, a menos que pudesse evitar outra guerra; ninguém queria lutar.” A originalidade do tratado não estava tanto no que seria capaz de realizar, mas no que representava: à semelhança do Plano Marshall — e do Tratado de Bruxelas, do qual resultou —, a OTAN exemplificou a mudança mais significativa verificada na Europa (e nos EUA) em decorrência da guerra: a disposição de dividir informações e cooperar em defesa, segurança, comércio, regulação monetária e muito mais. Afinal, um comando integrado aliado em tempo de paz representava um desvio sem precedentes em relação às práticas estabelecidas.

Mas a OTAN não nasceu pronta dos acordos de 1949. Na primavera de 1950, Washington ainda se preocupava com a explicação a ser dada aos franceses e demais europeus para o argumento de que a única esperança realista de defesa para a Europa Ocidental era rearmar a Alemanha, tópico que causava desconforto geral e provavelmente provocaria uma reação imprevisível por parte de Stalin. Em todo caso, ninguém queria despendet recursos preciosos em rearmamento. O apelo à neutralidade — como alternativa a um confronto desprotegido — crescia, tanto na Alemanha quanto na França. Se a Guerra da Coreia não tivesse estourado exatamente naquele momento (razoável noção contrafactual, pois a guerra quase não aconteceu), o contorno da história européia recente talvez fosse bastante diverso.

O apoio à invasão da Coreia do Sul por Kim Il Sung, em 25 de junho de 1950, foi o pior erro de cálculo cometido por Stalin. Imediatamente, norte-americanos e europeus ocidentais chegaram à conclusão (equivocada) de que a Coreia era um ensaio, um prelúdio, e que a Alemanha seria a próxima — inferência reforçada pela bravata de Walter Ulbricht de que a República Federal seria a próxima a tombar. A União Soviética havia realizado um teste bem-sucedido com a bomba atômica fazia apenas oito meses, o que levou especialistas militares norte-americanos a pensar que a preparação soviética para a guerra era bem maior do que na realidade; mesmo assim, é provável que os aumentos no orçamento solicitados no ofício número 68 pelo Conselho de Segurança Nacional (apresentado em 7 de abril de 1950) não fossem aprovados, não fosse o ataque à Coreia.

O risco de uma guerra européia, embora bastante exagerado, não era de todo inexistente. Stalin *contemplou* a possibilidade de um ataque — à Iugoslávia, não à Alemanha Ocidental —, mas abandonou a idéia diante do rearmamento ocidental. E, assim como o Ocidente se confundiu diante do propósito soviético na Coreia, Stalin — aconselhado pelos serviços de inteligência sobre a rápida escalada militar dos EUA — supôs, equivocadamente, que os norte-americanos tinham as suas próprias intenções agressivas em relação à esfera soviética no Leste Europeu. Mas nenhuma dessas suposições ou erros de cálculo era evidente à época, e políticos e generais faziam o melhor que podiam, baseando-se em informações limitadas e na análise de precedentes.

A escalada do rearmamento ocidental foi bastante intensa. O orçamento militar dos EUA subiu de 15,5 bilhões de dólares, em agosto de 1950, para 70 bilhões, em dezembro do ano seguinte, na sequência da declaração de Emergência Nacional feita pelo presidente Truman. Em 1952 e 1953, os gastos com defesa consumiram 17,8% do PIB norte-americano, comparados a apenas 4,7% em 1949. Em resposta a uma solicitação de Washington, os aliados dos EUA na OTAN também aumentaram o dispêndio com defesa: após *depreciar* continuamente desde 1946, os gastos britânicos com o setor militar em 1951 e 1952 elevaram-se a quase 10% do PIB, crescendo em ritmo ainda mais acelerado do que durante o auge de rearmamento constatado nos anos que precederam o início da guerra. A França também aumentou a despesa com defesa em níveis comparáveis. Em todos os países membros da OTAN, os gastos com defesa alcançaram os índices mais elevados do pós-guerra entre 1951 e 1953.

O impacto econômico desse aumento súbito em investimento militar foi inusitado. Especialmente na Alemanha houve uma inundação de pedidos de maquinaria, ferramentas, veículos e outros produtos que a República Federal tinha plenas condições de fornecer, ainda mais porque a Alemanha Ocidental estava proibida de fabricar armas e podia, portanto, concentrar-se na produção de tudo mais. A produção de aço da República Democrática, que era de 2,5 milhões de toneladas em 1946 e 9 milhões em 1949, elevou-se a quase 15 milhões de toneladas em 1953. O déficit em dólares com a Europa e o resto do mundo caiu 65% em um ano, enquanto os Estados Unidos gastavam somas imensas no exterior, em armas, estoques de equipamentos, instalações militares e tropas. Em Turim, a Fiat obteve os primeiros contratos com os EUA, para prestar assistência em solo a aeronaves a jato (contrato que a Embaixada norte-americana em Roma, por motivos políticos, defendeu junto a Washington).

Mas nem todas as notícias econômicas eram positivas. O governo britânico foi forçado a desviar receitas públicas previamente destinadas a serviços de bem-estar social a fim de fazer frente a compromissos de defesa, decisão que dividiu o Partido Trabalhista, que então comandava o país, e contribuiu para a derrota dos trabalhistas nas eleições de 1951. O custo de vida na Europa Ocidental subiu, pois os gastos do governo alimentaram a inflação — na França, os preços para o consumidor se elevaram em 40% em dois anos, depois do início da guerra na Coreia. Os europeus ocidentais, que apenas começavam a colher os benefícios da Ajuda Marshall, não tinham a menor condição de suportar por muito tempo o que havia se tornado uma economia de guerra, e em 1951 a Lei de Segurança Mútua, promulgada nos EUA, reconheceu tal fato, desativando o Plano Marshall e transformando-o em programa de assistência militar. Em fins de 1951, os EUA transferiram aproximadamente 5 bilhões de dólares em apoio militar ao Oeste Europeu.

De simples reforço psicológico à confiança européia, a OTAN passou a constituir um grande comprometimento militar, recorrendo aos recursos aparentemente ilimitados da economia norte-americana e empenhando os americanos e seus aliados numa escalada de homens e equipamentos sem precedentes em tempo de paz. O general Eisenhower voltou para a Europa como comandante aliado supremo, e quartéis-generais e sedes administrativas aliadas foram estabelecidos na Bélgica e na França. A Organização do Tratado do Atlântico Norte passou a ser, abertamente, uma *aliança*. A principal tarefa da OTAN era o que os estrate-

gistas militares chamavam de "defesa avançada" da Europa; i.e., confronto com o Exército Vermelho no meio da Alemanha. Para desempenhar esse papel, ficou decidido, na reunião do Conselho da OTAN realizada em Lisboa em fevereiro de 1952, que a aliança precisaria reunir ao menos 96 novas divisões militares em dois anos.

Porém, mesmo com a significativa e crescente presença militar norte-americana, só havia um meio de a OTAN atingir seus objetivos: rearmar os alemães ocidentais. Graças à Coreia, os americanos viam-se obrigados a tocar nesse assunto delicado (a questão foi abordada formalmente, pela primeira vez, por Dean Acheson, numa reunião de ministros das Relações Exteriores realizada em setembro de 1950), apesar da relutância inicial do presidente Truman. De um lado, ninguém queria pôr armas nas mãos dos alemães, passados apenas cinco anos da libertação da Europa; de outro, e por analogia às dificuldades econômicas observadas na Bizona três anos antes, havia algo de perverso em se gastar bilhões de dólares para defender os alemães ocidentais de um ataque russo sem solicitar-lhes qualquer contribuição. E se a Alemanha se tornaria, conforme alguns previam, uma espécie de zona intermediária e futuro campo de batalha, então o risco de se alienar a simpatia alemã e incentivar sentimentos neutros não poderia ser ignorado.

Moscou, evidentemente, não aceitaria de bom grado o rearmamento da Alemanha Ocidental. Mas, depois de junho de 1950, as suscetibilidades soviéticas já não representavam uma consideração fundamental. Os britânicos, por mais que relutassem, não viam alternativa senão encontrar um mecanismo que permitisse o rearmamento da Alemanha, mas que a mantivesse sob firme controle aliado. Eram os *franceses* os oponentes mais contumazes da idéia de se armar a Alemanha, e a França não tinha se unido à OTAN apenas para ver a organização se tornar uma cobertura para a remilitarização alemã. A França conseguiu obstruir e adiar o rearmamento da Alemanha até 1954. Porém, muito antes disso, a política francesa já sinalizava uma transição, permitindo que Paris aceitasse com algum grau de serenidade uma restauração contida da Alemanha. Infeliz e frustrada por se ver reduzida à condição de menor das Grandes Potências, a França abraçara uma nova vocação: de iniciadora de uma nova Europa.

A idéia de uma União Européia, de uma forma ou de outra, não era nova. O século XIX havia experimentado na Europa Central uma variedade de uniões alfandegárias, com diferentes graus de sucesso, e mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, ocasionalmente, falava-se com idealismo a respeito da noção de que o futuro da Europa estava na convergência das diversas partes. A própria Primeira Guerra Mundial, longe de dissipar essas visões otimistas, parece ter-lhes conferido mais vigor: conforme Aristide Briand — estadista francês e autor entusiasmado de pactos e projetos europeus — insistia, chegara o momento de superar rivalidades passadas e pensar e falar como europeu, sentir-se europeu. Em 1924, o economista francês Charles Gide uniu-se a outros signatários por toda a Europa para o lançamento de um Comitê Internacional em prol da União Alfandegária Européia. Três anos mais tarde, um jovem ministro do Ministério das Relações Exteriores britânico se diria "perplexo" diante da extensão do interesse continental na idéia "pan-européia".

E o que é até prosaico, a Grande Guerra levara franceses e alemães, curiosamente, a uma melhor apreciação de sua dependência mútua. Quando findou o transtorno do pós-guerra e

Paris abandonou os esforços inúteis para obter à força indenizações junto à Alemanha, foi assinado o chamado Pacto do Aço, em setembro de 1926, entre França, Alemanha, Luxemburgo, Bélgica e a região da Saarlândia (então autônoma), visando à regulamentação da produção de aço e à prevenção de estoques excedentes. Embora, no ano seguinte, Tchecoslováquia, Áustria e Hungria tenham assinado o pacto, o esquema jamais passou de um cartel típico; mas o primeiro-ministro alemão, Gustav Stresemann, com certeza, viu no pacto o modelo preliminar de futuros acordos transnacionais. Ele não era o único que pensava assim.

A exemplo de outros projetos ambiciosos da década de 1920, o Pacto do Aço mal conseguiu sobreviver à crise de 1929 e à depressão subsequente. No entanto, o acordo reconhecia algo que em 1919 já se tornava evidente para os magnatas do ferro: que a indústria do aço francesa, depois que teve a sua dimensão duplicada em consequência da reintegração da Alsácia-Lorena, ficaria totalmente dependente do coque e do carvão originários da Alemanha. Portanto, precisaria encontrar bases para uma colaboração duradoura. A situação era igualmente óbvia para os alemães, e quando, em 1940, os nazistas ocuparam a França e chegaram a um acordo com Pétain sobre um sistema de pagamentos e entregas que se traduzia na aplicação de recursos franceses ao esforço de guerra alemão, muita gente, de ambos os lados, viu nessa recente "colaboração" franco-germânica o embrião de uma nova ordem econômica "européia".

Assim, Pierre Pucheu, veterano gestor da administração de Vichy, que mais tarde foi executado pelos Franceses Livres, contemplava uma ordem européia no pós-guerra em que barreiras alfandegárias fossem eliminadas e uma economia européia única que abrangesse todo o continente, com uma só moeda. A visão de Pucheu — compartilhada por Albert Speer e muitos outros — representava uma espécie de atualização do Sistema Continental de Napoleão sob a égide de Hitler, e agradava a uma geração mais jovem de burocratas e profissionais continentais que na década de 1930 tinham sofrido decepções decorrentes de formulação de política econômica.

O que tornava tais projetos especialmente tentadores era o fato de serem, tipicamente, apresentados em termos do interesse comum, pan-europeu, e não como projeções egoístas de planos nacionais estanques. Eram projetos "europeus", e não alemães ou franceses, e eram muito admirados durante a guerra por aqueles que se esforçavam para crer que algo de bom poderia advir da ocupação nazista. O fato de que os próprios nazistas, a rigor, haviam unificado grande parte da Europa — removendo fronteiras, realizando expropriações, integrando redes de transportes etc. — tornou a idéia ainda mais plausível. E o atrativo de uma Europa liberada do passado e dos antagonismos mútuos era reconhecido também no exterior. Quatro anos após a derrota nazista, em outubro de 1949, George Kennan confessaria a Dean Acheson que, embora compreendesse a apreensão quanto à crescente importância da Alemanha em questões do Oeste Europeu, "sempre me pareceu, enquanto lá morei durante a guerra, que o que havia de errado com a nova ordem de Hitler era o fato de ser de Hitler".

A observação de Kennan foi feita em particular. Em público, depois de 1945, poucos se dispunham a dizer algo positivo acerca da Nova Ordem proposta durante a guerra — cuja ineficiência e má-fé Kennan subestimara um tanto. O argumento a favor da cooperação intra-européia, evidentemente, não arrefeceu — Jean Monnet, por exemplo, continuou a acreditar,

depois da guerra (e já em 1943), que para usufruir "prosperidade e progresso social [...] os Estados da Europa devem formar [...] uma 'entidade europeia', que os transforme em unidade". E havia entusiastas do Movimento pela Unidade Europeia, formado em janeiro de 1947, a partir do incentivo de Churchill.

Winston Churchill foi um dos primeiros e mais influentes defensores de algum tipo de assembléia europeia. Em 21 de outubro de 1942, escreveu a Anthony Eden: "Devo admitir que meus pensamentos estão, primeiramente, na Europa, no renascer da glória da Europa [...] Seria um desastre imensurável se o bolchevismo russo encobrisse a cultura e a independência dos veneráveis Estados da Europa. Por mais difícil que seja agora prever, espero que a família europeia possa agir com união, sob um Conselho da Europa." Mas as circunstâncias políticas do pós-guerra pareciam inadequadas a esses ideais. O melhor que se podia esperar era a criação de uma espécie de fórum europeu de debates, proposta formulada durante o Congresso do Movimento de Unidade Europeia, realizado em Haia em maio de 1948. O "Conselho da Europa", que nasceu dessa sugestão, foi inaugurado em Estrasburgo, em maio de 1949, e reuniu-se, pela primeira vez, naquela mesma cidade, em agosto do mesmo ano, com a participação de delegados vindos da Grã-Bretanha, Irlanda, França, dos países do Benelux, da Itália, Suécia, Dinamarca e Noruega.

O Conselho não tinha poder nem autoridade, e tampouco status jurídico, legislativo ou executivo. Os "delegados" não representavam ninguém. O maior triunfo do Conselho era o simples fato de sua existência, mas, em novembro de 1950, o órgão expediu a "Convenção Europeia dos Direitos Humanos", cuja importância se tornaria mais marcante nas décadas seguintes. Conforme o próprio Churchill havia reconhecido, num discurso feito em Zurique, em 19 de setembro de 1946: "O primeiro passo na recriação da família europeia deve ser uma sociedade entre a França e a Alemanha." Mas nos anos do pós-guerra os franceses, como já vimos, não estavam dispostos a vislumbrar tal sociedade.

Contudo, ao norte da França, os vizinhos menores não perdiam tempo. Mesmo antes do fim da guerra, os governos exilados de Bélgica, Luxemburgo e Holanda assinaram o "Acordo do Benelux", que eliminava barreiras tarifárias e contemplava o trânsito livre de trabalho, capital e serviços entre os países signatários. A União Alfândegária do Benelux entrou em vigor em 1º de julho de 1948, sendo seguida por discussões esporádicas com a França e a Itália acerca de projetos que ampliassem a área de cooperação. Contudo, esses projetos embrionários relativos a uma "Pequena Europa" encaixaram no problema alemão.

Todos concordavam, conforme concluíram os negociadores do Plano Marshall, reunidos em Paris em julho de 1947, que a "economia alemã deveria ser integrada à economia da Europa de modo a contribuir para a elevação do padrão de vida". A pergunta era — como? A Alemanha Ocidental, mesmo depois de 1949, quando se tornou um Estado, não tinha ligações orgânicas com o restante do continente, a não ser através dos mecanismos do Plano Marshall e da ocupação aliada — ambos temporários. A maioria dos europeus ocidentais ainda considerava a Alemanha uma ameaça, não uma parceira. No setor econômico, os holandeses sempre tinham dependido da Alemanha — 48% dos ganhos "invisíveis" da Holanda antes de 1939 vinham do comércio com a Alemanha, transportados pelos portos e canais da Holanda —, e o renascimento econômico germânico era vital para a região. Porém, em

1947, apenas 29% da população holandesa tinham uma atitude "amigável" em relação aos alemães, e para a Holanda era importante que uma Alemanha economicamente restabelecida fosse política e militarmente fraca. Essa visão era endossada pela Bélgica com veemência. Nem a Bélgica nem a Holanda contemplavam um acordo com a Alemanha, a menos que fosse contrabalançado pela garantia do envolvimento da Grã-Bretanha.

O impasse foi desfeito pelos eventos internacionais de 1948 e 1949. Com o golpe de Praga, o acordo para um Estado alemão ocidental, o bloqueteo a Berlim e os planos para a formação da OTAN, ficou evidente para estadistas franceses, como Georges Bidault e Robert Schuman, que a França precisava repensar a abordagem a ser adotada diante da Alemanha. Haveria agora uma entidade política, a Alemanha Ocidental, que incluía o Ruhr e a Renânia — somente a pequena Saarlândia tinha sido separada, temporariamente, do território da Alemanha, e o carvão da região não se prestava à fabricação de coque. Como seriam os recursos dessa nova República Federal, a um só tempo contidos e mobilizados a favor da França?

Em 30 de outubro de 1949, Dean Acheson apelou a Schuman para que a França tomasse a iniciativa de incorporar o novo Estado alemão ocidental aos assuntos de interesse europeu. Os franceses estavam bem a par da necessidade de agir — como Jean Monnet mais tarde lembraria a George Bidault, os EUA, certamente, incentivariam uma nova e independente Alemanha Ocidental a incrementar a produção de aço, o que provavelmente saturaria o mercado, forçando a França a proteger a sua própria indústria siderúrgica e, por conseguinte, provocando uma volta às guerras comerciais. Conforme vimos no Capítulo III, o plano de Monnet — e, com o plano, o restabelecimento da França — dependia de uma solução eficaz para esse dilema.

Foi nessas circunstâncias que Jean Monnet propôs ao ministro de Relações Exteriores da França o que ficou conhecido como "Plano Schuman". A medida constituiu verdadeira revolução diplomática, embora o processo já estivesse se desenvolvendo havia cinco anos. A essência do plano era bastante simples. Nas palavras de Schuman: "O governo francês propõe que a totalidade da produção franco-germânica de carvão e aço fique sujeita a uma Alta Autoridade Conjunta, inserida na estrutura de uma organização que também ficasse aberta à participação dos demais países da Europa." Mais do que um cartel de carvão e aço, mas muito, muito menos do que um projeto de integração europeia, a proposta de Schuman representou uma solução prática para um problema que afligia a França desde 1945. No esquema de Schuman, a Alta Autoridade Conjunta tinha poderes para estimular a competição, fixar política de preços, direcionar investimentos e comprar e vender em nome dos países participantes. Mas, acima de tudo, a Alta Autoridade tomaria de mãos estritamente alemãs o controle do Ruhr e de outros recursos vitais germânicos. Representava uma solução europeia para um — para o — problema francês.

Robert Schuman anunciou seu plano em 9 de maio de 1950, informando Dean Acheson a respeito um dia antes. Os britânicos não foram avisados previamente. O Quai d'Orsay obteve com essa atitude uma certa satisfação: foi a primeira de uma série de pequenas represálias contra decisões anglo-americanas tomadas anteriormente sem consulta a Paris. A mais recente dessas decisões tinha sido a desvalorização unilateral de 30% da libra esterlina, promovida

pela Grã-Bretanha oito meses antes, ocasião em que somente os norte-americanos foram notificados com antecedência, o restante da Europa tendo se visto obrigado a seguir a Grã-Bretanha.¹² Ironicamente, foi a lembrança dos riscos de um renovado egoísmo econômico e da falta de comunicação entre os Estados europeus que levou Monnet e outros a pensar num meio de avançar rumo à solução por eles proposta.

O governo alemão acolheu, imediatamente, a proposta de Schuman, o que poderia parecer improvável: na exultante resposta a Schuman, Konrad Adenauer declarou que “esse plano do governo francês conferiu às relações entre nossos dois países, que estavam ameaçadas de paralisação devido a desconfianças e diferenças, um novo ímpeto em prol de uma cooperação construtiva”. Ou, conforme ele disse, de modo mais direto, a seus assessores: “*Das ist unser Durcheinand!*” — isto é o nosso grande avanço. Pela primeira vez, a República Federal da Alemanha entrava numa organização internacional nas mesmas bases que outros Estados independentes — e o país estaria agora comprometido com a aliança ocidental, como Adenauer desejava.

Os alemães foram os primeiros a ratificar o Plano Schuman. A Itália e os países do Benelux seguiram a Alemanha, embora os holandeses, a princípio, relutassem em se comprometer sem a adesão dos britânicos. Mas os britânicos declinaram o convite de Schuman e, sem a Grã-Bretanha, não havia a menor hipótese de os escandinavos assinarem. Portanto, apenas seis Estados da Europa Ocidental assinaram (em abril de 1951) o Tratado de Paris, fundando a Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA).

Talvez valha a pena parar um instante para destacar uma característica da Comunidade que à época não passou despercebida. Todos os seis ministros das Relações Exteriores que assinaram o tratado em 1951 pertenciam aos partidos democratas cristãos dos respectivos países. Os três estadistas dominantes dos principais países membros — Alcide de Gasperi, Konrad Adenauer e Robert Schuman — eram egressos de regiões marginais de seus países: De Gasperi era de Trentino, no nordeste da Itália; Adenauer era da Renânia; Schuman, da Lorena. Quando De Gasperi nasceu — e ainda quando já era adulto —, Trentino fazia parte do Império Austro-húngaro, e De Gasperi estudou em Viena. Schuman cresceu numa Lorena que tinha sido incorporada ao Império Germânico. Na juventude, a exemplo de Adenauer, ele pertencera a associações católicas — na verdade, às mesmas associações a que Adenauer pertencera dez anos antes. Quando se encontravam, os três conversavam em alemão, seu idioma comum.

Para os três, assim como para os colegas democratas cristãos nativos de Luxemburgo (país bilingüe), da Bélgica (bilingüe e bicultural) e da Holanda, um projeto de cooperação européia fazia sentido tanto em termos culturais quanto econômicos: era razoável que tal projeto fosse visto como um aporte para a superação da crise de civilização que havia rachado a Europa cosmopolita do tempo da juventude desses homens. Originários das regiões marginais de seus respectivos países, onde identidades eram múltiplas e fronteiras fungíveis, Schuman e seus colegas não se perturbavam muito diante da perspectiva de certo grau de fusão da soberania nacional. Pouco tempo antes, os seis países membros da CECA tinham visto a sua soberania

ignorada, pisoteada pela guerra e pela ocupação; restava-lhes pouca soberania que pudesse ser perdida. E a preocupação comum (de democratas cristãos) quanto à coesão social e responsabilidade coletiva os predispunha a aceitar a idéia de uma “Alta Autoridade” transnacional que exercesse poderes executivos pelo bem comum.

Porém, mais ao norte, a perspectiva era bem diferente. Nas terras protestantes da Escandinávia e da Grã-Bretanha (ou sob o ponto de vista protestante de um alemão do norte, como foi Humacher), a Comunidade Européia do Carvão e do Aço exalava um pouco de incenso agonizante. Tage Erlander, primeiro-ministro socialdemocrata sueco de 1948 a 1968, na verdade atribuiu à presença da maioria católica na nova comunidade o motivo da ambivalência da Suécia em aderir à CECA. Em 14 de maio de 1950 — cinco dias após tomar conhecimento do Plano de Schuman —, Kenneth Younger, veterano conselheiro de Bevin, registrou em seu diário que, embora, de modo geral, fosse favorável à integração econômica européia, as novas propostas, “por outro lado, [...] talvez pudessem constituir] um passo rumo à consolidação de uma ‘internacional negra’ católica, força que sempre achei que estivesse por trás do Conselho da Europa”. Na ocasião, esse ponto de vista não era considerado extremo, tampouco era incomum.

A CECA não era uma “internacional negra”. Não era sequer uma alavanca econômica eficaz, uma vez que a Alta Autoridade nunca exerceu o tipo de poder pretendido por Monnet. Antes, e a exemplo de tantas outras inovações institucionais daqueles anos, a Comunidade propiciava o espaço psicológico para a Europa avançar com renovada autoconfiança. Conforme Adenauer explicou a Macmillan dez anos mais tarde, a CECA nem mesmo era uma organização econômica (e a Grã-Bretanha, em sua opinião, bem fizera em não aderir). Não se tratava de um projeto de integração européia, a despeito das fantasias de Monnet; era uma espécie de mínimo denominador comum do interesse mútuo que havia na Europa Ocidental na ocasião da assinatura do acordo, um veículo político disfarçado de mecanismo econômico, um artifício para superar a hostilidade franco-germânica.

Nesse ínterim, os problemas que a Comunidade Européia do Carvão e do Aço se destinava a tratar começaram a se resolver sozinhos. No último trimestre de 1949, a República Federal da Alemanha recuperou os níveis de produção industrial observados em 1936; já em fins de 1950, os níveis de 1936 haviam sido ultrapassados em um terço. Em 1949, a balança comercial da Alemanha Ocidental com a Europa baseava-se na exportação de matérias-primas (basicamente carvão). Um ano depois, em 1950, o saldo estava negativo, pois a Alemanha consumia as suas próprias matérias-primas, para alimentar a indústria local. Já em 1951, o saldo voltou a ser positivo e assim permaneceria por muitos anos, graças à exportação alemã de itens *industrializados*. No final de 1951, as exportações germânicas já superavam em mais de seis vezes o nível de 1948, e carvão, produtos manufaturados e o comércio da Alemanha abasteciam uma renascença econômica na Europa — na verdade, em fins dos anos 50, a Europa Ocidental sofria os efeitos de uma saturação de carvão. O quanto disso pode ser atribuído à CECA é questão um tanto duvidosa — foi a Coréia, e não Schuman, que acelerou a máquina industrial da Alemanha Ocidental. Mas, em última análise, a questão não teve grande importância.

¹² O ministro da Fazenda francês, Henri Queuille, queixou-se ao embaixador dos EUA na França, referindo-se à “total falta de lealdade da Grã-Bretanha”.

Se a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço foi algo bem menor do que se julgava — se o comprometimento francês com os organismos supranacionais era apenas um mecanismo para controlar uma Alemanha da qual os franceses continuavam a desconfiar, e se o crescimento econômico europeu deveu pouco às ações de uma Alta Autoridade cujo impacto na competição, no emprego e nos preços foi mínimo —, por que, então, os britânicos se recusaram a aderir à CECA? Por que parecia ser algo tão importante que justificasse a opção britânica?

Os britânicos nada tinham contra uma união alfandegária na Europa — eram bastante favoráveis à união, ao menos no que se referia a outros europeus. O que os deixou pouco vontade foi a idéia de uma instância executiva supranacional, implicada na instituição da Alta Autoridade, ainda que esta dirigisse apenas a produção e a fixação de preços de duas mercadorias. Já fazia algum tempo que Londres esclarecera esse ponto — em 1948, quando Bevin debateu com o Conselho Ministerial do governo trabalhista propostas relativas a uma futura Organização Europeia de Cooperação Econômica, sua principal preocupação era que “o controle efetivo deveria ficar nas mãos das delegações nacionais [...] a fim de impedir que o colegiado (ou algum alto executivo ‘independente’) agisse sozinho [...] Estava fora de questão que instruções fossem dadas pela organização a um determinado país membro, separadamente”.

Essa relutância britânica em abrir mão de um controle em nível nacional era, evidentemente, incompatível com o propósito de Monnet em relação à CECA. Mas os britânicos consideravam a Comunidade uma ponta de interferência continental em assuntos britânicos, uma interferência cujas implicações eram ainda mais arriscadas por serem obscuras. Confortavelmente explicou a Acheson, ao justificar a recusa da Grã-Bretanha em aderir à Comunidade, “quando estão em jogo questões de importância vital, não podemos comprar gato por lebre, e [tenho] certeza de que, se estivessem numa posição similar, os americanos pensariam o mesmo”. Ou, como ele disse aos assessores, de modo mais expressivo, quando lhes falou das dúvidas que tinha acerca do Conselho da Europa: “Ao se abrir essa Caixa de Pandora, nunca se sabe que cavalos de Tróia pularão para fora.”

Em parte, o raciocínio britânico era de natureza econômica. A economia britânica — especialmente o segmento que dependia do comércio — parecia estar bem mais saudável do que a dos vizinhos continentais. Em 1947, as exportações britânicas representavam, em valores, a soma das exportações da França, Itália, Alemanha Ocidental, dos países do Benelux, da Noruega e Dinamarca. Enquanto, naquela época, os Estados europeus negociavam sobretudo entre si, a Grã-Bretanha mantinha relações comerciais com o mundo inteiro — na realidade, em 1950, o comércio da Grã-Bretanha com a Europa era bem inferior ao que fora em 1913.

Aos olhos das autoridades britânicas, portanto, o país tinha mais a perder do que a ganhar comprometendo-se com uma participação em acordos econômicos restritivos e firmados com países cujos panoramas pareciam um tanto indefinidos. Um ano antes da proposta de Schuman, a posição do Reino Unido, expressa em particular por funcionários do alto escalão, era a de que, “a longo prazo, não é atraente para nós a cooperação econômica com a Europa.

Na melhor das hipóteses, será um desperdício de recursos. Na pior, pode causar sérios danos à nossa economia”. Ao que deve ser acrescentada a apreensão do Partido Trabalhista diante da idéia de aderir a acordos continentais cuja natureza pudesse limitar a liberdade do partido para adotar políticas “socialistas” em âmbito doméstico, políticas intimamente relacionadas aos interesses dos antigos sindicatos da indústria que haviam fundado o Partido Trabalhista dezessete anos antes: conforme, em 1950, o primeiro-ministro interino, Herbert Morrison, explicou ao Conselho Ministerial, no momento em que o convite feito por Schuman era (brevemente) considerado: “Não adianta; não podemos fazer isso; os mineradores de Durham não vão vestir essa camisa.”

E havia também a Comunidade das Nações Britânicas. Em 1950, a Comunidade incluía grandes extensões de terras na África, no sul da Ásia e nas Américas, muitas das quais ainda se encontravam em mãos britânicas. Territórios coloniais, da Malásia à Costa do Ouro (Gana), possuíam reservas em dólares e mantinham depósitos elevados em Londres — os notórios “valdos em libras esterlinas”. A Comunidade (ou Império, termo ainda empregado pela maioria das pessoas) era grande fonte de matérias-primas e alimentos, e fazia parte da identidade nacional britânica, ou assim parecia à época. Para a maioria dos formuladores de políticas, era uma imprudência flagrante — além de ser praticamente impossível — integrar a Grã-Bretanha a qualquer sistema europeu continental que separasse o país dessa sua outra dimensão.

A Grã-Bretanha, então, fazia parte da Europa, mas também integrava uma comunidade imperial anglófona que se espalhava por todo o mundo. E tinha com os Estados Unidos uma ligação bastante peculiar. O povo britânico tendia a uma certa ambivalência em relação aos EUA: enxergava o país, à distância, como um “paraíso de esplendores de consumo” (Malcolm Bradbury), em contraste com a vida apertada dos britânicos, mas, pelo mesmo motivo, ressentia-se. Os dois governos, entretanto, continuavam a professar fé no que mais tarde seria chamado de “relação especial” entre os dois países. Em certa medida, isso decorreu da presença da Grã-Bretanha durante a guerra na “mesa principal”, como uma das Três Grandes Potências em Yalta e Potsdam, e como a terceira potência nuclear, depois do sucesso do teste da bomba britânica, em 1952. Decorreu também da colaboração intensa entre os dois países durante a própria guerra. E apoiou-se um pouco na sensação de superioridade tipicamente inglesa em relação ao país que substituiu a Grã-Bretanha no ápice imperial.¹³

Os americanos sentiam-se decepcionados em face à relutância do Reino Unido diante da idéia de unir o seu destino à Europa, e irritados com a insistência da Grã-Bretanha em preservar seu status imperial. Entretanto, a atitude de Londres, em 1950, traduzia mais do que o engano imperial ou teimosia. A Grã-Bretanha, conforme mais tarde admitiria Jean Monnet em suas memórias, não tinha sido invadida ou ocupada: “Não sentia a necessidade de exortar a História.” Os britânicos vivenciam a Segunda Guerra Mundial como um momento de reconciliação nacional, de união de esforços, e não como um rasgão na malha do Estado e da nação (como a guerra era lembrada do outro lado do canal). Na França, o conflito reve-

¹³ Ponto de vista captado com sutileza nestes versos anônimos, escritos durante as negociações do empréstimo concedido à Grã-Bretanha no pós-guerra: “Em Washington, lordes Halifax / Certa vez sussurrou a lordes Keynes: / É verdade, eles têm mais dinheiro / Mas somos nós que pensamos primeiro.”

lou tudo o que havia de errado na cultura política da nação; na Grã-Bretanha, a luta pareceu confirmar tudo o que havia de certo e positivo nas instituições e nos hábitos nacionais. A Segunda Guerra Mundial, para a maioria dos britânicos, fora travada entre a Alemanha e a Grã-Bretanha, e os britânicos tinham saído triunfantes e devidamente vingados.¹⁴

Esse orgulho contido diante da capacidade de sofrer, resistir e vencer marcou a Grã-Bretanha, em contraste com o continente. E isso também modelou a cultura política dos anos do pós-guerra. Nas eleições de 1945, pela primeira vez na História, o Partido Trabalhista obteve ampla maioria no Parlamento e, conforme vimos, fez avançar uma vasta gama de nacionalizações e reformas sociais, culminando com a implantação do primeiro Estado previdenciário do mundo. As reformas introduzidas pelo governo foram, de modo geral, bem recebidas pelo povo — apesar de causarem poucas mudanças nos hábitos e afinidades mais arraigados da nação. Nas palavras de J. B. Priestley, escrevendo para o periódico *New Statesman*, em julho de 1949: “Somos uma monarquia socialista que na realidade é o último monumento ao liberalismo.”

Na Grã-Bretanha do pós-guerra, a política interna ocupou-se de questões de justiça social e das reformas institucionais necessárias à concretização dessa justiça. Em grande medida, a situação resultou da soma de equívocos por parte de governos anteriores quanto à maneira de abordar as desigualdades sociais; na opinião de muitos observadores, a retomada tardia do debate acerca de gastos públicos urgentes — para saúde, educação, transporte, habitação, pensões etc. — constituía uma merecida recompensa pelos sacrifícios recentemente feitos pelo país. Mas significava também que a maioria dos eleitores britânicos (e muitos parlamentares) não fazia a menor idéia do grau de pobreza que existia no país, nem do quanto custaria à população a vitória na luta épica travada contra a Alemanha.

Em 1945, a Grã-Bretanha estava insolvente. Os britânicos recrutaram mais indivíduos (e durante mais tempo) para as Forças Armadas do que qualquer outro país: em 1945, 10 milhões de homens e mulheres empunhavam armas, ou as fabricavam, isso num universo de 21,5 milhões de adultos empregados. Em vez de ajustar o esforço de guerra britânico aos recursos limitados do país, Winston Churchill gastou todas as fichas — tomando empréstimos aos americanos e vendendo patrimônio britânico no exterior, para manter o fluxo de verbas e equipamentos. Como disse um ministro da Fazenda do tempo da guerra, naqueles anos observou-se “a transição da Inglaterra, do status de maior nação credora do mundo ao de maior nação devedora do mundo”. O custo da Segunda Guerra Mundial para a Grã-Bretanha foi duas vezes maior do que o da Primeira Guerra; o país perdeu a quarta parte da riqueza nacional.

Isso explica as recorrentes crises monetárias da Grã-Bretanha no pós-guerra, pois a nação se esforçava para pagar dívidas imensas em dólares, recorrendo a uma receita drasticamente reduzida. Esse é um motivo pelo qual, na Grã-Bretanha, o Plano Marshall quase não teve impacto em termos de investimento ou modernização industrial: 97% da contrapartida de recursos (mais do que em qualquer outro lugar) foram utilizados para pagar a gigantesca

dívida do país. Para qualquer nação europeia de porte médio, as circunstâncias difíceis observadas no pós-guerra na Grã-Bretanha seriam bastante problemáticas; mas, no caso britânico, os problemas ficavam evidentemente exacerbados pela escala global das responsabilidades imperiais do país.

Para a Grã-Bretanha, o custo da manutenção do status de Grande Potência aumentara muito desde 1939. Entre 1934 e 1938, os gastos totais do país com atividades militares e diplomáticas contabilizaram 6 milhões de libras esterlinas por ano. Em 1947, somente para a rubrica de gastos com o setor militar, o governo orçou 209 milhões de libras. Em julho de 1940, às vésperas da Guerra da Coréia — i.e., antes que as despesas com defesa, após o início da guerra, aumentassem —, a Grã-Bretanha tinha uma esquadra completa no Atlântico, outra no Mediterrâneo e uma terceira no oceano Índico, além de uma “Estação-China” permanente. O país mantinha 120 esquadrões da Real Força Aérea pelo mundo inteiro, e dispunha de exércitos ou setores de exércitos lotados em bases permanentes em Hong Kong, na Malásia, no Golfo Pérsico e no Norte da África, em Trieste e na Áustria, na Alemanha Ocidental e no próprio Reino Unido. Além do mais, havia uma extensa e dispendiosa rede diplomática, consular e de inteligência espalhada mundo afora, aliada ao serviço público que operava junto às colônias, o que, por si só, já constituía um peso burocrático e administrativo, ainda que tivesse sido recentemente reduzido, em decorrência da saída britânica da Índia.

Dadas as circunstâncias extenuantes, o único meio de o país honrar os pagamentos era apoiar a si mesmo medidas de austeridade e penúria sem precedentes — o que, em parte, explica uma característica tão comentada quando se fala daqueles anos: a ativa e vitoriosa Grã-Bretanha parecia mais sovina, mais pobre, mais cinzenta e sombria do que qualquer das terras derrotadas, ocupadas e arrasadas que ficavam do outro lado do canal. Tudo era racionado, restringido, controlado. O editor e ensaísta Cyril Connolly, apesar de ser reconhecidamente pessimista (mesmo nos melhores tempos), captou muito bem o estado de espírito da época, numa comparação que fez entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, em abril de 1947:

Aqui o ego está um tanto sob pressão; a maioria de nós não é constituída de indivíduos, mas de integrantes de uma numerosa classe neutra, abatida, exausta, submetida a um número excessivo de leis, com nossas roupas desmazeladas, nossos cartões de racionamento e nossas histórias de suspense, nossa apatia invejosa, severa, típica do velho mundo — um povo exaurido. E o símbolo desse estado de espírito é Londres, hoje em dia a maior, mais triste e mais suja das grandes cidades, com quilômetros de casas sem pintura, sem habitantes, restaurantes sem comida, pubs sem cerveja, bairros outra vez vivos ora perdendo a personalidade, praças desprovidas de elegância [...] multidões vagueando pelo vime verde manchado das lanchonetes, com suas capas de chuva surradas, sob um céu sempre sombrio e pesado como uma tampa metal de travessa.

Foi um tempo de austeridade. Com o intuito de aumentar os níveis de exportação do país (e assim obter moeda estrangeira), quase tudo era racionado ou, simplesmente, indisponível: carne, açúcar, roupas, carros, gasolina, viagens internacionais, até doces. O racionamento de tudo, jamais imposto durante a guerra, foi introduzido em 1946 e somente abandonado em

¹⁴ É compreensível que os alemães não recordassem a guerra nesses termos e, nas décadas seguintes, tenham ficado atônitos diante de cânticos de torcedores ingleses de futebol e manchetes de jornais britânicos em que alemães eram chamados de “Hans”, “Krauts” etc.

julho de 1948. Em 5 de novembro de 1949, o governo comemorou, com alarde, o "fim das restrições"; mas com o aperto do cinto causado pela Guerra da Coreia, muitas daquelas mesmas restrições tiveram de ser reinstaladas, e o racionamento básico de comida só acabou na Grã-Bretanha em 1954 — muito depois do restante da Europa Ocidental. Cenas urbanas na Grã-Bretanha do pós-guerra pareceriam rotineiras aos cidadãos do bloco soviético — segundo as palavras de uma dona de casa inglesa, lembrando aqueles anos: "Era fila para tudo [...] mesmo que desconhecêssemos o motivo da fila [...] entrávamos na fila, porque sabíamos que haveria algo nos esperando no final dela".

Os britânicos se mostraram extremamente tolerantes diante das privações — em parte devido à crença de que tais privações eram, ao menos, vivenciadas por toda a comunidade; mas o acúmulo de frustração decorrente do racionamento e das restrições, bem como um certo ar de paternalismo puritano observado em alguns ministros do Partido Trabalhista (especialmente o chanceler do Erário, sir Stafford Cripps), contribuiu para a recuperação eleitoral dos conservadores, na década de 1950. A sensação de que não havia escolha e de que o governo sabia o que estava fazendo tornou a primeira geração do pós-guerra na Inglaterra, conforme lembra o romancista David Lodge, falando de sua juventude, "cautelosa, hesitante, grata por pequenos favores e modesta em ambição", estabelecendo um contraste marcante com a geração seguinte. E, ao que parece, os favores não eram tão pequenos. Conforme Sam Watson, veterano líder do sindicato dos mineradores de Durham, fez lembrar aos colegas, durante a convenção anual do Partido Trabalhista, em 1950: "A pobreza está extinta. A fome é algo desconhecido. Os doentes têm assistência, os idosos, carinho; nossos filhos crescem numa terra de oportunidades."

A Grã-Bretanha continuava a ser uma sociedade reverente, dividida em classes — e o Estado previdenciário, conforme vimos, beneficiou o "cidadão mediano", acima de tudo. E, na realidade, renda e riqueza foram redistribuídas como resultado da legislação do pós-guerra — o quinhão da riqueza nacional nas mãos do segmento mais rico da população (1%) caiu de 56%, em 1938, para 43%, em 1954; e o efetivo desaparecimento do desemprego apontou um contraste otimista em relação à sombria década que antecedeu a guerra. Entre 1946 e 1948, 150 mil britânicos migraram para Canadá, Austrália e Nova Zelândia, e muitos outros contemplaram migração; porém, a partir de 1951, parecia que os piores momentos dos anos de austeridade já haviam passado, e o país pôde oferecer a si mesmo o espetáculo otimista do "Festival da Grã-Bretanha", em comemoração ao centenário da grande Exposição de 1851, promovida pelo príncipe Albert.

Os sentimentos daquele momento foram bem captados pelo documentário cinematográfico que Humphrey Jennings produziu a respeito da Inglaterra, em 1951, intitulado *Retrato de Família*. O próprio título já aponta algo característico do país — documentarista algum na França, Itália, Alemanha ou Bélgica pensaria em tal formulação. O filme celebra a "inglesidade", fortemente colorida por lembranças comuns de sofrimento e glória na guerra recente, e é imbuído de indistigável orgulho das peculiaridades locais. É grande a ênfase em ciência e progresso, propósito e trabalho. E não há qualquer referência a vizinhos ou aliados da Inglaterra. Em 1951, o país é apresentado sozinho, conforme a situação na qual já se achava em 1949. Já em 1828, o poeta alemão Heinrich Heine fez o comentário de que "raramente é possível,

para os ingleses, em seus debates parlamentares, expressarem princípios. Limitam-se a discutir a utilidade ou inutilidade de algo, e a apresentar fatos a favor e contra". Os britânicos recusaram o convite feito por Robert Schuman, em 1950, porque julgavam inútil a adesão a um projeto econômico europeu, e por causa de um antigo incômodo em relação às trapalhadas continentais. Mas a decisão britânica de ficar de fora da CECA foi, acima de tudo, instintiva, psicológica, fruto da extrema peculiaridade da experiência britânica recente. Falando para uma platéia de nova-iorquinos, em janeiro de 1952, Anthony Eden assim resume a decisão britânica: "Isso é algo que sabemos, no íntimo, que não podemos fazer."

A decisão não foi definitiva; porém, tomada naquele momento, mostrou-se profética. Com a ausência da Grã-Bretanha (e dos escandinavos, na esteira da Grã-Bretanha), o poder na "pequena Europa" Ocidental caiu, automaticamente, nas mãos da França. Os franceses, então, fizeram o que os britânicos teriam feito em outras circunstâncias, e forjaram a "Europa" a imagem francesa, moldando instituições e políticas de acordo com um formato baseado em precedentes franceses. Naquele momento, foram os europeus continentais, não os britânicos, que lamentaram o curso dos acontecimentos. Muitos líderes europeus ilustres desejavam, sinceramente, a adesão da Grã-Bretanha. Conforme mais tarde observou Paul-Henri Spaak, estadista belga, em tom pesaroso: "A liderança moral — viria de bandeja." Também Monnet, mais tarde, indagaria como teria sido se a Grã-Bretanha tivesse tomado a iniciativa num momento em que a autoridade britânica era inigualável. Dez anos depois, é verdade, os britânicos reconsiderariam. Mas, na Europa do pós-guerra, dez anos era muito tempo, e àquela altura os dados já tinham sido lançados.

cogitação. Conforme previra Amalrik, em "A União Soviética Sobreviverá até 1984?", a elite comunista "considera o regime o menor dos males, comparado ao doloroso processo inerente à sua transformação". Reformas econômicas, até mesmo as mais localizadas e pouco eficientes, teriam ramificações políticas imediatas. Os esquemas econômicos do socialismo não constituíam uma área autônoma; estavam totalmente integrados ao próprio regime político.

Não por acaso, os Estados-satélites do Leste Europeu eram todos governados por com servadores idosos e oportunistas. Na nova era do realismo, Edward Gierek, de Varsóvia (nascido em 1913), Gustav Husák, de Praga (nascido em 1913), Erich Honecker, de Berlim (nascido em 1912), János Kádár, de Budapeste (nascido em 1912), e Todor Zhivkov, de Sófia (nascido em 1911) — sem falar de Enver Hoxha, de Tirana (nascido em 1908) e Josip Broz Tito, de Belgrado (nascido em 1892) — eram os mais realistas. A exemplo de Leonid Brejnev — nascido em 1906, condecorado com sete Ordens de Lenin, quatro vezes Herói da União Soviética, vencedor do Prêmio Lenin da Paz, secretário-geral e, desde 1977, chefe de Estado —, esses homens tinham envelhecido à moda antiga. Não teriam grande incentivo para puxar o tapete sob os próprios pés. Pretendiam morrer em meio ao conforto.¹⁷

O fato de que o "socialismo real" não funcionava e estava desacreditado, por si só, não selou o destino do regime. Em 1971, no discurso de aceitação do Prêmio Nobel (lido em sua ausência), Aleksandr Soljitsin afirmou, com entusiasmo: "Depois que a mentira foi desmascarada, a nudez da violência será revelada em toda a sua repulsa, e então a violência, já decrépita, rui". Mas não foi bem assim. A nudez da violência soviética tinha sido revelada havia muito tempo — e voltaria a ser exposta na desastrosa invasão do Afeganistão, em 1979 — e a mentira do comunismo começara a ser progressivamente desmascarada e afastada desde de 1968.

Mas o sistema ainda não havia desmoronado. A contribuição marcante de Lenin para a história europeia foi o seqüestro da herança política centrífuga do radicalismo europeu, canalizado para o poder através de um sistema inovador de controle monopolizado — e não sem hesitação e contido à força num só local. Na periferia, talvez o sistema comunista seguisse se correndo, indefinidamente, mas a iniciativa para o colapso final só poderia partir do centro. No relato do fim do comunismo, o extraordinário florescimento, em Praga ou Varsóvia, de um novo tipo de oposição foi apenas o fim do começo. No entanto, o surgimento de um novo tipo de liderança, na própria Moscou, seria o começo do fim.

¹⁷ Além do mais, a exemplo do próprio Brejnev, figuravam entre os maiores consumidores da época. Numa piada soviética que então circulava, o líder soviético mostra para a mãe sua casa de verão, seus carros e suas cabanas de caça. "Que mais vilha, Leonid", ela diz. "Mas e se os comunistas voltarem ao poder?"

O Fim da Velha Ordem

"Não podemos continuar a viver assim."

Mikhail Gorbachev (*dirigindo-se à esposa, março de 1985*)

"O momento mais perigoso para um mau governo é quando começa a se reformar."

Alexis de Tocqueville

"Não temos a menor intenção de prejudicar ou desestabilizar a RDA."

Heinrich Windelen, ministro das Relações Internacionais da Alemanha Ocidental

"A experiência histórica demonstra que, conforme as circunstâncias, os comunistas eram forçados a se comportar racionalmente e a fazer concessões."

Adam Michnik

"Povo, o teu governo volta para ti."

Václav Havel, discurso presidencial, 1º de janeiro de 1990

O relato tradicional do colapso do comunismo tem início na Polónia. Em 16 de outubro de 1978, Karol Wojtyła, cardeal de Cracóvia, foi eleito para o papado, como João Paulo II, o primeiro polonês a ser papa. As expectativas diante da eleição do novo papa foram absolutamente inusitadas nos tempos modernos. Na Igreja Católica, havia quem o considerasse um provável radical: era jovem (tinha apenas 58 anos quando foi eleito papa, e fora nomeado arcebispo de Cracóvia quando estava na faixa dos 30), mas estivera presente no Concílio Vaticano Segundo. Dinâmico e carismático, ele haveria de concluir o trabalho dos papas João XXIII e Paulo VI, e conduzir a Igreja a uma nova era, atuando como pastor, não como burocrata da cúria.

Enquanto isso, católicos conservadores confiavam na reputação de firmeza teológica e no absolutismo moral e político de Wojtyła, características nascidas de sua experiência como padre e prelado sob o regime comunista. Ali estava um homem que, apesar da reputação de "papa das idéias", aberto à troca intelectual e ao debate acadêmico, não faria concessões aos inimigos da Igreja. A semelhança do cardeal Joseph Ratzinger, o poderoso líder da Congregação para a Doutrina da Fé (e seu sucessor no papado), Wojtyła teve seu entusiasmo reformista abalado pelo impacto radical produzido pelas reformas de João XXIII. Já na época da eleição, Wojtyła tornara-se um conservador, tanto em questões administrativas quanto doutrinárias.

As origens polonesas de Karol Wojtyła e sua trágica juventude ajudam a explicar a extraordinária força de suas convicções e a natureza especial do seu papado. Aos 8 anos, perdido a mãe (três anos mais tarde, perderia o único irmão, mais velho, Edmund; seu último parente próximo, o pai, morreu durante a guerra, quando Wojtyła tinha 19 anos). Depois da morte da mãe, foi levado pelo pai ao Santuário Mariano em Kalwaria Zebrzydowska, onde nos anos seguintes fez diversas peregrinações — Zebrzydowska, assim como Czestochowa, é um centro importante do culto à Virgem Maria na Polónia moderna. Aos 15 anos, Wojtyła era presidente da Congregação Mariana em Wadowice, sua cidade natal, indicação precoce de sua inclinação à veneração de Maria (o que, por seu turno, contribuiu para a sua visão obstinada em relação ao matrimónio e ao aborto).

A perspectiva cristã do novo papa se enraizava no estilo perculiarmente messiânico do catolicismo polonês. Na Polónia moderna, ele via não apenas a combatida frente oriental da verdadeira fé, mas também uma terra e um povo eleitos para servir de exemplo e espada da Igreja na luta contra o ateísmo oriental e o materialismo ocidental.¹ Somada ao longo período em que serviu em Cracóvia, isolado das correntes teológicas e políticas ocidentais, esta visão explica, provavelmente, a tendência de Wojtyła a adotar uma postura cristã-polonesa paroquial, por vezes perturbadora.²

Mas isso também explica o entusiasmo sem precedentes por Wojtyła no seu país de origem. Desde o princípio, o novo papa se afastou da aquiescência romana e cosmopolita do seu predecessor, diante da modernidade, do secularismo e da concessão. A campanha de visitas internacionais — com atuações meticolosamente encenadas em imensos espaços abertos, grandes crucifixos e efeitos de luz, som e marcação teatral — não foi realizada sem planejamento. Tratava-se de um Grande Papa, que levava pelo mundo a sua pessoa e a sua Fé — ao Brasil, México, aos EUA, às Filipinas, à Itália, França, Espanha, e acima de tudo à Polónia.

Deixando de lado a cautelosa *Ospolityk* dos predecessores, João Paulo II chegou em Varsóvia, em 2 de junho de 1979, para a primeira de três dramáticas “peregrinações” à Polónia comunista. Foi recebido calorosamente por multidões. A presença do papa afirmou e reforçou a influência da Igreja Católica na Polónia, mas o pontífice não estava interessado apenas em endossar a sobrevivência passiva da cristandade diante do comunismo. Para a apreensão dos bispos, ele começou a desestimular católicos na Polónia e outras regiões do Leste Europeu a manter qualquer compromisso com o marxismo, e ofereceu a Igreja não apenas como santuário, mas como pólo alternativo de autoridade moral e social.

Conforme os comunistas poloneses bem sabiam, tal mudança na postura da Igreja Católica — passando da contemporização à resistência — poderia provocar um impacto destabilizador, impondo um desafio ao monopólio que o partido exercia sobre a autoridade. Isso se

¹ É certo que compete à Igreja Católica condenar os ídolos materialistas e o pecado da soberbia. Mas Karol Wojtyła foi bem mais longe. No Vaticano, em suas “Reflexões da Quaresma”, em 1975, três anos antes de se tornar papa, ele anunciou explicitamente que, das duas ameaças à Igreja — consumismo e perseguição —, a primeira era a mais séria e, portanto, a maior inimiga.

² Vejamos, por exemplo, o apoio inicial por ele oferecido ao projeto de um convento carmelita em Auschwitz, apoio que foi mais tarde retirado, devido ao protesto internacional. Sua impensada descrição da Polónia sob lei marcial como um “imenso campo de concentração” refletiu uma limitação similar.

foi, em parte, porque os poloneses permaneceram majoritariamente e entusiasticamente católicos e em grande medida, por causa da própria pessoa do papa. Mas os comunistas pouco podiam fazer — proibir o pontífice de visitar a Polónia, ou de lá pregar, só reforçaria o fascínio que ele despertava, e alienaria ainda mais os milhões de admiradores. Mesmo depois da imposição da lei marcial, quando o papa voltou à Polónia, em junho de 1983, e se dirigiu aos “compatriotas” na catedral de São João, em Varsóvia, falando de “decepção e humilhação, sofrimento e perda de liberdade”, os líderes comunistas podiam tão-somente observar e ouvir. “A Polónia”, ele disse, para consternamento do general Jaruzelski, num discurso televisado, “precisa assumir o seu lugar entre as nações da Europa, entre o Oriente e o Ocidente”.

O papa, conforme Stalin certa vez observou, não tem pelotões. Mas Deus nem sempre está do lado dos grandes batalhões: João Paulo II compensava a falta de soldados com a sua visibilidade — e senso de oportunidade. Em 1979, a Polónia já estava à beira de uma conjuntura social. Desde os protestos dos trabalhadores, em 1970, e novamente em 1976, ambos provocados pelos aumentos bruscos nos preços dos alimentos, o primeiro-secretário Edward Gierek fizera de tudo para evitar a insatisfação doméstica — sobretudo, conforme vimos, tomando empréstimos vultosos no exterior e utilizando-os para suprir os poloneses com gêneros alimentícios e outros bens subsidiados. Mas a estratégia começava a falhar.

Graças ao surgimento do KOR de Jacek Kuron, a oposição intelectual e os líderes dos trabalhadores agora cooperavam muito mais do que no passado. Em resposta ao cauteloso surgimento de sindicatos “livres” (i.e., ilegais) em diversas cidades industriais e litorâneas, a começar por Katowice e Gdansk, os líderes do KOR, em dezembro de 1979, elaboraram uma “Carta dos Direitos dos Trabalhadores”; as reivindicações incluíam os direitos à organização de sindicatos autônomos, não-filiados ao partido, e à greve. A reação previsível das autoridades foi a prisão dos intelectuais ativistas e a demissão dos operários rebeldes — entre os quais o electricista, então desconhecido, Lech Walesa e outros 14 operários da Elektromontaz, em Gdansk.

Não se sabe ao certo se o movimento semiclandestino pelos direitos dos trabalhadores evoluiu. Mas é certo que os porta-vozes do movimento foram incentivados pela recente visita do papa, e pela intuição de que o regime hesitaria em reagir com violência, com receio de suscitar a desaprovação internacional. Mas o grupo ainda constituiu uma pequena e esporádica rede de ativistas. O que precipitou o apoio das massas foi a tentativa do Partido Comunista — pela terceira vez na mesma década — de resolver as dificuldades econômicas anunciando, em 1º de julho de 1980, um aumento imediato no preço da carne bovina.

No dia seguinte ao anúncio, o KOR declarou-se “agência de informação da greve”. Nas três semanas subsequentes, greves pipocaram na fábrica de tratores Ursus (cenário dos protestos de 1976) e nas maiores cidades industriais do país, chegando a Gdansk e ao Estaleiro Lenin, em 2 de agosto. Ali, os operários que trabalhavam na construção de navios ocuparam o pátio e constituíram um sindicato extra-oficial, Solidarność (Solidariedade) — liderado por Walesa, que em 18 de agosto de 1980 assumiu a frente de um movimento grevista nacional.

A reação instintiva das autoridades — prender os “líderes” e isolar os grevistas — falhou; o próximo passo, então, foi ganhar tempo e dividir os revoltosos. Num gesto sem precedentes, representantes do Politburo foram enviados a Gdansk a fim de negociar com os líderes

“sensatos”, isso enquanto Kuroń, Adam Michnik e outros líderes do KOR eram detidos para interrogatório. Mas outros intelectuais — o historiador Bronislaw Geremek e o advogado Tadeusz Mazowiecki —, que foram a Gdansk ajudar os grevistas na negociação e Waleśa, que cada vez mais se destacava.

O regime foi forçado a ceder. Em 1º de setembro, a polícia liberou todos os que ainda se encontravam detidos e, duas semanas depois, o Conselho de Estado polonês atendeu oficialmente, à principal exigência dos grevistas: o direito de formar e registrar sindicatos trabalhistas livres. Em oito semanas, a rede informal de greves e sindicatos extra-oficiais, que então existia por toda a Polónia, uniu-se numa só organização, cuja existência as autoridades já não podiam negar: em 10 de novembro de 1980 o Solidariedade tornou-se o primeiro sindicato livre registrado oficialmente num país comunista, com cerca de 10 milhões de associados. No congresso de fundação do sindicato, em setembro do ano seguinte, Waleśa foi eleito presidente.

De novembro de 1980 a dezembro de 1981, a Polónia viveu num limbo nervoso e instável. Os assessores de Waleśa — preocupados com erros cometidos no passado e atentos para não provocar uma reação por parte da humilhada liderança comunista — recomendavam cautela. Aquela seria uma “revolução contida”. Jacek Kuroń, com as lembranças de 1956 e de 1968 ainda vivas na mente, insistia no compromisso com o “sistema socialista” e reiterava que o Solidariedade reconhecia o “papel de liderança desempenhado pelo partido” — em Varsóvia ou Moscou, ninguém queria propiciar às autoridades a desculpa para enviar os tanques.

Até certo ponto, as contenções impostas pelo Solidariedade a si mesmo compensaram. Questões flagrantemente políticas — desarmamento ou política externa — ficaram fora da agenda pública do sindicato, que, como alternativa, focalizou a estratégia estabelecida pelo KOR de “praticar sociedade”: construir ligações com a Igreja Católica (no que Adam Michnik tinha grande interesse, pois estava decidido a superar o velho anticlericalismo da esquerda polonesa e firmar uma aliança com a revigorada liderança católica); instituir sindicatos locais e conselhos de fábricas; instar o reconhecimento da autogestão e dos direitos sociais no local de trabalho (este último em termos emprestados, palavra por palavra, das convenções da Organização Internacional do Trabalho, sediada em Genebra).

Porém, sob o comunismo, mesmo essas táticas cautelosamente “apolíticas” haveriam de confrontar a relutância do partido em conceder *qualquer tipo* de autoridade ou autonomia. Além disso, a economia continuava a implodir: durante o ano de 1981, a produtividade industrial entrou em colapso, enquanto os trabalhadores poloneses recém-sindicalizados realizavam assembléias, protestos e greves, a fim de promover suas reivindicações. Sob a ótica de Varsóvia, e sobretudo de Moscou, o país estava à deriva, e o regime perdia o controle da situação. A Polónia também se tornava um mau exemplo para os vizinhos. A despeito de toda a prudência dos líderes, o Solidariedade estava fadado a despertar os fantasmas de Budapeste e Praga.

Em fevereiro de 1981, o general Wojciech Jaruzelski fora alçado de ministro da Defesa a primeiro-ministro, substituindo Gierek, que agora caíra em desgraça. Em outubro, Jaruzelski sucedeu Stanislaw Kania como secretário do partido. Certo do apoio do Exército, e com a

liderança soviética incentivando uma ação firme que sustasse o desvio da Polónia, o general apressou-se a pôr um ponto final numa situação que os dois lados sabiam que não poderia perdurar indefinidamente. Em 13 de dezembro de 1981 — no momento em que conversações sobre desarmamento nuclear entre os EUA e a URSS ocorriam em Genebra — Jaruzelski instituiu a lei marcial na Polónia, supostamente para evitar uma intervenção soviética. Os líderes e assessores do Solidariedade foram levados para a cadeia (embora o sindicato propriamente dito não fosse proscrito no ano seguinte, continuando a existir na clandestinidade).³

Em retrospecto, e após os eventos de 1989, a ascensão do Solidariedade aparece como a primeira salva da batalha final contra o comunismo. Mas a “revolução” polonesa de 1980-1981 é mais bem compreendida como a última de uma série de manifestações de trabalho-no, iniciadas em 1970 e direcionadas contra a repressora e incompetente gestão econômica praticada pelo partido. Incompetência descarada, carreirismo e desperdício; aumentos de preços, greves e repressão; surgimento espontâneo de sindicatos locais e ação de intelectuais dissidentes; simpatia e apoio da Igreja Católica: eis os conhecidos fatores constitutivos do renascimento de uma sociedade civil, retratados de modo comovente por Andrzej Wajda em *O Homem de Mármore* (1977) e *O Homem de Ferro* (1981), relatos cinematográficos didáticos sobre a perda das ilusões e o renascimento das esperanças na Polónia comunista.

Mas não passavam disso. Tais fatores não renunciavam a queda do poder comunista. Como Michnik, Kuroń e outros continuavam a insistir, antes e depois da imposição da lei marcial, o comunismo poderia ser, gradativamente, corroído no interior e na base, mas não derrubado. O confronto direto seria catastrófico, conforme a História já havia demonstrado. Sim, a lei marcial (que vigorou até julho de 1983) e o subsequente “estado de guerra” eram a admissão de um certo tipo de fracasso por parte das autoridades — nenhum outro país comunista fora levado a tais medidas, e o próprio Michnik falava de “desastre para o Estado totalitário” (embora assentisse, ao mesmo tempo, que se tratava de sério “révês para a sociedade independente”). Mas comunismo era poder, e poder não estava em Varsóvia, e sim em Moscou. Os acontecimentos na Polónia foram um prólogo emocionante da narrativa do colapso do comunismo, mas foram secundários. A verdadeira ação ocorreu em outro local.

A repressão na Polónia contribuiu ainda mais para o esfriamento das relações entre Ocidente e Oriente verificado a partir do final da década de 1970. A “segunda Guerra Fria”, como ficou conhecida, não deve ser exagerada: embora, em dado momento, Leonid Brejnev e Ronald Reagan se acusassem de vislumbra-rem e até planejar uma guerra nuclear, nem a URSS nem os EUA tinham tal intenção.⁴ Com a conclusão dos Acordos de Helsinque, Washington e Moscou pensavam que o final da Guerra Fria lhes traria benefícios. É verdade que a situação na Europa servia para as duas grandes potências, os EUA agora se comportando como a

³ Com o incentivo do Vaticano, os EUA haveriam de prover substancioso apoio financeiro ao Solidariedade, nos anos em que o sindicato existiu clandestinamente — algumas estimativas chegam a 50 milhões de dólares.

⁴ Embora, em novembro de 1981, no início de sua gestão, Reagan deixasse escapar a idéia de que uma guerra nuclear na Europa não implicaria uma batalha estratégica. Os aliados de Washington no Oeste Europeu ficaram tão alarmados quanto Moscou e, ao lado de Moscou, protestaram com veemência.

Rússia tsarista nas décadas subsequentes à derrota de Napoleão, em 1815: i.e., uma espécie de policial do continente, cuja presença impediria que um poder revolucionário incontível provocasse novas comissões que abalassem o *status quo*.

No entanto, as relações entre o Oriente e o Ocidente estavam se deteriorando. A invasão do Afeganistão pela União Soviética, em dezembro de 1979, instada pelo ministro das Relações Exteriores, Andrei Gromiko, cujo propósito era restaurar um regime estatal e submisso na sensível fronteira sul da União Soviética, provocou o boicote dos EUA aos jogos Olímpicos de Moscou, em 1980 (gentileza paga na mesma moeda, quando o bloco soviético desprezou as Olimpíadas de Los Angeles, em 1984), e levou o presidente Carter, publicamente, a “rever [sua] opinião sobre os objetivos finais dos soviéticos” (*The New York Times*, 1º de janeiro de 1980). A invasão também levou os líderes ocidentais a considerá-la uma decisão, tomada durante uma reunião da OTAN realizada apenas duas semanas antes de instalar 108 novos mísseis Pershing II e 464 mísseis Cruise na Europa Ocidental — em resposta à instalação de uma nova geração de mísseis SS20, de meio alcance, na Ucrânia. Uma nova corrida armamentista parecia ganhar velocidade.

Ninguém, menos ainda os líderes do Oeste Europeu cujos países, no caso de um confronto nuclear, seriam os primeiros a sofrer, se iludia a respeito da importância dos mísseis nucleares. Enquanto instrumentos de guerra, tais armas eram singularmente inúteis — ao contrário de uma lança, serviam somente para se sentar em cima. No entanto, como mecanismo de contenção, um arsenal nuclear tinha a sua utilidade — desde que o inimigo se convencesse de que o arsenal poderia, no extremo, ser utilizado. Em todo caso, não havia outro meio de defender a Europa contra um Pacto de Varsóvia que, no início dos anos 80, vangloriava-se de contar com mais de cinquenta divisões de Infantaria armada, 16 mil tanques, 26 mil veículos bélicos e 4 mil aeronaves de combate.

Foi por isso que primeiros-ministros britânicos (tanto Margaret Thatcher quanto seu antecessor, James Callaghan), chanceleres da Alemanha Ocidental e líderes da Bélgica, Itália e Holanda acolheram os novos mísseis e autorizaram a sua instalação. Em seu recém-descoberto entusiasmo pela aliança ocidental, o presidente francês, François Mitterrand, foi particularmente enfático: num discurso contundente proferido diante de um atônito *Bundestag*, em janeiro de 1983, Mitterrand insistiu com os alemães ocidentais quanto à necessidade urgente de agüentar firme e aceitar os mísseis norte-americanos.⁵

A “nova Guerra Fria” reabriu uma perspectiva de terror aparentemente desproporcional à importância das questões em jogo — ou às intenções da maioria dos participantes. Na Europa Ocidental, o movimento antinuclear pela paz ressurgiu, fortalecido por uma nova geração de ativistas dos Partidos Verdes. Na Grã-Bretanha, uma animada coleção, decididamente inglesa, de feministas, ambientalistas e anarquistas, ao lado de amigos e parentes, manteve sítida durante um longo tempo a base de mísseis em Greenham Common — para o espanto de uma cansada guarnição norte-americana.

A oposição era maior na Alemanha Ocidental, onde o chanceler socialdemocrata Helmut Schmidt foi forçado a ceder, depois que a ala esquerdista do seu próprio partido votou contra os novos mísseis — que foram mais tarde aprovados e instalados pelo seu sucessor,

⁵ Evidentemente, a ideia de instalar Pershings ou Cruises na própria França estava fora de cogitação...

o democrata cristão Helmut Kohl.⁶ A miragem de uma zona neutra e “desnuclearizada” na Europa Central ainda era cara a muitos alemães, e membros ilustres do Partido Verde e do Partido Socialdemocrata na Alemanha Ocidental ratificavam os apelos oficiais da Alemanha Oriental contra as armas nucleares — durante uma demonstração em Bonn, em outubro de 1983, o ex-chanceler Willy Brandt exortou uma multidão de 300 mil simpatizantes a exigir que o governo renunciasse, unilateralmente, à instalação de novos mísseis. O chamado “Ape-lo Krefeld” contra a instalação de mísseis Cruise e Pershing na República Federal colheu 2,7 milhões de assinaturas.

Nem a invasão do Afeganistão, nem o “estado de guerra” na Polónia despertaram na Europa Ocidental preocupação comparável, nem mesmo nos círculos oficiais (inclusive, a primeira reação do chanceler Helmut Schmidt à lei marcial decretada por Jaruzelski foi despaçar um representante do alto escalão para Varsóvia, em fevereiro de 1982, a fim de ajudar na superação do “isolamento” polonês).⁷ Já os pacifistas se preocupavam muito menos com a repressão em Varsóvia do que com a retórica beligerante que emanava de Washington. Embora a decisão da OTAN relativa à instalação de novos mísseis tivesse sido acompanhada pela oferta de negociações em prol da redução dessas mesmas armas (a chamada abordagem “mão-dupla”), cada vez mais tornava-se óbvio que, com o novo presidente, os EUA tinham adotado uma estratégia nova e agressiva.

Grande parte da beligerância de Washington tinha caráter meramente retórico — quando Ronald Reagan exigiu que a “Polónia fosse a Polónia”, ou rotulou Moscou de “Império do Mal” (em março de 1983), estava encenando um papel para a platéia doméstica. Afinal, o mesmo presidente abria conversações sobre redução de armas nucleares e propunha a redução dos mísseis norte-americanos de alcance médio, se os soviéticos retirassem os deles. Mas, na verdade, os Estados Unidos estavam embarcando num grande programa de rearmamento. Em agosto de 1981, Reagan anunciou que os EUA estocariam bombas de nêutron. A implantação do sistema de mísseis MX, em descumprimento aos Tratados de Limitação de Armas Estratégicas, foi anunciada em novembro de 1982, seguida, cinco meses depois, pela Iniciativa de Defesa Estratégica (“Guerra nas Estrelas”), provocando protesto soviético, sob a correta alegação de que a medida feria o Tratado de Mísseis Antibalísticos, assinado em 1972. A ajuda militar oficial e o apoio clandestino ao Afeganistão e à América Central aumentavam. Em 1985, os gastos dos EUA com defesa subiram 6%, um aumento sem precedentes em tempo de paz.⁸

Em setembro de 1981, Reagan advertira que, sem um acordo de armas nucleares passível de fiscalização, haveria uma corrida armamentista, e que, se houvesse uma corrida armamen-

⁶ A partir de 1990, transpareceu o fato de que, nos anos em questão, ao menos 25 integrantes do *Bundestag* eram agentes pagos pela RDA.

⁷ Em 13 de dezembro de 1981, dia em que a lei marcial foi instalada na Polónia, Schmidt estava na RDA, mantendo “conversações de cúpula” com o colega Erich Honecker, e ficou bastante aborrecido, embora menos com a prisão de centenas de dissidentes poloneses do que com o possível impacto “desestabilizador” que os acontecimentos na Polónia poderiam causar às relações entre as duas Alemanhas, relações essas cada vez mais salutarres.

⁸ Graças a um PIB em crescimento, os gastos públicos com defesa nos EUA decréscam continuamente, em termos relativos, desde meados dos anos 50 até 1979, mesmo durante os anos do Vietnã. Depois, a rubrica aumentou drasticamente: como percentual de desembolso federal, os gastos com defesa, em 1987, tinham aumentado 24% em comparação com 1980.

tista, os EUA venceriam a prova. E foi o que aconteceu. Em retrospecto, o fortalecimento da defesa norte-americana seria visto como a alavanca maquiavélica que quebrou o sistema soviético e o levou a desmoronar. No entanto, a coisa não foi bem assim. A União Soviética mal podia arcar com os gastos da corrida armamentista na qual embarcara, já em 1974. Mas a bancarrota, por si só, não teria derrubado o comunismo.

A “segunda Guerra Fria” e a beligerância pública dos EUA, sem dúvida, aumentaram a pressão sobre um sistema que já dava sinais de mau funcionamento. A União Soviética construiu uma máquina militar que derrotara Hitler, ocupara metade da Europa e acompanhava o Ocidente, arma por arma, durante quarenta anos — mas o preço tinha sido excessivo. Por seu auge, o percentual de recursos soviéticos destinados a cobrir gastos militares ficava entre 30% e 40%, quatro ou cinco vezes maior do que os índices norte-americanos. Para muitos especialistas na União Soviética, era evidente que o país não poderia carregar, indefinidamente, tamanho peso. A longo prazo, a conta do projeto de fortalecimento militar teria de ser paga.

Mas, ao menos a curto prazo, é provável que a tensão internacional tenha contribuído para sustentar o regime. Talvez a União Soviética fosse um vilarejo Potemkin com dimensões continentais — o “Alto Volta com mísseis”, segundo a concisa definição de Helmut Schmidt; mas, afinal, o país tinha os tais mísseis, e eles conferiam um certo status e respeito aos proprietários. Além do mais, os veteranos líderes soviéticos, sobretudo o diretor da KGB, Iuri Andropov, levavam a sério a ameaça norte-americana. À semelhança dos colegas em Washington, eles realmente acreditavam que o outro lado contemplava a possibilidade de uma guerra nuclear preventiva. A linha-dura de Reagan e, em particular, a Iniciativa de Defesa Estratégica por ele instituída tornavam a velha guarda da liderança soviética ainda menos disposta a fazer concessões.

O verdadeiro dilema militar que se apresentava aos líderes soviéticos não ocorreu nem na Europa nem em Washington, mas em Cabul. Permito-me discordar da reação de Jimmy Carter quanto à “descoberta” tardia das supostas ambições estratégicas soviéticas, mas a invasão do Afeganistão, em 1979, não abriu uma nova frente na luta do comunismo contra o mundo livre. Na verdade, a questão resultou de uma inquietação interna. O censo soviético de 1979 revelou um aumento sem precedentes da população da Ásia Central soviética (principalmente muçulmana). No Cazaquistão soviético e nas Repúblicas ao longo da divisa afegã — Turcomenistão, Uzbequistão e Tadjiquistão — os números tinham se elevado mais de 25% desde 1970. Ao longo da década seguinte, enquanto a população da Ucrânia cresceria apenas 4%, a do Tadjiquistão registrou um aumento de quase 50%. A Rússia europeia, segundo parecia aos líderes, estava sob ameaça demográfica imposta pelas minorias internas conforme Leonid Brejnev, já enfermo, admitiu durante o 26º Congresso do Partido, em fevereiro de 1981, ainda havia “questões de nacionalidade” que precisavam ser abordadas.

Se a ocupação do Afeganistão conseguisse instalar um regime seguro e cordato em Cabul, os líderes soviéticos teriam garantido um duplo sucesso. Teriam reafirmado a presença vitalante de Moscou no Oriente Médio e enviado uma “mensagem clara” a uma nova geração de muçulmanos soviéticos que sonhavam com independência. Mas os soviéticos, é sabido, fracassaram no Afeganistão. Brejnev, Gromiko e seus generais ignoraram não apenas as lições

do Vietnã, repetindo muitos erros cometidos pelos americanos, mas também esqueceram os fracassos da própria Rússia tsarista, naquela mesma região, oitenta anos antes. Na realidade, a tentativa desastrosa da URSS de manter um regime fantoche num território hostil e desconhecido provocou a oposição acirrada de guerrilheiros e fanáticos religiosos (*mujahidín*), armados e financiados por fontes externas. E, em vez de “abordar” as questões de nacionalidade do próprio império, a tentativa russa serviu apenas para inflamá-las: as autoridades “marxistas” de Cabul (apoiadas pelos soviéticos) pouco fizeram pela posição de Moscou no mundo islâmico, tanto no país quanto no exterior.

Em suma, o Afeganistão foi uma catástrofe para a União Soviética. O impacto traumático da campanha numa geração inteira de soldados só seria visível mais tarde. No início dos anos 90, estimava-se que um em cada cinco veteranos das guerras afegãs era alcoólatra; na Rússia pós-soviética, muitos dos demais ex-recrutados, incapazes de encontrar trabalho permanente, convergiram para organizações nacionalistas da extrema direita. Porém, muito antes de isso acontecer, os próprios líderes soviéticos já enxergavam a escala do passo em falso. Além do desperdício com homens e equipamentos, a guerra nas montanhas afegãs, que durou uma década, constituiu grande humilhação internacional. E impediria, no futuro próximo, qualquer outra ação do Exército Vermelho além das fronteiras da URSS; conforme Igor Ligachev, membro do Politburo, mais tarde admitiria ao jornalista norte-americano David Remnick: depois do Afeganistão não haveria a menor possibilidade de recorrer à força na Europa Oriental.

É indício de fragilidade o fato de a União Soviética ter se mostrado tão vulnerável ao impacto de somente uma aventura neocolonialista — ainda que tal aventura fosse um fracasso retumbante. Mas o desastre no Afeganistão, a exemplo do custo da crescente corrida armamentista do início dos anos 80, não teria, em si mesmo, induzido o colapso do sistema. Respalçada pelo medo, pela inércia e pelo auto-interesse dos veteranos que a comandavam, a era de Brejnev, conhecida como “era da estagnação”, talvez perdurasse indefinidamente. Decerto, não havia autoridade que servisse de contrapeso, não havia um movimento dissidente — fosse na União Soviética ou nos Estados-satélites — capaz de derrubar o sistema. Somente um comunista poderia fazê-lo. E foi um comunista quem o fez.

A premissa norteadora do projeto comunista era a fé nas leis da História e nos interesses da coletividade, sempre acima das motivações e dos atos dos indivíduos. É, portanto, irônico e propício que o destino do comunismo, em última análise, fosse definido pelo destino de homens. Em 10 de novembro de 1982, aos 76 anos, Leonid Brejnev, finalmente, faleceu. Seu sucessor, Andropov, já estava com 68 anos e não gozava de boa saúde. Em pouco mais de um ano, antes de implementar qualquer uma das reformas que pretendia, Andropov morreu e foi substituído no Secretariado-Geral por Konstantin Chernenko, já com 72 anos, e com a saúde tão debilitada que o novo líder mal conseguiu concluir o discurso nos funerais de Andropov, em fevereiro de 1984. Passados 13 meses, Chernenko também estava morto.

As mortes sucessivas de três comunistas da velha guarda, todos nascidos antes da Primeira Guerra Mundial, foram um tanto sintomáticas: a geração de líderes do partido que guardava memórias das origens bolcheviques da União Soviética e cujas vidas e carreiras tinham sido marcadas por Stalin começava a desaparecer. A referida geração herdara e comandara uma

burocracia autoritária e gerontocrata, cuja grande prioridade era a própria sobrevivência no mundo em que Brejnev, Andropov e Chernenko tinham crescido, ter morte tranquila não era um feito insignificante. Entretanto, a partir daquele momento, o mundo seria liderado por homens mais jovens; o instinto destes não era menos autoritário, mas eles não teriam mais opções, senão enfrentar os problemas da corrupção, estagnação e ineficiência que assolavam o sistema soviético, desde cima até embaixo.

O sucessor de Chernenko, devidamente promovido a secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, em 11 de março de 1985, foi Mikhail Sergeievitch Gorbachev. Nascido num vilarejo da região sulista de Stavropol, em 1931, Gorbachev, aos 41 anos, foi eleito para o Comitê Central. Agora, passados apenas 13 anos, liderava o partido, Gorbachev não era apenas vinte anos mais jovem do que seus predecessores; chegou a ocupar um posto de preminência a uma idade mais jovem do que todos os presidentes norte-americanos que antecederam Bill Clinton. Sua rápida ascensão tinha sido incentivada e facilitada por Andropov, e o novo líder era visto como um provável reformista.

Reformista, mas não radical. Mikhail Gorbachev era um típico *apparatchik*.⁹ Fizera carreira no partido, iniciando como primeiro-secretário da Juventude Comunista do Distrito de Stavropol, em 1956, depois atuando como secretário do comitê das fazendas regionais e chegando a membro do Parlamento Soviético (eleito em 1970). O novo líder encarnava muitos dos sentimentos da sua geração comunista; jamais criticando abertamente o partido ou as suas políticas, Gorbachev ficara profundamente sensibilizado e entusiasmado pelas relações de 1956, mas se decepcionara com os equívocos da era Kruschev e com a repressão e a inércia das subsequentes décadas de Brejnev.

Mikhail Gorbachev era, nesse sentido, um clássico comunista com tendências reformistas — não foi coincidência o fato de ter sido amigo íntimo de Zdeněk Mlynář, na Faculdade de Direito de Moscou, no início dos anos 50; Mlynář, como já vimos, desempenhou um papel central na Primavera de Praga, em 1968. Mas, a exemplo de todos os comunistas com inclinações reformistas de sua geração, Gorbachev era primeiramente comunista e, depois, reformista. Conforme explicou ao jornal comunista francês *L'Humanité*, em entrevista concedida em fevereiro de 1986, o comunismo de Lenin continuava sendo um ideal positivo e imaculado. O stalinismo? “Conceito criado por adversários do comunismo e utilizado, em larga escala, para difamar a União Soviética e o socialismo como um todo.”¹⁰

Sem dúvida, é isso o que um secretário-geral do Partido Comunista *deveria* dizer, mesmo em 1986. Mas é certo que Gorbachev acreditava no que dizia, e as reformas por ele iniciadas tinham uma intenção conscientemente leninista — ou “socialista”. Na verdade, em termos ideológicos, é provável que Gorbachev fosse mais sério do que alguns de seus predecessores soviéticos; não foi por acaso que, enquanto Nikita Kruschev havia declarado, notoriamente, que se fosse britânico apoiaria os tóris, para Gorbachev, o grande estadista estrangeiro fosse

Felipe González, da Espanha, cujo modelo de socialdemocracia mais se aproximava daquele proposto pelo próprio Gorbachev.

Mais do que qualquer outro indicador, o fato de que as esperanças eram depositadas em Gorbachev refletia a ausência de oposição interna na União Soviética. Somente o partido poderia limpar a sujeira por ele próprio espalhada, e, por sorte, o partido elegera como líder um homem dotado da energia e da experiência administrativa necessárias para empreender tal esforço. Além de ter rara formação educacional e muita cultura literária (em se tratando de um burocrata soviético), Gorbachev exibiu uma qualidade marcadamente leninista: a disposição de renunciar a certos ideais a fim de alcançar seus objetivos.

As dificuldades que Gorbachev herdara ao se tornar secretário-geral do PCUS não eram insuperáveis. Impressionado com o que tinha visto em viagens realizadas pela Europa Ocidental durante os anos 70, o novo líder pretendia, desde o começo, dedicar seus maiores esforços à reforma da agonizante economia soviética e da corrupção e ineficiência que se emaranhavam no pesado aparato institucional do país. A dívida externa se elevava continuamente à medida que o preço internacional do petróleo, principal item soviético de exportação, caía, desde que alcançara o ponto máximo no final dos anos 70; a referida dívida, que era de 30,7 bilhões de dólares em 1986, chegaria a 54 bilhões de dólares em 1989. A economia, que pouco crescera durante a década de 1970, agora encolhia; sempre aquém em termos de qualidade, a produção soviética era agora inadequada também em termos de quantidade. Metas estabelecidas por um planejamento central arbitrário, endêmica falta de estoque, pontos de estrangulamento no sistema de abastecimento e a ausência de indicadores de preço ou de mercado, na política, paralisavam qualquer iniciativa.

Em tal sistema, o ponto de partida para a “reforma”, como havia tempo os economistas burgueses e de outras nacionalidades compreendiam, era a descentralização das políticas de preço e do processo decisório. No entanto, medidas como essas deparavam com obstáculos quase insuperáveis. Fora da região do Báltico, quase ninguém na União Soviética tinha qualquer experiência pessoal com agricultura independente ou economia de mercado: como fazer algo; como fixar um preço; como encontrar um comprador. Mesmo depois que a Lei da Atividade de Trabalho Individual, de 1986, autorizou o funcionamento limitado de (pequenas) empresas privadas, poucos foram os que se aventuraram. Três anos mais tarde, havia apenas 300 mil empresários em toda a União Soviética, numa população de 290 milhões.

Além disso, qualquer futuro reformista econômico iria se ver diante do dilema do ovo e da galinha. Se a reforma econômica iniciasse com a descentralização do processo decisório, ou com a concessão de autonomia a empresas locais e o abandono da gestão à distância, como funcionariam produtores, gerentes ou empresários sem um mercado? A curto prazo haveria *mais* escassez do que “estrangulamentos”, à medida que todos revertissem à auto-suficiência regional e até a uma economia local à base de escambo. Por outro lado, era inviável, simplesmente, anunciar-se um “mercado”. A própria palavra já impunha graves riscos políticos numa sociedade onde o “capitalismo” fora oficialmente condenado e detestado durante décadas (o próprio Gorbachev, até 1987, evitou qualquer menção à economia de mercado, e a partir de então, falava apenas em “mercado socialista”).

⁹ Membro da burocracia do Partido Comunista da antiga União Soviética. (N. do T.)

¹⁰ Na realidade, a própria família de Gorbachev sofrera intensamente sob o regime de Stalin: os dois avós do líder foram detidos e exilados durante os expurgos promovidos pelo ditador. Mas o novo líder soviético só admitiria tal fato em novembro de 1990.

O instinto reformador haveria de chegar a um meio-termo: experimentaria a criação de uma para baixo — de algumas empresas privilegiadas, livres de empecilhos burocráticos com garantia de suprimento de matérias-primas e trabalho especializado. Essas, segundo o raciocínio, serviriam de modelos bem-sucedidos e até lucrativos para empresas similares. Os objetivos eram a modernização controlada e uma progressiva adaptação a mecanismos de fixação de preços e níveis de produção de acordo com a procura. No entanto, tal abordagem estava condenada pela sua própria premissa operacional — de que as autoridades podiam criar empresas eficientes através de disposição administrativa.

É fato que o partido conseguiu criar unidades temporariamente viáveis e até lucrativas, ao canalizar poucos recursos para um punhado de fazendas, fábricas, moinhos e serviços modestos. Mas somente mediante pesados subsídios e deixando à míngua atividades menos favoráveis. O resultado foi ainda mais distorção e frustração. Nesse ínterim, gerentes de fábricas e diretores locais, sem saber aonde soprava o vento, apostavam na volta da normalização planejada e do controle centralizado e estocavam tudo o que lhes caísse em mãos.

Para os conservadores que criticavam Gorbachev, a história já era antiga. Todos os próprios problemas de reforma desde 1921 iniciaram do mesmo modo e perderam o fôlego pelos mesmos motivos, a começar pela Nova Política Econômica de Lenin. Reformas econômicas sérias implicavam o relaxamento ou o abandono de controles. Isso não apenas exacerbava os problemas que se esperava solucionar, mas significava precisamente o que dizia: perda de controle. Contudo, o comunismo dependia de controle — na realidade, comunismo era controle da economia, controle do conhecimento, controle do movimento, da opinião e das pessoas. Tudo mais era dialética, e dialética — conforme um veterano comunista explicou ao jovem Jorge Semprún, em Buchenwald — “é a arte e a técnica de sempre cair de pé”¹¹.

Gorbachev logo constatou que, para cair de pé durante a luta por ele travada com a economia soviética, seria necessário reconhecer que o enigma econômico soviético não poderia ser tratado da maneira isolada. Tratava-se do sintoma de um mal maior. A União Soviética era administrada por homens com interesses pessoais nos controles políticos e institucionais de uma economia dirigida; os pequenos absurdos e a corrupção cotidiana dessa economia ensinavam a autoridade e o poder desses mesmos indivíduos. Para que o partido reformasse a economia, primeiramente, teria de reformar a si mesmo.

Tampouco essa idéia era nova — os expurgos periódicos levados a termo por Lenin e por seus sucessores haviam anunciado objetivos semelhantes. Mas os tempos tinham mudado. A União Soviética, por mais repressora e retrógrada, já não era uma tirania totalitária e homogeneizada. Graças aos monumentais projetos de habitação instituídos por Kruschev, a maioria das famílias soviéticas agora morava em apartamentos. Embora feias e ineficientes, essas unidades habitacionais de baixo aluguel propiciavam um grau de privacidade e segurança desconhecido de gerações passadas: as pessoas já não estavam tão expostas a informantes, e ficavam menos sujeitas à delação por parte de vizinhos ou contrapartes. Para a maioria dos cidadãos, a era

do terror tinha terminado e, ao menos para a geração de Gorbachev, o retrocesso ao tempo das detenções em massa e dos expurgos promovidos pelo partido era impensável.

A fim de acabar com a opressão da burocracia do partido e avançar com os planos de reestruturação econômica, então, o secretário-geral recorreu à “glasnost” — “abertura”: o motivo oficial ao debate público de um restrito elenco de tópicos. Sinalizando ao povo mudanças iminentes e atizando a expectativa popular, Gorbachev construía um mecanismo com o qual ele e seus companheiros poderiam reduzir qualquer oposição oficial aos seus planos. Também essa era uma estratégia conhecida, inclusive pelos tsares reformistas. Mas, para Gorbachev, a urgência da necessidade de abertura oficial ficou clara em decorrência dos eventos catastróficos de 26 de abril de 1986.

Naquele dia, à 1h23, um dos quatro imensos reatores da usina nuclear de Chernobyl (na Ucrânia) explodiu, liberando na atmosfera 120 milhões de curies de material radioativo — mais de cem vezes a radiação provocada em Hiroshima e Nagasaki, somadas. A precipitação radioativa deslocou-se para noroeste, em direção à Europa Ocidental e à Escandinávia, chegando ao País de Gales e à Suécia, expondo cerca de 5 milhões de pessoas aos efeitos da radiação. Além dos trinta operários mortos no local, aproximadamente 30 mil pessoas viriam a morrer em consequência de problemas causados pela exposição à radiação oriunda de Chernobyl, sendo que foram registrados mais de 2 mil casos de câncer da tireóide entre residentes da vizinhança da usina.

Chernobyl não foi o primeiro desastre ambiental da União Soviética. Em Cheliabinsk-40, centro secreto de pesquisa perto de Ekaterinburg, nas montanhas Urais, um tanque de detritos nucleares explodiu em 1957, poluindo severamente uma área de 8 quilômetros de largura por 100 quilômetros de comprimento. Na ocasião, 76 milhões de metros cúbicos de lixo radioativo correram para a bacia do rio Ural, que ficou contaminada durante décadas. Foi preciso evacuar 10 mil pessoas e destruir 23 aldeias. O reator de Cheliabinsk pertencia à primeira geração de edificações nucleares soviéticas, tendo sido construído por trabalho escravo, entre 1948 e 1951.¹²

Outras calamidades ambientais causadas pelo homem em escala comparável foram a poluição do lago Baikal; a destruição do mar de Aral; o despejo no oceano Ártico e no mar de Barents de centenas de milhares de toneladas de embarcações nucleares afundadas com seus conteúdos radioativos; e a contaminação de uma área correspondente à superfície da Itália, nos arredores de Norilsk, na Sibéria, por dióxido de enxofre utilizado na produção de níquel. Esses e outros desastres ecológicos resultaram diretamente da indiferença, da má gestão e da política soviética de “corte-e-queima” com os recursos naturais. E nasceram de uma cultura do sigilo. A explosão de Cheliabinsk-40 só foi oficialmente admitida décadas mais tarde, embora houvesse ocorrido a poucos quilômetros de uma grande cidade — a mesma cidade onde, em 1979, centenas de pessoas morreram em consequência de um vazamento de antraz ocorrido numa fábrica de armas biológicas localizada em pleno centro do perímetro urbano.

As deficiências dos reatores nucleares da URSS eram conhecidas dos integrantes do sistema; dois relatórios preparados pela KGB, em 1982 e 1984, apontavam uso de equipamento

¹¹ “Mais c’est quoi, la dialectique?” “C’est l’art et la manière de toujours retomber sur ses pattes, mon vieux!”, Jorge Semprún, *Quel lieu Dimanche* (Que belo domingo) (Paris: Grasset, 1980), p. 100.

¹² O assunto foi tratado no livro de Zhores Medvedev *Nuclear Disaster in the Urals* (Desastre nuclear nos Urais), publicado no exílio, em 1979.

de qualidade "mediocre" (fornecido pela Iugoslávia) e sérias imperfeições nos reatores de Chernobyl (este último foi o que explodiu em 1986). Porém, assim como essa informação fora mantida em segredo (e nenhuma providência tomada), a reação instintiva da liderança do partido à explosão de 26 de abril foi nada dizer a respeito — afinal, havia à época 14 reat�ores semelhantes a Chernobyl em funcionamento por todo o país. Moscou só admitiu que algo desagradável havia se passado quatro dias após o incidente, através de um comunicado oficial que se limitava a duas frases.

Mas não havia como abafar Chernobyl: a apreensão internacional e a própria inabilidade de os soviéticos conterem os danos forçaram Gorbachev, primeiramente, a fazer um pronunciamento público, duas semanas mais tarde, reconhecendo uma parte do que aconteceu e então, a solicitar ajuda e orientação internacional. E, assim como seus compatriotas tomaram conhecimento da escala da incompetência e da indiferença oficial diante da tragédia, Gorbachev foi obrigado a admitir a extensão dos problemas do país. A inépcia, a hipocrisia e o elitismo dos indivíduos responsáveis pelo desastre, bem como a tentativa de abafar o ocorrido não mais poderiam ser descartados como uma lamentável perversão dos valores soviéticos: tais fatores eram, *por si mesmos*, os valores soviéticos, conforme o líder soviético começava a perceber.

A partir do outono de 1986, Gorbachev mudou a abordagem. Em dezembro daquele ano, Andrei Sakharov, o dissidente mais famoso do mundo, foi libertado da reclusão domiciliar em Górkii (Nijni Novgorod), prenúncio da liberação em massa de prisioneiros políticos soviéticos que teria início no ano seguinte. A censura foi relaxada — em 1987, ocorreu a publicação mais do que tardia de *Vida e Destino*, de Vassili Grossman (26 anos depois que M. A. Suslov, comissário do partido encarregado de questões ideológicas, previu que o livro só seria liberado em "dois ou três séculos"). A polícia foi instruída a não mais bloquear a transmissão radiofônica estrangeira. E o secretário-geral do PCUS elegeu a ocasião do seu discurso televisionado diante do Comitê Central do partido, em janeiro de 1987, para defender uma democracia mais inclusiva, ignorando os conservadores do partido e dirigindo-se à nação como um todo.

Já em 1987, nove em cada dez residências soviéticas possuíam aparelho de TV, e a tática de Gorbachev foi, inicialmente, um grande sucesso: ao criar uma esfera pública para o debate semi-aberto acerca das agruras do país e ao quebrar o monopólio sobre a informação detido pela casta governamental, ele forçou o partido e fazer o mesmo — e assegurou aos reformistas de dentro do sistema, até então calados, a possibilidade de falar e apoiá-lo. No decorrer de 1987 e 1988, o secretário-geral, quase sem querer, formou no país uma clientela predisposta à mudança.

Floresceram organizações informais: notadamente, o Clube Perestroika, no Instituto de Matemática de Moscou, em 1987, que por seu turno fez nascer o Memorial, cujos integrantes dedicavam-se a "manter viva a memória das vítimas" do passado stalinista. De início perplexas diante da sua própria existência — afinal, a União Soviética ainda era uma ditadura unipartidária —, tais organizações logo cresceram e se multiplicaram. Por volta de 1988, o apoio a Gorbachev advinha mais de fora do partido, da recém-emergente opinião pública nacional.

Acontecera que a lógica das metas reformistas de Gorbachev e a sua decisão, na prática, de recorrer ao apoio da nação contra os conservadores que o criticavam no âmbito da burocracia haviam transformado a dinâmica da *Perestroika*. Tendo iniciado na função de reformador dentro do partido do governo, o seu próprio secretário-geral agora trabalhava cada vez mais contra o partido, ou ao menos tentava se esquivar da resistência do partido à mudança. Em outubro de 1987, Gorbachev, pela primeira vez, falou publicamente dos crimes stalinistas e advertiu que, se o partido não defendesse a reforma, perderia o papel de liderança na sociedade.

Em junho de 1988, na convenção do partido, o líder reiterou o compromisso com a reforma e o relaxamento da censura e convocou a preparação de eleições abertas para a instituição de um Congresso dos Deputados do Povo no ano seguinte. Em outubro de 1988, Gorbachev demoveu alguns dos seus principais adversários — sobretudo Igor Ligachev, antigo crítico — e se elegeu presidente do Parlamento soviético (i.e., chefe de Estado), substituindo Andrei Gromiko, o último dos dinossauros. Na retaguarda do partido, Gorbachev ainda enfrentava forte oposição; mas, no país como um todo, a sua popularidade estava no auge, o que lhe permitiu avançar — embora lhe restassem poucas opções, senão avançar.¹³

As eleições de maio/junho de 1989 foram as primeiras mais ou menos livres realizadas na União Soviética desde 1918. Não foram eleições multipartidárias — isso só ocorreria em 1993, quando a União já não existia —, e o resultado foi, em grande parte, predeterminado pela restrição de muitos assentos a candidatos do partido e pela proibição de competição interna ao partido para a ocupação desses assentos; mas o Congresso eleito incluía muitas vozes independentes e críticas. Os trabalhos do Congresso eram transmitidos a 100 milhões de telespectadores, e as reivindicações de mais mudanças feitas por Sakharov e outros — principalmente o destronamento do partido, cada vez mais desacreditado — não podiam ser ignoradas, nem mesmo pelo próprio Gorbachev, a princípio relutante. O monopólio que os comunistas exerciam sobre o poder começava a escapular, e com o estímulo de Gorbachev o Congresso votaria, em fevereiro do ano seguinte, a remoção da cláusula-chave da Constituição soviética — o Artigo 6 —, que conferia ao Partido Comunista o "papel de liderança".¹⁴

O curso da turbulência doméstica soviética entre 1985 e 1989 foi facilitado por uma grande guinada na política externa da URSS sob a liderança de Gorbachev e seu novo ministro das Relações Exteriores, Edvard Shevardnadze. Desde o princípio, Gorbachev deixara clara a sua determinação de livrar o país, no mínimo, de grande parte do ônus militar. Um mês após chegar ao poder, Gorbachev suspendeu o programa soviético de mísseis e se dispôs a realizar negociações incondicionais a respeito de forças nucleares, a começar pela proposta de que as duas superpotências dividissem pela metade seus arsenais estratégicos. Já em maio de 1986, após uma excelente reunião de "cúpula" com Reagan, em Genebra (o primeiro de cinco encontros semelhantes, sem precedentes), Gorbachev concordou que sistemas nucleares

¹³ Uma pesquisa de opinião realizada alguns meses depois (em janeiro de 1990) apontava que, em termos de apreço popular, Gorbachev vinha logo atrás de Pedro, o Grande — mas muito atrás de Karl Marx e V. I. Lenin...

¹⁴ Foi Sakharov quem fez a questão vir à tona, ao exigir — diante das câmeras de TV — a revogação do Artigo 6 e a devolução aos representantes do povo do poder "roubado" pelo partido, em 1918. O próprio Gorbachev, finalmente, desligou o microfone de Sakharov, mas já era tarde.

instalados pelos EUA fora de seu território ficassem excluídos das conversações sobre armas estratégicas, se isso contribuísse para o andamento do debate.

Num segundo encontro, realizado em Reykjavik em outubro de 1986, Reagan e Gorbachev, embora não houvessem chegado a um consenso a respeito de desarmamento nuclear, construíram bases para futuro sucesso. Em fins de 1987, Shevardnadze e o secretário de Estado norte-americano, George Shultz, já haviam esboçado um Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário, assinado e sancionado no ano seguinte. Esse tratado, endossando a "opção zero" defendida por Ronald Reagan, explicitava a aceitação soviética de que uma guerra nuclear na Europa não teria vencedor — e serviu de prólogo a um tratado ainda mais importante, assinado em 1990, que limitava, severamente, a presença e a operação de forças convencionais no continente europeu.

Sob a ótica de Washington, naturalmente, as concessões feitas por Gorbachev relacionadas a armamentos pareciam ser uma vitória de Reagan — e, portanto, na soma zero operada pelos estrategistas da Guerra Fria, configuravam uma derrota para Moscou. Mas, na visão de Gorbachev, cujas prioridades eram domésticas, garantir um cenário internacional mais estável era em si uma vitória. Permitia-lhe ganhar tempo e conquistar apoio interno para as reformas. O verdadeiro significado dessa seqüência de encontros e acordos foi o reconhecimento por parte da URSS de que um confronto militar no exterior não era apenas dispendioso, mas também contraproducente; conforme disse Gorbachev, em outubro de 1986, em visita à França, "ideologia" não era base adequada para política externa.

Tais idéias refletiam o aconselhamento que o líder começava a receber de uma nova geração de especialistas soviéticos em relações exteriores, sobretudo o colega Aleksandr Jakovlev, para quem ficara claro que a URSS poderia exercer mais controle sobre as relações do país com o exterior através de concessões bem planejadas do que de confrontos inúteis. Em contraste com os problemas insolúveis enfrentados por Gorbachev internamente, a política externa era uma arena na qual o líder exercia controle direto e podia, portanto, efetuar melhorias imediatas. Além disso, costumava-se exagerar o suposto interesse da União Soviética em cuidar das relações exteriores apenas com a outra Grande Potência: Gorbachev atribuiu tanta importância às relações com a Europa Ocidental quanto com os EUA — eram frequentes as visitas do líder soviético ao Oeste Europeu, onde travou boas relações com González, Kohl e Thatcher (esta, notoriamente, o considerava um sujeito com o qual "podia negociar").¹⁵

Na realidade, sob aspectos importantes, Gorbachev considerava-se, acima de tudo, um estadista europeu, com prioridades européias. O foco na extinção da corrida armamentista e no estoque de armas nucleares estava intimamente ligado a uma nova abordagem diante do papel da URSS enquanto potência distintamente europeia. "Os armamentos", declarou Gorbachev em 1987, "devem ser reduzidos a níveis estritamente necessários para fins de defesa. É hora de as duas alianças militares corrigirem seus conceitos estratégicos, direcionando-os mais para os objetivos da defesa. Todos os apartamentos do 'prédio europeu' têm o direito a se proteger contra ladrões, mas devem fazê-lo sem destruir a propriedade dos vizinhos".

Nesse mesmo estado de espírito e pelos mesmos motivos, o líder soviético percebeu, desde o início, a necessidade urgente de retirar a União Soviética do Afeganistão, "ferida que não parava de sangrar", conforme Gorbachev descreveu a situação durante o Congresso do Partido, em fevereiro de 1986. Cinco meses mais tarde, ele anunciou a retirada de 6 mil soldados soviéticos, remoção concluída em novembro daquele mesmo ano. Em maio de 1988, na seqüência de um acordo firmado em Genebra com o Afeganistão e com o Paquistão e garantido pelas duas grandes potências, as tropas soviéticas começaram a deixar o Afeganistão: os últimos soldados do Exército Vermelho partiram em 15 de fevereiro de 1989.¹⁶

Tomara-se evidente que, longe de enfrentar a problemática das nacionalidades soviéticas, a aventura afegã a exacerbava. Se a URSS enfrentava um grupo intratável de minorias nacionais, o problema fora criado por ela própria: foram Lenin e seus sucessores, afinal, que inventaram as diversas "nações" — submissas, às quais eles designaram regiões e repúblicas. Estando práticas imperiais de outros lugares, Moscou fomentara o surgimento — em locais onde conceitos de nacionalidade e nação eram desconhecidos até cinquenta anos antes — de instituições e intelectualidades agrupadas em torno de um centro urbano nacional ou "capital". Primeiros-secretários dos partidos comunistas no Cáucaso, ou nas repúblicas da Ásia Central, costumavam ser escolhidos entre os respectivos grupos étnicos dominantes. Para salvaguardar seus feudos, esses homens inclinavam-se a se identificar com a "sua própria gente", em especial depois que começaram a aparecer fissuras na burocracia central. O partido começava a rachar em seqüência da força centrífuga de ansiosos administradores locais que protegiam seus próprios interesses.

Parece que Gorbachev não compreendeu muito bem esse processo. "Camaradas", ele informou ao partido em 1987, "podemos afirmar que, em nosso país, o problema das nacionalidades foi resolvido". Talvez Gorbachev não acreditasse inteiramente nas suas próprias asserções, mas decerto pensava que algum relaxamento do controle central e o enfraquecimento de antigos desafetos seriam o bastante (em 1989, os tártaros da Criméia, por exemplo, foram finalmente autorizados a voltar à sua região de origem, após décadas de exílio na Ásia). Num império continental que se estendia desde o Báltico até o mar de Okhotsk, e que incluía mais de cem grupos étnicos, a maioria dos quais nutria velhos ressentimentos cuja expressão era agora incitada pela *glasnost*, o erro teria seqüências graves.

A inadequação da resposta de Gorbachev às reivindicações de autonomia nas margens distantes do Império Soviético não deve surpreender. Conforme já observado, Gorbachev foi, desde o início, um "comunista reformador", ainda que bastante atípico: simpático à necessidade de mudança e renovação, mas relutante em atacar os princípios centrais do sistema no qual crescera. A exemplo de muita gente da sua geração na União Soviética e em outros locais, Gorbachev acreditava piamente que o único caminho para o progresso passava pelo retorno aos "princípios" leninistas. A idéia de que o próprio projeto leninista estivesse

¹⁶ Constituinte um eco irônico do fiasco norte-americano no Vietnã, o regime fantoche instalado em Cabul — agora privado do apoio armado proveniente do exterior — claudicou até 1992 antes de sucumbir (a despeito das garantias externas) às forças dos talibãs.

¹⁵ E durante os funerais de Chernenko, em maio de 1985, Gorbachev fez questão de ser apresentado e cumprimentado por Alessandro Natta, chefe do Partido Comunista Italiano, até então sempre antipatizado por Moscou.

equivocado permaneceu alheia ao líder soviético até bem tarde — somente em 1990 foi finalmente permitida a publicação interna de escritores abertamente antileninistas como, por exemplo, Aleksandr Soljenitsin.

O espírito dos objetivos iniciais de Gorbatchev pode ser ilustrado pelo tom inimitável da recém-descoberta tolerância oficial à música pop; conforme expressou o *Pravda* em outubro de 1986: “O *rock-n-roll* tem direito a existir, mas somente se for melódico, coerente e bem executado”. Era isso, precisamente, que Mikhail Gorbatchev queria: um comunismo melódico, coerente e bem executado. As reformas necessárias seriam implementadas e as liberdades “adequadas” seriam concedidas, mas não haveria qualquer tipo de licença não regulamentada — em fevereiro de 1988, o governo ainda reprimia, severamente, editoriais gráficos independentes.

Uma das curiosidades próprias aos comunistas reformadores é que eles sempre perseguiram o objetivo quixotesco de reformar determinados aspectos do sistema enquanto outros permaneciam inalterados — introduzir incentivos ao mercado e manter controle por meio de planejamento central; ou permitir maior liberdade de expressão e preservar o monopólio do partido sobre a verdade. Porém, reformas parciais, ou reforma de um setor isolado, eram intrinsecamente contraditórias. “Pluralismo planejado” ou “mercado socialista” eram conceitos fadados ao fracasso. Já a idéia de que o “papel de liderança” do Partido Comunista poderia ser mantido enquanto o partido se livrava das excrescências patológicas acumuladas ao longo de sete décadas de poder absoluto sugere certa ingenuidade política por parte de Gorbatchev. Num sistema autoritário, o poder é indivisível — abrir mão de uma parte implicará, no longo prazo, a perda do todo. Cerca de quatro séculos antes, o monarca da dinastia Stuart Jaime I compreendia essas questões bem melhor — conforme a resposta curta que ele deu a presbiterianos escoceses que protestavam contra os poderes investidos nos bispos: “Sem bispo, sem rei”.

Gorbatchev e sua revolução controlada foram, em última instância, engolidos pela oculta das contradições por eles mesmos geradas. Em retrospecto, o líder observou, com certo arrependimento: “Naturalmente, perturba-me o fato de não ter conseguido manter o processo de *Perestroika* dentro do esquema das minhas intenções”. Mas o esquema e as intenções eram incompatíveis. Uma vez que os pilares da censura, do controle e da repressão foram removidos, tudo o que havia de essencial ao sistema soviético — a economia planejada, a retórica pública, o monopólio do partido — simplesmente ruíu.

Gorbatchev não alcançou seu objetivo — um comunismo reformado e eficiente, livre de disfunções. Na realidade, o líder falhou totalmente. Mesmo assim, o que ele fez foi notável. Na URSS, não havia instituições independentes, nem semi-autônomas, em torno das quais críticos e reformadores pudessem se mobilizar: o sistema soviético só poderia ser desmantelado de dentro para fora, e por alguma iniciativa vinda de cima. Ao introduzir um elemento de mudança de cada vez, Gorbatchev provocou, gradativamente, a corrosão do sistema no qual ele mesmo ascendera. Utilizando plenos poderes de secretário-geral do partido, ele desentranhou a ditadura do próprio partido.

Foi uma façanha sem precedentes. Ninguém poderia tê-la previsto em 1984, quando Chernenko faleceu — e ninguém o fez. Gorbatchev, na opinião de um de seus conselheiros mais

próximos, foi “um erro genético no sistema”.¹⁷ Olhando para trás, é tentador concluir que o momento da ascensão de Gorbatchev foi incrivelmente oportuno — enquanto o sistema soviético cambaleava, surgiu um líder que percebeu o que estava ocorrendo e conseguiu encontrar uma saída estratégica para o Império. A hora terá feito o homem? Talvez. E Mikhail Gorbatchev não era apenas mais um burocrata do partido.

No entanto, é incontestável que ele não sabia o que estava fazendo, e ficaria horrorizado se soubesse. Seus críticos eram mais perspicazes. Por um lado, os linhas-duras do partido achavam Gorbatchev — muitos endossaram com fervor a notória carta publicada pelo jornal *Sovetskaya Rossiya*, em 13 de março de 1988, na qual Nina Andreieva, uma professora de Leningrado, apontava com rispidez (e com razão, conforme ficaria claro) que as novas reformas, inevitavelmente, conduziriam o país de volta ao capitalismo. Por outro lado, Gorbatchev jamais contou com o apoio incondicional dos reformistas radicais, que ficavam cada vez mais decepcionados com a aparente indecisão do líder. Uma das fraquezas de Gorbatchev era o fato de que, para manter o controle dos eventos, ele se sentia impellido a ocupar o centro sempre que possível, incentivando novas idéias, mas voltando para os braços dos conservadores do partido quando reformadores radicais, como Iakovlev ou Boris Ieltsin, pressionavam-no a ir mais longe. Essas hesitações, a aparente relutância de Gorbatchev em defender a lógica das suas próprias iniciativas e sua insistência em não ir longe demais, ou rápido demais, fizeram com que muitos dos seus admiradores se decepcionassem.

O problema foi que, ao abrir mão do monopólio do partido sobre o poder e a iniciativa, Gorbatchev, em igual proporção, reduziu também a sua própria influência. Foi, portanto, obrigado a formar alianças táticas e a contemporizar extremismos. Trata-se de um mal conhecido e necessário a políticos democratas, mas, aos olhos de uma nação habituada a setenta anos de ditadura, tais manobras, simplesmente, faziam Gorbatchev parecer fraco. A partir dos primeiros meses de 1989, o presidente soviético caiu continuamente nas pesquisas de opinião. No outono de 1990, contava com o apoio de apenas 21% da população.

Muito antes de deixar o poder, portanto, Gorbatchev já não estava nas graças do povo. Mas isso ocorria apenas dentro da URSS; no exterior, a “Gorbachevmania” grassava. Nas viagens internacionais, cada vez mais freqüentes, Gorbatchev era festejado por políticos do Oeste Europeu e aclamado por multidões entusiasmadas. No final de 1988, Margaret Thatcher — uma das fãs mais ardorosas de Gorbatchev — declarou o “fim” da Guerra Fria. Sob o ponto de vista da Europa Oriental, a declaração talvez fosse considerada um tanto prematura; mas também no Leste Europeu Mikhail Gorbatchev era extremamente benquisto.

Nas “democracias populares” os problemas domésticos do líder soviético, embora evidentemente observados, contavam menos do que seus pronunciamentos externos, sobretudo um discurso amplamente divulgado que ele proferiu nas Nações Unidas, em 7 de dezembro de 1988. Após anunciar cortes unilaterais nas forças soviéticas presentes na Europa, Gorbatchev advertiu os ouvintes de que “a liberdade de escolha é um princípio universal. Não devem existir exceções”. Isso era mais do que uma simples renúncia à “Doutrina de Brejnev”, era a admis-

¹⁷ Andrei Gratchev, citado no livro *The Gorbachev Factor* (O fator Gorbatchev) (Oxford, 1997), p. 88, de autoria de Archie Brown.

são de que Moscou não recorreria à força para impor a sua versão de "socialismo" aos Estados irmãos. O que Gorbatchev estaria consentindo — e foi visto como se já houvesse consentido — era que os cidadãos dos Estados-satélites teriam liberdade para seguir o próprio caminho fosse este socialista ou não. O Leste Europeu estava prestes a reingressar na História.

Sob a liderança de Mikhail Gorbatchev, a União Soviética, a partir de 1985, gradativamente abandonou a supervisão direta dos Estados-satélites. Mas as implicações do crescente abrandamento continuavam incertas. As democracias populares ainda eram comandadas por facções autoritárias do partido, cujo poder fundamentava-se numa grande burocracia repressora. A polícia e o serviço de inteligência dessas "democracias" permaneciam ligados e dependentes do aparato de segurança da própria União Soviética, e continuavam a operar com certa independência em relação às autoridades locais. E, embora os governantes em Praga, Varsóvia ou Berlim Oriental começassem a perceber que já não podiam contar com o apoio incondicional de Moscou, nem eles nem os cidadãos por eles comandados sabiam ao certo o que isso significava.

A situação da Polónia resumia essas incertezas. Por um lado, a determinação de lei marcial havia reiterado o domínio autoritário do Partido Comunista. Por outro lado, a supressão do Solidariedade e a mordada aplicada aos líderes do sindicato em nada contribuíram para amenizar os problemas subjacentes. Ao contrário: a Polónia ainda acumulava dívidas, mas agora — graças à condenação internacional à repressão — os governantes já não podiam escapar das dificuldades através de empréstimos contraídos no exterior. Com efeito, os líderes poloneses enfrentavam o mesmo dilema que se lhes apresentara na década de 1970, mas suas opções eram agora ainda mais reduzidas.

Nesse ínterim, a oposição tinha sido criminalizada, mas não tinha evaporado. A atividade editorial clandestina prosseguia, assim como palestras, debates, encenações dramáticas e muito mais. O próprio Solidariedade, embora proscrito, manteve uma existência virtual, principalmente depois que o porta-voz mais famoso do sindicato, Lech Wałesa, foi libertado, em novembro de 1982 (e agraciado com o Prémio Nobel da Paz, *in absentia*, no ano seguinte). O regime não podia se arriscar a proibir uma visita mais do papa, em junho de 1983, depois da qual a Igreja engajou-se ainda mais em atividades clandestinas e semi-oficiais.

A política política defendia a repressão; em 1984, num episódio que se tornou notório, ela planejou o seqüestro e o assassinato de um sacerdote radical, o padre Jerzy Popiełuszko — para desencorajar outros. Mas Jaruzelski e a maioria dos colegas sabiam que provocação e confrontos desse tipo já não funcionavam. O enterro do padre Popiełuszko atraiu uma multidão de 350 mil pessoas; e, longe de amedrontar a oposição, o incidente serviu para expandir a escala do apoio popular à Igreja e ao Solidariedade, fosse este legal ou não. Em meados dos anos 80, a Polónia aproximava-se rapidamente de uma situação de impasse entre uma sociedade recalcitrante e um Estado cada vez mais desesperado.

A reação instintiva da liderança do partido (em Varsóvia e Moscou) foi propor "reformas". Em 1986, Jaruzelski, agora presidente, mandou libertar Adam Michnik e outros líderes do Solidariedade, e através de um recém-criado "Ministério da Reforma Económica"

ofereceu uma pequena plataforma de mudanças econômicas destinadas, entre outras metas, a ampliar financiamento externo para a dívida nacional da Polónia, que agora se acercava de 40 bilhões de dólares.¹⁸ Num estranho aceno para a democracia, o governo, em 1987, começou a indagar aos poloneses que tipo de "reforma" econômica desejavam: "Vocês preferem", era a pergunta, "um aumento de 50% no preço do pão e de 100% no preço da gasolina ou 60% no preço da gasolina e 100% no preço do pão?". Não será surpresa que a resposta da população tenha sido, digamos, "Nenhuma das respostas acima".

A questão e a decisão de levantá-la ilustram bem a falência política e econômica dos líderes comunistas da Polónia. A bem dizer, é um tanto revelador da queda de credibilidade das autoridades constituídas o fato de o ingresso da Polónia no FMI ter sido viabilizado em parte pelo *consentimento* do próprio Solidariedade. Apesar de proibido, o sindicato manteve a presença no exterior, e foi o escritório do Solidariedade em Bruxelas que aconselhou o diretor-executivo do FMI, em setembro de 1985, a admitir a Polónia — ao mesmo tempo que insistiu que as melhorias parciais introduzidas por Jaruzelski estavam condenadas ao fracasso, e que somente um pacote de reformas profundas poderia se contrapor aos problemas do país.¹⁹

Já em 1987, a característica mais impressionante da situação polonesa era a total impotência do partido e de seus componentes. Mesmo não estando diante de qualquer ameaça visível ao seu monopólio sobre o poder, o Partido dos Trabalhadores Poloneses Unidos tornava-se irrelevante. A "contra-sociedade" teorizada por Michnik e outros na década anterior surgia como fonte *real* de autoridade e iniciativa. Depois de 1986, o debate interno da oposição polonesa não versava tanto sobre como ensinar a sociedade a ser livre, mas sobre até que ponto a oposição deveria concordar com o regime, e com que propósito.

Um grupo de jovens economistas da Escola de Planejamento e Estatística de Varsóvia, liderados por Leszek Balcerowicz, já pensava um setor empresarial privado livre de planejamento central — i.e., um mercado; esta e outras propostas eram debatidas intensamente entre poloneses externos ao sistema e amplamente discutidas no exterior. Todavia, as máximas balizadoras do "realismo" político e os objetivos de "autolimitação" que vigoravam em 1980 e 1981 continuavam valendo — o confronto e a violência, que tanto convinhavam aos linhas-duras do partido, foram meticulosamente evitados. Conversação era uma coisa, "aventura" era outra.

O que precipitou o eclipse final do partido, como seria de se prever, foi uma nova tentativa de "reformat" a economia — ou, mais modestamente, de reduzir a dívida insustentável do país. Em 1987, os preços ao consumidor subiram cerca de 25%; em 1988, a elevação foi de 60%. O mesmo que ocorrera em 1970, 1976 e 1980 ocorreu agora: o aumento brusco dos preços deflagrou uma série de greves, culminando num movimento maciço de piquetes e ocupações, na primavera e no verão de 1988. No passado, carecendo de qualquer alavancagem em relação à força de trabalho, as autoridades comunistas ou abandonavam os esforços para

¹⁸ Em 1986, os EUA suspenderam o veto ao ingresso da Polónia no FMI, em troca da libertação de todos os prisioneiros políticos ainda detidos e de uma anistia geral.

¹⁹ Ver Harold James, *International Monetary Cooperation since Bretton Woods* (Cooperação monetária internacional desde Bretton Woods) (IMF & Oxford University Press, 1996), p. 567.

eivar os preços ou recorriam à força — ou então tomavam ambas atitudes. Agora as autoridades dispunham de uma terceira opção: apelar para a ajuda dos próprios líderes dos trabalhadores. Em agosto de 1988, o general Czesław Kiszczak, ministro do Interior, instou Lech Wałęsa — supostamente, um cidadão comum, mas líder não-declarado de uma organização clandestina — a comparecer a uma reunião em que seria negociado o fim das manifestações protagonizadas pelos trabalhadores. A princípio relutante, Wałęsa finalmente assentiu.

Não foi difícil para Wałęsa sensibilizar os grevistas — a autoridade moral do *Solidarnosc* crescera desde 1981 —, mas as questões subjacentes permaneciam: o índice de inflação do país aproximava de 1.000% ao ano. Seguiram-se quatro meses de esporádicos contatos extra-oficiais entre o *Solidarnosc* e o governo, e a opinião pública em prol da “reforma” se tornava cada vez mais contundente. Navegando sem rumo, as autoridades oscilavam entre ações e ameaças: trocavam ministros, negavam planos para negociações, prometiam mudanças econômicas, ameaçavam fechar o estaleiro de Gdansk. A confiança da população no Estado (no que restava dele) ruía.

Em 18 de dezembro de 1988, o *Solidarnosc* criou em Varsóvia um Comitê da Cidadania com o objetivo de planejar amplas negociações com o governo. Coincidentemente, mas sintomático da situação, havia uma semana que o Gorbachev fizera seu discurso seminal na ONU. Jaruzelski, aparentemente sem alternativas, afinal admitiu o óbvio e forçou o relutante Comitê Central a aceitar o processo de negociação. Em 6 de fevereiro de 1989, os comunistas reconheceram oficialmente o *Solidarnosc* como parceiro de negociação e inauguraram negociações de “mesa-redonda” com os representantes do sindicato. Os trabalhos duraram até 5 de abril. Naquele dia (mais uma vez, uma semana após importantes acontecimentos na União Soviética) desta feita a realização de eleições abertas para o Congresso de Deputados do Povo), as partes concordaram com a legalização dos sindicatos independentes, com a criação de uma legislação econômica abrangente e, acima de tudo, com a eleição de uma nova Assembleia.

Em retrospecto, o resultado das conversações de mesa-redonda foi o término negociado do comunismo na Polónia, e ao menos para alguns participantes isso já estava claro à época. Mas ninguém imaginava a rapidez do desfecho. As eleições de 4 de junho, embora propícias a um novo elemento de verdadeira escolha, foram manipuladas para garantir a maioria comunista: a votação para o Senado nacional seria de fato aberta, mas na eleição para a *Sejm* (Assembleia parlamentar) a metade dos assentos estava reservada aos candidatos oficiais (i.e., comunistas). E, ao programar as eleições com tamanha brevidade, o governo esperava capturar a desorganização e a inexperiência dos adversários.

Os resultados causaram espanto a todos. Com o apoio de um novo jornal improvisado por Adam Michnik — *Gazeta da Eleição (Gazeta Wyborcza)* —, o *Solidarnosc* conquistou 99 dos cem assentos do Senado e todos os assentos possíveis na *Sejm*. Enquanto isso, apenas dois dos candidatos comunistas que concorreram aos assentos “reservados” garantiram os 50% dos votos necessários. Diante da derrota total e da humilhação pública sem precedentes, os governantes comunistas da Polónia tinham a opção de ignorar a votação, voltar a instituir lei marcial ou aceitar a derrota e entregar o poder.

Nesses termos, a opção era evidente: conforme Gorbachev deixou claro a Jaruzelski numa conversa particular por telefone, a eleição deveria valer. O primeiro pensamento de Jaruzelski foi garantir um acordo que salvasse as aparências, convidando o *Solidarnosc* a compor com

de um governo de coalizão, mas a idéia foi rejeitada. Em vez disso, após algumas semanas de mais negociações, e da tentativa frustrada de nomear um primeiro-ministro comunista, a liderança do partido curvou-se diante do inevitável e em 12 de setembro de 1989 o nome de Tadeusz Mazowiecki foi aprovado para o posto de primeiro chanceler não-comunista da Polónia no pós-guerra (embora os comunistas mantivessem o controle de certos ministérios-chave).

Nesse interim, numa astuta manobra política, o grupo de parlamentares ligados ao *Solidarnosc* elegeu Jaruzelski chefe de Estado, assim cooptando os comunistas “moderados” a participar do processo de transição e diminuindo-lhes o constrangimento. No mês seguinte, o governo de Mazowiecki anunciou planos para instituir uma “economia de mercado”, apresentada dentro de um programa de estabilização — o chamado “Plano Balcerowicz” — aprovado pela *Sejm* em 28 de dezembro. No dia seguinte, o “papel de liderança” do Partido Comunista Polonês foi formalmente excluído da Constituição do país. Passadas quatro semanas, em 27 de janeiro de 1990, o próprio partido foi dissolvido.

É importante que a percepção do atropelo que imperou nos últimos meses do comunismo na Polónia não nos oculte a longa e lenta seqüência de eventos precedentes. A maioria dos atores que participaram do drama de 1989 — Jaruzelski, Kiszczak, Walesa, Michnik, Mazowiecki — já estava em cena havia muitos anos. O país passara de um breve renascimento de relativa liberdade, em 1981, à lei marcial, seguida por um demorado e indefinido purgatório de semitolerância repressiva que, finalmente, desaguou na repetição das crises econômicas da década anterior. A despeito da força da Igreja Católica, da fama do *Solidarnosc* por todo o país e da aversão do povo polonês aos governantes comunistas, estes se agarraram ao poder durante tanto tempo que a queda final foi uma surpresa. A despedida fora demorada.

Na Polónia, a lei marcial e suas seqüências revelaram os limites e as inadequações do partido; porém, embora a repressão consolidasse a oposição, também a tornou mais cautelosa. Na Hungria, uma cautela comparável adveio de uma experiência bastante diversa. Duas décadas de tolerância ambígua tinham obscurecido as fronteiras da dissensão oficialmente permitida. Afinal, a Hungria foi o Estado comunista onde a cadeia Hilton abriu o seu primeiro hotel detrás da Cortina de Ferro, em dezembro de 1976; onde Billy Graham realizou não apenas um, mas três ciclos de palestras ao longo dos anos 80; e onde, naquela mesma década, dois secretários de Estado dos EUA e o vice-presidente George Bush fizeram visitas (mal disfarçando a sua predileção pelo país). Já em 1988, a Hungria comunista tinha uma imagem francamente “positiva”.

Em parte por esse motivo, a oposição à hegemonia do partido demorou muito a ficar evidente. Dissimulação e manobras pareciam valer a pena, especialmente àqueles que se lembrassem dos eventos de 1956; e a vida na Hungria de János Kádár era tolerável, ainda que insípida. Na realidade, a economia oficial húngara, conforme vimos no capítulo anterior, não apresentava condições superiores à da Polónia, apesar das diversas reformas e dos “Novos Mecanismos Econômicos”. É certo que a economia paralela permitia a muita gente tocar a vida com um padrão mais elevado do que o dos vizinhos da Hungria. No entanto, segundo

pesquisas realizadas por estatísticos húngaros, o país padecia de grande desigualdade em termos de renda, serviços de saúde e habitação; mobilidade social e previdência eram especialmente atrasados do que no Ocidente; e a longa jornada de trabalho (muita gente tinha dois até três empregos), níveis elevados de alcoolismo e distúrbio mental e o índice mais alto de suicídio na Europa Oriental sacrificavam a população.

Havia, portanto, muito espaço para descontentamento. Mas não existia uma oposição política organizada. Embora algumas organizações independentes surgissem ao longo dos anos 80, estas se limitavam a questões ambientais ou a manifestações contrárias ao tratamento dispensado pela Romênia à minoria húngara — questão sobre a qual tais organizações podiam contar com a simpatia tácita dos comunistas (o que explica a tolerância oficial ao Fórum Democrático Húngaro, órgão marcadamente nacionalista, criado em setembro de 1980). A Hungria continuou a ser uma “república socialista” (conforme oficialmente definido na revisão constitucional de 1972). Dissensão e crítica ficavam restritas à esfera interna do partido, embora nas eleições de junho de 1985 candidaturas múltiplas fossem permitidas pela primeira vez, e um punhado de “independentes” que contavam com aprovação oficial tenham sido eleitos. Mas as mudanças mais sérias só teriam início em 1988.

O elemento catalisador da mudança na Hungria foi a frustração dos comunistas mais jovens, os “reformadores” (entusiasmados com as transformações que Gorbachev estava implementando no PCUS), diante da intransigência da já idosa liderança do próprio partido. Em maio de 1988, durante um congresso comunista convocado para discutir o problema dos participantes conseguiram remover da liderança Kádár, então com 76 anos, e substituí-lo por Károly Grósz, o primeiro-ministro. As consequências práticas desse golpe interno não atingiram-se a um programa de austeridade econômica destinado a fortalecer as “forças de mercado”; mas o incidente teve grande força simbólica.

János Kádár governara a Hungria desde a revolução de 1956, em cuja repressão desempenhara papel de destaque. A despeito da sua imagem positiva no exterior, Kádár encarnava para os húngaros, a mentira oficial que existia no cerne do “comunismo *goulash*”; de que o movimento reformador húngaro não passara de uma “contra-revolução”. Kádár era também a encarnação da conspiração silenciosa que cercou o caso de Imre Nagy desde que este foi seqüestrado, julgado secretamente, executado em total sigilo e enterrado, três décadas antes. O afastamento de Kádár, portanto, parecia sugerir que algo fundamental havia mudado na vida pública húngara — impressão confirmada quando o seu sucessor não apenas permitiu que um grupo de jovens dissidentes comunistas formasse o *Fidesz* (Jovens Democratas), mas também quando, em novembro de 1988, esse mesmo sucessor concedeu autorização oficial à criação de partidos políticos independentes.

Nos primeiros meses de 1989, o Parlamento comunista aprovou uma série de medidas reconhecendo o direito à realização de assembleias livres; sancionando, oficialmente, a “transição” para um sistema multipartidário; e, em abril, descartando formalmente o “centralismo democrático” do próprio partido. Mais importante ainda foi o fato de os líderes comunistas

húngaros — admitindo tacitamente que o partido não tinha como manter o controle do país, a menos que exorcizasse o passado — terem anunciado a intenção de exumar e fazer um novo sepultamento dos problemáticos restos mortais de Imre Nagy. Ao mesmo tempo, Imre Nagy e outros reformistas do Politburo húngaro convenceram os colegas a instalar uma comissão de inquérito para investigar os eventos de 1956 e redefini-los, oficialmente: nada de “contra-revolução”, os acontecimentos agora eram definidos como “levantante popular contra o governo oligárquico que humilhara a nação”.

Em 16 de junho de 1989 — no 31º aniversário de sua morte —, os restos mortais de Imre Nagy e quatro companheiros foram exumados e enterrados novamente, como heróis nacionais. Cerca de 300 mil húngaros lotaram as ruas, e milhões assistiram à cerimônia ao vivo pela televisão. Entre os que discursaram à beira do túmulo estava Viktor Orbán, jovem líder dos Jovens Democratas, que não pôde deixar de notar que alguns comunistas presentes ao novo sepultamento de Nagy eram os mesmos que poucos anos antes tinham traído a revolução cuja glória eles agora cantavam.

Aconteceu exatamente assim. Uma particularidade da saída húngara do comunismo foi o fato de a ação ter sido conduzida pelos próprios comunistas — só em junho foram realizadas manifestações com os partidos da oposição, em imitação proposital ao precedente polonês. A medida causou certa desconfiança entre húngaros contrários ao comunismo, para quem a reapreensão de Nagy, assim como a sua execução, era uma questão interna do partido que pouco se relacionava com as muitas vítimas do comunismo. Mas seria um equívoco subestimar a força simbólica do novo sepultamento de Nagy. Tratava-se do reconhecimento da derrota, a admissão de que o partido e sua liderança tinham vivido, ensinado e imposto uma mentira.

Quando János Kádár morreu, apenas três semanas depois — no mesmo dia em que a Suprema Corte da Hungria declarou a plena reabilitação de Nagy —, o comunismo húngaro também morreu. Restava apenas acertar as formalidades do enterro. O “papel de liderança” do partido foi abolido; eleições multipartidárias foram marcadas para março do ano seguinte; e no dia 7 de outubro os comunistas — o Partido dos Trabalhadores Socialistas da Hungria — mudaram de nome, passando a se chamar Partido Socialista Húngaro. Em 23 de outubro, o Parlamento, em sua maioria ainda composto por deputados comunistas eleitos sob o antigo regime do partido, votou a mudança do próprio nome do país, que passaria a se chamar, simplesmente, República da Hungria.

A “revolução” húngara de 1989 teve duas características marcantes. A primeira, como já vimos, é que se tratou da única transição, operada internamente, de um regime comunista para um autêntico sistema multipartidário. A segunda é que, enquanto na Polónia, e depois na Tchecoslováquia, os eventos de 1989 ficaram basicamente circunscritos aos respectivos países, na Hungria a transição teve um papel decisivo no desenlace de outro regime comunista, o da Alemanha Oriental.

Para observadores externos, a República Democrática Alemã parecia um dos regimes comunistas menos vulneráveis, e não apenas devido à suposição universal de que nenhum líder soviético permitiria a queda do país. O ambiente físico da RDA, sobretudo as cidades, tal-

²⁰ Oficialmente, o local do túmulo de Nagy permaneceu desconhecido durante trinta anos; na realidade, a localização, numa cova não-marcada num canto do Cemitério Municipal de Budapeste, era pública e notória.

vez parecesse de mau gosto e dilapidado; a polícia de segurança, a *Stasi*, tinha uma presença ostensiva; e o Muro em Berlim continuava a ser um ultraje moral e estético; mas a crença geral era de que a economia da RDA apresentava condições melhores do que a dos vizinhos socialistas. Quando o primeiro-secretário, Erich Honecker, em outubro de 1989, durante as comemorações do 40º aniversário do país, vangloriou-se do fato de a Alemanha Oriental ser uma das dez maiores economias do mundo, consta que seu convidado, Mikhail Gorbachev, tenha pigarreado alto; mas, no mínimo, o regime era eficiente na fabricação e exportação de dados falsos: muitos observadores ocidentais levavam Honecker a sério.

Os admiradores mais entusiasmados da RDA estavam na República Federal. O sucesso da *Ostpolitik* na neutralização de tensões e na facilitação das comunicações humanas e econômicas entre as duas metades da Alemanha levava praticamente toda a classe política a alimentar esperanças de que o mecanismo perdurasse indefinidamente. Na Alemanha Ocidental, as figuras públicas não apenas fomentavam ilusões entre os membros da *nomenklatura* da RDA,²¹ elas mesmas se iludiam. Simplesmente, de tanto repetir que a *Ostpolitik* estava com seguindo aliviar as tensões no Leste Europeu, elas passaram a acreditar que isso era verdade.

Preocupados com “paz”, “estabilidade” e “ordem”, muitos alemães ocidentais acabaram por compartilhar o ponto de vista dos políticos da Europa Oriental com os quais interagiam. Egon Bahr, ilustre socialdemocrata, explicou, em janeiro de 1982 (imediatamente após a declaração da lei marcial na Polônia), que os alemães haviam renunciado à reivindicação de unidade nacional em nome da paz, e os poloneses teriam de renunciar à reivindicação de liberdade em nome da mesma “prioridade absoluta”. Cinco anos depois, o influente escritor Peter Bender, discursando durante um simpósio do Partido Socialdemocrata sobre a “*Mitteleuropa*”, insistiria, com orgulho, que “no desejo de *détente* nós temos mais em comum com Belgrado do que com Estocolmo, e com *Varsóvia e Berlim Ocidental* [ênfase minha] do que com Paris e Londres”.

Anos mais tarde, transpareceria que, por diversas vezes, líderes nacionais do Partido Socialdemocrata da Alemanha (PSA) fizeram declarações confidenciais e comprometedoras a altos funcionários alemães orientais em visita à Alemanha Ocidental. Em 1987, Björn Engholm elogiou as políticas domésticas da RDA como “históricas”, enquanto, no ano seguinte, seu colega, Oskar Lafontaine, prometeu fazer tudo o que estivesse a seu alcance para garantir que o apoio da Alemanha Ocidental aos dissidentes da Alemanha Oriental permanecesse em surdina. “Os socialdemocratas”, ele assegurava aos interlocutores, “devem evitar tudo que implique o fortalecimento de tais grupos”. Em outubro de 1984, conforme registrou um relatório soviético ao Politburo da RDA, “muitos argumentos que haviam sido previamente apresentados por nós aos representantes do PSA agora foram por eles adotados”.²²

Talvez sejam compreensíveis as ilusões dos socialdemocratas da Alemanha Ocidental. Eram compartilhadas quase com igual fervor por muitos democratas cristãos. Helmut Kohl, chanceler da Alemanha Ocidental desde 1982, tanto quanto os seus adversários, tinha inte-

resse em cultivar boas relações com a RDA. Em Moscou, em fevereiro de 1984, durante o funeral de Iuri Andropov, Kohl encontrou-se com Erich Honecker — e voltou a se encontrar com ele no enterro de Chernenko, no ano seguinte. Acordos foram firmados entre os dois lados, em relação ao intercâmbio cultural e à remoção de minas na divisa entre as duas Alemanhas. Em setembro de 1987, Honecker tornou-se o primeiro líder alemão oriental a visitar a República Federal. Nesse ínterim, subsídios da Alemanha Ocidental para a RDA continuaram fluindo (mas não havia apoio para a oposição interna na Alemanha Oriental).

Revigorado com o financiamento da Alemanha Ocidental, confiante no apoio de Moscou e livre para exportar para o Ocidente os seus dissidentes mais problemáticos, o regime da Alemanha Oriental talvez tivesse sobrevivido indefinidamente. É certo que parecia imune à mudança: em junho de 1987, manifestantes em Berlim Oriental que condenavam o Muro e cantavam louvor ao distante Gorbachev foram sumariamente dispersados. Em janeiro de 1988, o governo não hesitou em prender e expulsar mais de cem manifestantes que reclamavam o assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht (ocorrido em 1919), exibindo ganhas com as palavras da própria Rosa: “Liberdade é também a liberdade dos que pensam de modo diferente”. Em setembro de 1988, em visita a Moscou, Honecker elogiou publicamente a *Perestroika* instituída por Gorbachev — mas, ao retornar à Alemanha Oriental, impediu a implementação da política defendida pelo líder soviético.²³

Não obstante os acontecimentos inusitados que se desenrolavam em Moscou, Varsóvia e Budapeste, os comunistas da Alemanha Oriental ainda manipulavam votos ao estilo comum na década de 1950. Em maio de 1989, o resultado oficial das eleições municipais da RDA — 98,85% para os candidatos do governo — foi fabricado de modo tão escandaloso que suscitou, por toda a nação, protestos de sacerdotes, grupos de defesa do meio ambiente e até de críticos internos ao partido do governo. O Politburo, deliberadamente, os ignorou. Mas agora, pela primeira vez, os alemães orientais tinham uma alternativa. Já não eram obrigados a aceitar a situação, nem a correr o risco de detenção, nem a tentar uma fuga perigosa para o Ocidente. Em 2 de maio de 1989, durante o processo de atenuação do controle sobre expressão e sobre o deslocamento de cidadãos dentro da própria Hungria, as autoridades de Budapeste removeram as cercas eletrificadas que existiam ao longo da fronteira ocidental do país, embora a fronteira continuasse formalmente fechada.

Alemães orientais começaram a se deslocar em grande número para a Hungria. Já em 1º de julho de 1989, cerca de 25 mil haviam partido “em férias” para o referido país. Milhares seguiram depois, muitos buscando refúgio temporário nas Embaixadas da Alemanha Ocidental situadas em Praga e Budapeste. Alguns conseguiram cruzar a fronteira austro-húngara (ainda fechada) sem serem interceptados pela polícia encarregada de vigiar as divisas, mas a maioria ficou na Hungria. No início de setembro, havia 60 mil cidadãos da RDA na Hungria — em compasso de espera. Indagado, num telejornal húngaro, transmitido em 10 de setembro, sobre qual seria a reação do governo se algumas daquelas pessoas comessem a caminhar para o oeste, o ministro das Relações Exteriores da Hungria, Gyula Horn, respondeu: “Nós

²¹ Na ex-JRSS, conjunto de indivíduos, particularmente do Partido Comunista, dentre os quais eram indicados os pontos para os altos cargos. (N. do T.)

²² Sou grato ao professor Timothy Garton Ash por esta referência.

²³ Ao que parece, Honecker percebera, corretamente, que Gorbachev não haveria de durar muito tempo e, portanto, poderia ser grandes riscos ser ignorado.

vamos deixar que eles passem sem problemas, e suponho que os austríacos os deixem entrar. A porta para o Ocidente estava oficialmente aberta: nas 72 horas seguintes, cerca de 22 mil alemães orientais se apressaram em atravessá-la.

As autoridades da Alemanha Oriental protestaram veementemente — a medida tomada pela Hungria implicava o descumprimento de um antigo acordo firmado entre governos comunistas segundo o qual país nenhum serviria de rota de fuga para indivíduos provenientes de vizinhos aliados. Mas as autoridades em Budapeste insistiam no seu compromisso com a assinatura no Ato Final de Helsinque. E a população levou a sério a palavra das autoridades. Ao longo das três semanas seguintes, o comando da RDA confrontou um desastre em relações públicas, visto que dezenas de milhares de seus cidadãos tentaram escapar pela nova saída.

Na tentativa de controlar os eventos, os líderes da RDA ofereceram aos refugiados da Alemanha Oriental que se achavam em embaixadas em Praga e Varsóvia a possibilidade de voltar e cruzar o seu próprio país, com destino à Alemanha Ocidental, num trem lacrado. A proposta, no entanto, apenas exacerbou a crescente humilhação do regime, pois, enquanto passava pela RDA, o trem foi saudado por milhares de pessoas desejosas de nele estar. Cerca de 5 mil pessoas tentaram embarcar durante uma breve parada do trem dos refugiados, em Dresden; e quando a polícia, recorrendo à violência, impediu-lhes o embarque, houve tumulto — tudo acontecendo diante da mídia mundial.

As dificuldades do regime animaram os críticos. Um dia depois que a Hungria abriu as fronteiras, um grupo de dissidentes da Alemanha Oriental sediado em Berlim fundou o *New Forum* (Novo Fórum), seguido, poucos dias depois, por outro movimento, *Democracia Agora*, ambos reivindicando a “reestruturação democrática” da RDA. Em 2 de outubro, uma segunda-feira, em Leipzig, uma multidão de 10 mil pessoas protestou contra a recusa do regime de Honecker em se reformar — no que constituiu a maior mobilização pública na Alemanha Oriental desde o fatídico levante de Berlim em 1953. Honecker, então aos 77 anos, permanecia intransigente. Os alemães orientais que desejavam emigrar, ele declarou em setembro, tinham sido “chantageados com engodos, promessas e ameaças que os obrigaram a renunciar aos princípios básicos e aos valores fundamentais do socialismo”. Para a crescente ansiedade dos colegas mais jovens — que já não podiam ignorar a escala do desafio que se lhes apresentava —, a liderança parecia estar impotente, paralisada. Em 7 de outubro, por ocasião do 40º aniversário da fundação da RDA, Mikhail Gorbachev foi convidado a comparecer às comemorações e discursou, advertindo o impassível anfitrião de que “a vida pune aqueles que se atrasam”. De nada adiantou: Honecker se disse satisfeito com a situação.

Incentivados com a visita do líder soviético — sem falar dos acontecimentos no exterior —, manifestantes em Leipzig e outras cidades começaram a realizar protestos frequentes e “vigílias” em prol de mudanças. As demonstrações às segundas-feiras em Leipzig, que então já haviam se tornado praxe, somaram 90 mil pessoas na semana seguinte ao discurso de Gorbachev, a multidão proclamando — “Nós somos o povo!” — e pedindo o apoio de “Gorby”. Na semana seguinte, a massa foi ainda maior; cada vez mais nervoso, Honecker agora propunha o uso da força para debelar qualquer outra mostra de oposição.

Ao que parece, a perspectiva de um confronto direto unificou a visão dos que criticavam o partido de Honecker. Em 18 de outubro, alguns dos companheiros de Honecker, liderados

por Egon Krenze, deram um golpe e removeram do poder o veterano — após 18 anos.²⁴ O primeiro ato de Krenze foi voar até Moscou, endossar (e buscar o endosso de) Mikhail Gorbachev e voltar a Berlim a fim de preparar uma cautelosa *Perestroika* na Alemanha Oriental. Mas já era tarde. No protesto mais recente em Leipzig, 300 mil pessoas tinham se reunido exigindo mudanças; em 4 de novembro, meio milhão de alemães orientais reuniram-se em Berlim para exigir reformas imediatas. Enquanto isso, naquele mesmo dia, a Tchecoslováquia abriu as suas fronteiras; nas 48 horas seguintes, 30 mil pessoas saíram da Alemanha Oriental cruzando a fronteira tcheca.

Aquela altura, as autoridades já estavam em pânico. Em 5 de novembro, o governo da RDA propôs uma legislação de viagem relativamente liberal, mas a proposta não foi aceita, por ser considerada absolutamente inadequada. Então, numa atitude dramática, os ministros da Alemanha Oriental pediram demissão, seguidos pelo Politburo. Na noite seguinte — 9 de novembro, aniversário da abdicação do cáiser e da Noite dos Cristais —, Krenze e seus companheiros propuseram outra legislação de viagem, para deter a fuga. Em entrevista coletiva transmitida ao vivo pela rádio e pela televisão alemãs, Günter Schabowski explicou que as novas provisões, que entrariam em vigor imediatamente, autorizavam viagens internacionais sem aviso prévio e permitiam o trânsito através dos postos fronteiriços entre as duas Alemanha. Em outras palavras, o Muro estava aberto.

Antes mesmo do final da transmissão, já havia gente nas ruas de Berlim Oriental se dirigindo para a fronteira. Em questão de horas, 50 mil pessoas entraram em Berlim Ocidental, algumas para sempre, outras apenas para visitar. Na manhã seguinte, o mundo estava mudado. Conforme todos constatavam, o Muro fora rompido, e a situação era irreversível. Quatro semanas depois, o Portão de Brandemburgo, atravessado na divisa entre as duas Alemanha, foi reaberto; durante o Natal de 1989, 2,4 milhões (um em cada seis habitantes) de alemães orientais visitaram o lado ocidental. Essa *não era*, decididamente, a intenção dos líderes da RDA. O próprio Schabowski mais tarde explicou que as autoridades não “faziam idéia” de que a abertura do Muro precipitaria a queda da RDA; na verdade, esperava-se o oposto: a medida era vista como o início de um processo de “estabilização”.

Ao tomar a difícil decisão de liberar a fronteira da RDA, os líderes esperavam abrir uma válvula de escape, talvez conquistar uma certa popularidade e, acima de tudo, ganhar tempo para então propor um programa de “reformas”. Afinal, o Muro foi aberto pelo mesmo motivo alegado quando da sua construção na geração anterior: para deter uma hemorragia demográfica. Em 1961, a estratégia desesperada obtivera êxito; em 1989, o mesmo ocorreria, de certa maneira — foi surpreendentemente reduzido o número de alemães orientais que ficaram para sempre em Berlim Ocidental ou emigraram para a Alemanha Ocidental depois que os cidadãos obtiveram a garantia de que, se retornassem, não voltariam a ficar presos. Mas o preço dessa garantia foi além da queda do regime.

Na seqüência da queda do Muro, o Partido Socialista Unido recebeu a (agora notória) extrema-unção oferecida a partidos comunistas agonizantes. Em 1º de dezembro, o *Volkskammer*

²⁴ Três dias após a visita de Gorbachev, Honecker recebeu a visita de um dignitário chinês e comparou a inquietação na RDA à recente “contra-revolução” na China. É possível que Honecker estivesse ao menos contemplando uma reprise alemã do massacre da praça Tiananmen — motivo pelo qual os colegas decidiram destituí-lo.

(Parlamento da RDA), através de uma votação de 420 x 0 (com cinco abstenções), decidiu retirar da Constituição da RDA a cláusula que declarava que o Estado era "liderado pela classe de trabalhadores e pelo Partido Marxista-leninista". Quatro dias depois, o Politburo movementista se demitiu; um novo líder — Gregor Gysi — foi escolhido; e o nome do partido mudou para Partido do Socialismo Democrático. A velha liderança comunista (inclusive Honecker e Krenz) foi expulsa do partido; conversações com representantes do Neues Forum (consensualmente o grupo mais visível da oposição) foram reiniciadas, e eleições diretas programadas.

Porém, mesmo antes que o último governo da RDA, sob o comando de Hans Modrow, líder do partido em Dresden, começasse a esboçar um "programa de ação partidária", todos os seus atos e intenções já se mostravam irrelevantes. Afinal, os alemães orientais tinham uma condição inexistente nos casos dos outros povos submetidos — não havia uma "Tchecoslováquia Oriental" nem uma "Polónia Oriental" —, e eles não pretendiam esquecê-la. Os alemães estavam mudando: em outubro de 1989, os manifestantes em Leipzig gritavam "*Wir sind das Volk*" — "Nós somos o povo". Em janeiro de 1990, as mesmas multidões proclamavam uma reivindicação algo diferente: "*Wir sind ein Volk*" — "Nós somos um povo".

Uma vez que o fim do comunismo alemão acarretaria, conforme vemos no próximo capítulo, o fim de um Estado alemão — em janeiro de 1990, a questão já não era apenas *sair* do socialismo (muito menos "reformá-lo"), mas *entrar* na Alemanha Ocidental —, é difícil interpretar, em retrospecto, as esperanças das multidões que derrubaram a RDA em outubro de 1989. *Fácil*, entretanto, é verificar que nem o partido (a exemplo do que ocorreu na Hungria) nem a oposição (a exemplo da Polónia) podem arrogar a si grande crédito pelos acontecimentos. Já foi visto aqui o quanto o partido demorou a perceber o apuro no qual se encontrava; e os intelectuais que o criticavam não foram mais ágeis.

Em 28 de novembro, Stefan Heym, Christa Wolf e outros intelectuais da Alemanha Oriental expediram uma declaração a favor da "Nossa Terra", para salvar o socialismo e a RDA e resistir ao que Heym descrevia como o "lixo reluzente" do mundo ocidental. Bartel Bohley, líder do Neues Forum, chegou a definir a abertura do Muro de Berlim como "infeliz", porque impediria a "reforma" e precipitaria as eleições antes que partidos e eleitores estivessem "prontos". A exemplo de muitos intelectuais "dissidentes" que viviam na Alemanha Oriental (sem falar dos admiradores na Alemanha Ocidental), Bohley e seus colegas ainda vislumbravam um socialismo reformado, livre da polícia secreta e de um partido hegemônico, e que mantivesse uma distância segura do regime capitalista e predatório situado a oeste. Conforme os eventos comprovariam, a perspectiva era tão irreal quanto a fantasia de Erich Honecker de uma volta à obediência neo-stalinista. O Neues Forum, portanto, condenou a si mesmo à irrelevância política, e os líderes do movimento continuaram a se lamuriar da imprudência das massas.²⁵

Claro, o regime alemão de 1989, portanto, talvez tenha sido a única revolução verdadeiramente popular — i.e., das massas — naquele ano (na realidade, a única rebelião popular bem-sucedida da história alemã).²⁶ A queda do comunismo na vizinha Tchecoslováquia, embora simultânea à transformação registrada na Alemanha Oriental, seguiu um caminho bastante diverso. Nos dois países a liderança do partido era rígida e repressora, e a ascensão de Gorbatchev foi tão indesejável ao regime de Praga quanto em Pankow. Mas as semelhanças param por aí.

Na Tchecoslováquia, a exemplo da Hungria, o governo comunista se alicercava precariamente sobre a memória de um passado roubado. Todavia, enquanto no caso húngaro Kádár, tudo ou bem, conseguira se distanciar, e distanciar o partido do legado stalinista, os líderes tchecos não tinham realizado tal transição. Tampouco haviam tentado fazê-lo. A invasão autorizada pelo Pacto de Varsóvia, em 1968, e a subsequente "normalização" prosseguiram com Gustav Husák, no poder desde 1969. E em 1987, quando Husák, aos 75 anos, exonerou-se do cargo de secretário-geral do partido (embora permanecesse presidente do Estado), foi substituído por Miloš Jakes — mais jovem, é verdade, mas conhecido pelo papel de desleque que desempenhara durante os expurgos realizados no início dos anos 70.

Os comunistas tchecos, na realidade, conseguiram manter um controle total até o fim. Nem a Igreja Católica (cujo papel era sempre bem menor entre os tchecos do que entre os eslavos) nem a oposição intelectual contavam com grande apoio junto à sociedade como um todo. Graças à gestão brutalmente eficiente dos expurgos, a maior parte da intelectualidade do país — dramaturgos, historiadores e comunistas reformadores — fora expurgada não apenas de seus empregos, mas também do olhar do público. Até 1989, alguns dos mais contundentes críticos do comunismo internos à Tchecoslováquia, a começar pelo próprio Václav Havel, eram mais conhecidos no exterior do que no país. Conforme vimos no capítulo passado, a própria organização cívica de Havel, a Carta 77, recrutou menos de 2 mil signatários numa população de 15 milhões.

Claro está, as pessoas não queriam correr o risco de criticar o regime abertamente; mas é preciso admitir que a maioria dos tchecos e eslovacos não estava infeliz com a situação. A economia da Tchecoslováquia, à semelhança da maioria das demais economias do Leste Europeu, desde o princípio dos anos 70, voltara-se proposadamente para a produção de bens de consumo básico. Com efeito, a Tchecoslováquia comunista imitava certos aspectos da sociedade de consumo — sobretudo quanto à programação de TV e às atividades de lazer —, embora o fizesse em escala sofrível. A vida na Tchecoslováquia era monótona, o ambiente se deteriorava e os jovens se indignavam com as autoridades onipresentes e repressoras. Porém, como compensação por não confrontar o regime e por louvar a sua inchada retórica, o povo era deixado em paz.

O regime continha com firmeza e até brutalidade qualquer sinal de dissensão. Manifestantes em Praga e outras localidades que, em agosto de 1988, saíram à rua para marcar o 20º aniversário da invasão foram logo presos; esforços extra-oficiais para realizar em Praga um seminário sobre o tema "Oriente e Ocidente" foram reprimidos. Em janeiro de 1989, no 20º

²⁶ Sob determinados aspectos, o equivalente polonês ocorreu em 1980-1981 — a transição política verificada na Polónia uma década mais tarde foi uma questão bem mais planejada e negociada.

²⁵ A bem da verdade, os dissidentes na Alemanha Oriental interpretaram mal a ousadia das multidões, em novembro de 1989, achando que o comportamento poderia servir de base para uma nova república socialista. Por outro lado, a fonte dessa interpretação equivocada foi a incapacidade de os dissidentes perceberem o que o "socialismo" viera a significar — bem como o seu próprio investimento na sobrevivência do regime.

aniversário do suicídio de Jan Palach, na praça Wenceslau, Havel e outros 13 ativistas da Carta 77 foram mais uma vez detidos (embora, em contraste ao tratamento cruel que anos antes, Havel — agora uma figura internacional cujos maus-tratos seriam motivo de constrangimento para os carcereiros — tenha sido libertado em maio).

Ao longo da primavera e do verão de 1989, à semelhança de manifestações em terras vizinhas, grupos informais surgiram por todo o país: na sequência do Chá de Paz John Lennon, criado em dezembro de 1988, surgiu o protesto das Mães de Praga em maio de 1989, seguido por demonstrações de ambientalistas, em Bratislava, no mês seguinte. Nenhuma dessas pequenas (e facilmente reprimidas) bolhas de iniciativa cívica representava qualquer ameaça à polícia ou ao regime. No entanto, em agosto, enquanto Mianowski ultimava os planos para seu governo em Varsóvia, e pouco antes da abertura das fronteiras húngaras, manifestantes lotaram as ruas da capital tcheca para comemorar, mais uma vez, o fim da Primavera de Praga.

Naquela ocasião, porém, a polícia tcheca foi bem mais contida. O regime de Jakes esperava por um certo abrandamento, ao menos aparentando admitir a mudança de atmosfera em Moscou, embora nada alterando de substancial no estilo do comando. Essa mesma estratégia, sem dúvida, explica o distanciamento das autoridades durante a grande demonstração pública seguinte, em 28 de outubro, aniversário da criação do Estado tchecoslovaco, em 1918 (data oficialmente ignorada desde 1948). Mas ainda não se verificavam grandes pressões por parte do povo sobre a liderança comunista — até mesmo o anúncio, em 15 de novembro, de que o visto de saída não mais seriam exigidos em viagens ao Ocidente foi menos uma concessão feita sob pressão do que uma reprise estratégica de mudanças já efetuadas em outros locais.

Foi essa suposta falta de intenção reformadora por parte dos líderes do partido, bem como a ausência de uma eficaz oposição externa — as manifestações realizadas no verão e início de objetivos comuns e nenhum líder tinha surgido a fim de canalizar o descontentamento para um programa de ação —, que conferiu credibilidade à suspeita generalizada de que o que ocorreu em seguida foi, até certo ponto, a encenação de uma “trama”: uma tentativa feita por reformistas internos ao governo e à polícia de empurrar o partido agonizante na direção de uma *Perestroika* tcheca.

Em retrospecto, isso não é tão estranho quanto parece. Em 17 de novembro, a polícia de Praga autorizou, oficialmente, uma passeata estudantil pelo centro da cidade, para marcar mais uma data lúgubre: o 50º aniversário do assassinato de um estudante tcheco, Jan Opletal, pelos nazistas. Porém, quando os manifestantes começaram a entoar palavras de ordem contrárias ao comunismo, a polícia atacou, dispersando a multidão e espancando vários isolados. A própria polícia, então, instigou o boato de que — como se fora uma reprise do assassinato de Opletal — um estudante tinha sido morto. Mais tarde constatou-se que se tratava de uma inverdade; mas, nesse ínterim, como seria de se esperar, a notícia enfureceu os estudantes. Nas 48 horas seguintes, milhares de estudantes foram mobilizados, universidades foram ocupadas e multidões acorreram às ruas, para protestar. E agora, no entanto, a polícia apenas observava.

Se houvera, de fato, uma trama, o tiro tinha saído pela culatra. É verdade que os eventos de 17 de novembro e suas seqüências desalojaram a liderança neo-stalinista do Partido

comunista: em uma semana, todo o *Pravdium*, liderado por Jakes, havia renunciado. Mas os assessores não gozavam de credibilidade popular e, em todo caso, foram prontamente traçados pela velocidade dos acontecimentos. Em 19 de novembro, Václav Havel, que se achava praticamente em reclusão domiciliar na região rural ao norte da Boêmia, voltou à tumultuada capital, onde os comunistas estavam perdendo o controle, sem que houvesse aparecido alguém que lhes tomasse o poder.

Instalando-se — bem a calhar — num teatro de Praga, Havel e os parceiros da Carta 77 formaram o *Občanské Fórum* (Fórum Cívico), um grupo informal e flexível que em poucos dias se transformou, de uma sociedade de debates, em iniciativa cívica e, daí, em governo paralelo. A discussão no Fórum Cívico foi, em parte, estimulada pelos antigos propósitos dos participantes mais conhecidos; porém, o que mais pesou foi a rapidez espetacular dos eventos que estavam ocorrendo nas ruas. A primeira medida do Fórum foi exigir a exoneração dos responsáveis pela invasão de 1968 e pelas seqüências de tal ato.

Em 25 de novembro, no dia seguinte à renúncia em massa dos líderes do partido, uma multidão de meio milhão de pessoas reuniu-se no Estádio Letná, em Praga, nem tanto para reivindicar determinadas reformas, mas para marcar uma grande presença, depois de vinte anos de intimidação e silêncio. Naquela mesma noite, Havel foi autorizado a conceder uma curta entrevista transmitida pela televisão tcheca. No dia seguinte, discursou diante de 150 mil pessoas na praça Wenceslau, dividindo o palanque com o primeiro-ministro comunista, Ladislav Adamec — e Alexander Dubček.

Aquela altura já estava claro para os líderes emergentes do Fórum Cívico que, quisessem ou não, estavam à frente de uma revolução. A fim de definir um rumo — e para ter o que dizer às multidões que ocupavam as ruas —, um grupo coordenado pelo historiador Petr Pithart elaborou os “Princípios Programáticos do Fórum Cívico”. O documento contém um resumo dos objetivos gerais do Fórum e constitui uma instrutiva indicação do ânimo e das prioridades dos homens e das mulheres de 1989. “O que queremos nós?”, indaga o programa. 1) Um Estado de direito; 2) Eleições livres; 3) Justiça social; 4) Um governo limpo; 5) Um povo instruído; 6) Prosperidade; 7) Voltar a pertencer à Europa.

A mescla de reivindicações políticas estereotipadas, ideais de natureza cultural e ambiental, bem como a invocação à “Europa”, são características tchecas e devem muito a diversas declarações acerca da Carta 77 feitas ao longo da década anterior. Mas o tom do programa captou muito bem, naqueles inebriantes dias de novembro, o estado de espírito das multidões: ao mesmo tempo, pragmático, idealista e extremamente ambicioso. O ânimo em Praga e no restante do país era também mais otimista do que nas demais “transições” comunistas. Isso resultava da rapidez dos eventos.²⁷

Uma semana após a sanguinária repressão das manifestações estudantis, a liderança do partido se demitiu. Na semana seguinte, os grupos Fórum Cívico e Povo Contra a Violência (congênere eslovaco do Fórum) estavam legalizados e já negociavam com o governo. Em 29 de novembro, a Assembléia Federal, respondendo a uma solicitação do Fórum Cívico, extraiu

²⁷ O presente autor, que estava em Praga à época, pode atestar a sensação estonteante de que a História estava sendo escrita a cada hora.

da Constituição tcheca a cláusula essencial que garantia ao Partido Comunista o "papel de liderança". Então, a gestão de Adamec propôs uma nova coalizão de governo, um acordo mas os representantes do Fórum Cívico — incentivados por grandes multidões, agora em permanente ocupação das ruas — rejeitaram sumariamente a proposta.

Aquela altura os comunistas não podiam ignorar o que estava acontecendo no exterior: não apenas os companheiros da ex-liderança na Alemanha Oriental tinham sido expulsos em 3 de dezembro, mas Mikhail Gorbachev jantava com o presidente Bush em Mainz, os Estados do Pacto de Varsóvia preparavam-se para repudiar publicamente a invasão da Tchecoslováquia por eles levada a cabo em 1968. Desacreditados e desqualificados por seus próprios mentores, os últimos comunistas tchecos e eslovacos que haviam participado do grupo de Husák, inclusive o primeiro-ministro Adamec, renunciaram.

Após uma "mesa-redonda" que durou apenas dois dias (a mais breve de todas as realizadas naquele ano), os líderes do Fórum Cívico concordaram em integrar o ministério. O primeiro ministro — o eslovaco Marián Čalfa — ainda era membro do partido, mas a maioria dos ministros — pela primeira vez desde 1948 — não era comunista: Jiří Dienstbier, da ČSSR 77 (alimentador de fôrnalha até cinco semanas antes), seria ministro das Relações Exteriores; o advogado católico Jan Čarnogurský seria vice primeiro-ministro; Vladimír Kusý, do Fórum Cívico, seria ministro da Informação; e o até então desconhecido economista e defensor do livre-mercado Václav Klaus ficaria à frente do Ministério da Fazenda. O novo governo foi empossado em 10 de dezembro pelo presidente Husák, que imediatamente renunciou.

O reparcimento de Alexander Dubček após duas décadas de ostracismo abriu a possibilidade de que Dubček fosse escolhido para substituir Husák na presidência — por um lado, como um símbolo de continuidade das esperanças frustradas em 1968; por outro, para aplacar os ressentimentos dos comunistas e quiçá amansar os linhas-duras que integravam os quadros da polícia e outros serviços. Mas, assim que Dubček começou a fazer pronunciamentos públicos, ficou claro que o pobre líder estava ultrapassado. O vocabulário, o estilo e até os gestos eram típicos dos comunistas reformadores atuantes nos anos 60. Ao que parecia ele nada aprendera com suas amargas experiências, e ainda falava em ressuscitar um caminho tranqüilo, benéfico e tchecoslovaco para o socialismo. Para as dezenas de milhares de jovens nas ruas de Praga, Brno ou Bratislava, Dubček foi, de início, uma curiosidade histórica, mas logo se tornou irrelevante e irritante.²⁸

Por meio de um acordo, Dubček foi eleito presidente da Assembléia Federal. A presidência do país coube ao próprio Václav Havel — idéia implausível e que tinha sido por ele educadamente descartada quando, apenas cinco semanas antes, as multidões nas ruas de Praga conclamavam: "Havel na Hrad!" (Havel para o Castelo). Já em 7 de dezembro, entretanto, o dramaturgo chegara à conclusão de que aceitar o cargo talvez fosse a melhor maneira de facilitar a saída do país do comunismo; em 28 de dezembro de 1989, a mesma Assembléia

²⁸ Uma charge estampada num dos efêmeros jornais estudantis publicados em dezembro de 1989 capta perfeitamente o conflito de gerações. Um sujeito gorducho e de meia-idade, vestindo camiseta, encara contrariado, através do espelho no qual se barbeia, uma mulher de aspecto dissoluto que está de pé à porta, com uma camisola suja pendurada ao ombro, rolinhos nos cabelos e um cigarro pendurado nos lábios. "Você não me reconhece?", ela diz, provocando-o. "Sou eu mesmo de 1968."

comunista que sancionara leis que até então haviam consignado Havel e outros a anos de prisão agora o elegia presidente da República Socialista da Tchecoslováquia. No primeiro dia de 1990, o novo presidente anistiou 16 mil prisioneiros políticos; no dia seguinte, a justiça policial política foi extinta.

A saída extraordinariamente rápida e pacífica da Tchecoslováquia do comunismo — a chamada "revolução de veludo" — tornou-se possível devido a uma conjunção de circunstâncias. Assim como na Polônia, a oposição intelectual uniu-se, acima de tudo, em decorrência da memória de derrotas passadas e de uma determinação de evitar o confronto direto — não era isso que a principal organização cívica da Eslováquia se autodenominava Povo contra a Violência. Tanto quanto na RDA, o total fracasso do partido governista logo ficou tão evidente que a alternativa de organizar uma ação na retaguarda foi desde o início descartada.

Mas o desempenho de Havel foi crucial — nenhum outro indivíduo com status público comparável surgiu nos demais países comunistas, e embora a maioria das idéias práticas e até as táticas políticas do Fórum Cívico talvez existissem igualmente na ausência dele, foi Havel quem captou e canalizou o estado de espírito da população, incentivando os companheiros e, ao mesmo tempo, controlando as expectativas da multidão. É impossível superestimar o impacto de Havel e da sua popularidade. À semelhança de Tomáš Masaryk, com quem passou a ser comparado, o pouco carismático Havel era agora considerado por muita gente uma espécie de salvador da pátria. O cartaz carregado por um estudante de Praga que participou dos eventos de dezembro de 1989, numa alusão religiosa talvez involuntária mas bastante adequada, esboçava a foto do novo presidente com a seguinte legenda: "Ele se sacrificou por nós".

Não foram apenas as múltiplas detenções de Havel, nem o seu histórico impecável de oposição ao comunismo, que o colocaram sobre um pedestal; foi também a sua disposição marcadamente apolítica. Os concidadãos não se voltaram para Havel apesar do seu envolvimento com o teatro, mas por causa dele. Conforme comentou um observador italiano, referindo-se ao papel encarnado por Václav no cenário político, sua voz inconfundível permitiu-lhe articular os sentimentos de uma nação silenciada: "Se un popolo non ha mai parlato, la prima parole che dice è poesia".²⁹ Exatamente por essas razões, somente Havel — tão cético diante da sedução do capitalismo (ao contrário do ministro da Fazenda, Klaus) — poderia superar o impasse constrangedor entre o falso mas atraente igualitarismo do falecido comunismo e as desagradáveis realidades do livre-mercado.

Na Tchecoslováquia, a superação desse impasse era importante. Apesar de ser, sob vários aspectos, a mais ocidentalizada das nações comunistas europeias, a Tchecoslováquia era também a única que contava com uma cultura política claramente igualitária e com tendências esquerdistas; afinal, tratava-se do único país do mundo onde quase dois eleitores em cada cinco escolheram um Partido Comunista em eleições livres (em 1946). A despeito de quarenta anos de "socialismo real" — e vinte anos de uma anestésica "normalização" —, algo dessa cultura política sobrevivera: nas primeiras eleições após o período comunista, realizadas em junho de 1990, 14% do eleitorado apoiou o Partido Comunista. Foi a presença duradoura

²⁹ "Se un povo jamais falou, a primeira palavra dita é poesia." Ferdinando Camon, *La Stampa*, "Tutto Libri", 16 de dezembro de 1989.

desse razoável núcleo de seguidores do comunismo — somada à penumbra de cidadãos críticos cujo descontentamento não era tão grande que justificasse uma postura de pura oposição — que levou escritores dissidentes, como Ludvík Vaculík, a questionar a probabilidade de concretização de mudanças abrangentes no futuro imediato. A História parecia estar entre os tchecos e os eslovacos: desde 1938, a Tchecoslováquia nunca mais conseguira retomar o controle do próprio destino.

Portanto, quando, finalmente, em novembro de 1989, o povo tomou a iniciativa, a evolução de veludo³⁰ parecia boa demais para ser verdade. Daí os boatos de tramas e crises questradas pela própria polícia, como se a sociedade tchecoslovaca fosse tão insegura que a iniciativa de destruir o comunismo desse partir dos próprios comunistas. É bem provável que as desconfianças não tivessem fundamento — todas as evidências surgidas desde então apontam que em 17 de novembro a polícia tcheca, simplesmente, extrapolou os limites: não foi preciso uma “trama” para fazer a facção governista usar a mão pesada. Em 1989, o povo tcheco, de fato, assumiu o controle do próprio destino.

O caso romeno foi diferente. Na Romênia, parece claro que em dezembro de 1989, uma facção do Partido dos Trabalhadores Romenos que governava o país decidiu que a sua chance de sobrevivência dependia da remoção à força do círculo de Nicolau Ceaușescu. A Romênia evidentemente, não era um Estado comunista típico. Se a Tchecoslováquia era o mais oriental dos países-satélites comunistas, a Romênia era o mais “oriental”. Sob Ceaușescu, o comunismo havia degenerado, de um leninismo nacional para uma espécie de provincialidade antiga Pérsia, onde níveis bizantinos de nepotismo e ineficiência eram amparados por uma polícia secreta tentacular.

Comparado à terrível ditadura de Dej durante a década de 1950, o regime de Ceaușescu transcorreu com um índice relativamente baixo de brutalidade explícita; no entanto, as numerosas insinuações de protesto público — greves nas minas do vale do Jiu, em agosto de 1977, por exemplo, ou, uma década depois, na fábrica de tratores da Estrela Vermelha, em Brașov — foram reprimidas com crueldade e eficiência. Além disso, Ceaușescu podia contar não apenas com uma população intimidada, mas também com a surpreendente ausência de crítica interna aos seus atos internos: oito meses após prender os grevistas do vale do Jiu (e assassinar os líderes do movimento), o ditador romeno visitaria os Estados Unidos a convite do presidente Jimmy Carter. Mantendo distância em relação a Moscou — já vimos que a Romênia se absteve de participar da invasão da Tchecoslováquia, em 1968 —, Ceaușescu conquistou algum espaço de manobra e até o aplauso internacional, sobretudo nas fases iniciais da “Guerra Fria”, nos anos 80. Visto que o líder romeno se aprazia em criticar os russos (e em contrariá-los, enviando a equipe romena de ginástica às Olimpíadas de Los Angeles), os americanos e alguns aliados calaram-se diante dos crimes internos cometidos por Ceaușescu.³⁰

Os romenos, entretanto, pagaram caro pela condição privilegiada de Ceaușescu. Em 1966, a fim de aumentar a população — antiga obsessão romena —, Ceaușescu proibiu o aborto

para mulheres com idade inferior a 40 anos que tivessem menos de quatro filhos (em 1986, a idade foi elevada para 45 anos). Em 1984, a idade mínima para uma mulher se casar foi elevada para 15 anos. Tomaram-se obrigatórios os exames médicos mensais para todas as mulheres em idade fértil, com o propósito de impedir abortos, que, quando permitidos, só podiam ser realizados na presença de um representante do partido. Médicos em regiões onde o índice de natalidade decrescia tinham os salários reduzidos.

A população não cresceu, mas a morte em consequência de abortos alcançou o índice mais elevado da Europa; sendo o único método disponível de controle de natalidade, abortos ilegais eram amplamente realizados, muitas vezes sob as condições mais abjetas e perigosas. Ao longo dos 23 anos seguintes à lei de 1966, ao menos 10 mil mulheres morreram em consequência de abortos. O índice real de mortalidade infantil era tão elevado que a partir de 1985 os nascimentos só eram registrados oficialmente quando a criança sobrevivia até a quarta semana — era a apoteose do controle comunista sobre a informação. Quando Ceaușescu foi derrubado, o índice de mortalidade de recém-nascidos era de 25 em cada mil, e havia mais de 100 mil crianças em regime de internato, sob os cuidados do Estado.

O cenário dessa tragédia nacional era uma economia que tinha sofrido um retrocesso proposital, passando da subsistência à pobreza. No início dos anos 80, Ceaușescu decidiu entender ainda mais a reputação internacional do país, amortizando a imensa dívida externa da Romênia. As agências do capitalismo internacional — a começar pelo Fundo Monetário Internacional — ficaram extremamente satisfeitas e rasgaram elogios ao ditador romeno. Foi concedida a Bucareste uma revisão total do calendário de pagamentos da dívida externa romena. Para pagar os credores ocidentais, Ceaușescu aplicou uma pressão implacável e sem precedentes sobre o consumo doméstico.

Em contraste com o que ocorria em outras nações, onde governantes comunistas incômodos tomavam empréstimos no exterior para subornar os cidadãos com prateleiras bem estoçadas, o *Conducator* romeno dedicou-se a exportar toda mercadoria disponível produzida domesticamente. Os romenos eram obrigados a usar lâmpadas de 40 watts em suas residências (isso onde havia fornecimento de luz), para que houvesse energia a ser exportada para a Itália e para a Alemanha. Carne, açúcar, farinha, manteiga, ovos e muitos outros itens eram severamente racionados. Para incrementar a produção, foram introduzidas cotas fixas para trabalho compulsório aos domingos e feriados (o *corvê*, conforme o procedimento era conhecido na França durante o *ancien régime*).

O consumo de gasolina era mantido em nível mínimo: em 1986, foi implantado um programa de criação de cavalos, para substituir veículos motorizados. Carroças puxadas a cavalo tornaram-se o principal meio de transporte e a colheita passou a ser feita com ceifeira e foice. Isso era algo verdadeiramente novo: todos os sistemas socialistas dependiam do controle centralizado da falta de estoque induzida, mas na Romênia uma economia baseada em excessivos investimentos em ferramentas industriais desnecessárias foi substituída por uma economia alicerçada na subsistência agrária pré-industrial.

A política de Ceaușescu tinha uma certa lógica macabra. A Romênia conseguiu, de fato, quitar as dívidas junto aos credores internacionais, embora ao custo de reduzir a população

³⁰ Ao menos até a ascensão de Mikhail Gorbachev, quando o Ocidente deixou de precisar de um iconoclasta anti-soviético.

à penúria. Mas havia outras facetas do governo de Ceaușescu, nos seus últimos anos, além da economia ensandecida. A fim de controlar melhor a população rural do país — e aumentar a pressão sobre lavradores para produzirem alimentos para exportação —, o regime planejou a “sistemização” das zonas rurais romenas. A metade dos 13 mil vilarejos do país (selecionados sobretudo entre comunidades minoritárias) seria destruída, e os residentes transferidos para 588 “agrovilas”. Se Ceaușescu tivesse tempo para implementar tal projeto, o pouco que restava da estrutura social do país seria arrasado.

O projeto de “sistemização” rural foi impulsionado pela crescente megalomania do ditador romeno. Sob Ceaușescu, o ímpeto leninista para controlar, centralizar e planejar cada detalhe da vida cotidiana tornou-se tamanha obsessão por homogeneidade e grandeza que se perava até o próprio Stalin. A duradoura encarnação dessa ânsia monomaniaca seria a capital do país, destinada a uma reforma imperial sem precedentes desde Nero. O projeto de “renovação” de Bucareste seria abortado pelo golpe de dezembro de 1989, mas muita obra chegou a ser feita, o bastante para deixar a marca indelével da ambição de Ceaușescu na estrutura da cidade. Um bairro histórico no centro de Bucareste do tamanho de Veneza foi totalmente demolido. Quarenta mil edifícios, dezenas de igrejas e monumentos foram destruídos, a fim de abrir espaço para uma nova “Casa do Povo” e para o bulevar da Vitória do Socialismo, com 5 quilômetros de comprimento e 150 metros de largura.

O empreendimento era puro engodo. Detrás das fachadas brancas e reluzentes do bulevar ficavam os conhecidos blocos de concreto pré-moldado, sujos, horrendos. E a fachada era caracterizada por uma uniformidade agressiva, humilhante e inflexível, a representação visual do regime totalitário. A Casa do Povo, projetada por um arquiteto de 25 anos (Anca Petrescu) para ser o palácio particular de Ceaușescu, era indescritivelmente feia, mesmo para os padrões estéticos do gênero. Grottesca, implacável e de mau gosto, a Casa era, antes de mais nada, *grande* (três vezes maior do que o Palácio de Versalhes...). Situada diante de um semicírculo capaz de conter meio milhão de pessoas, com um salão de entrada do tamanho de um campo de futebol, o palácio de Ceaușescu era (e continua a ser) uma monstruosa metáfora da tirania desenfreada, a contribuição da Romênia ao urbanismo totalitário.

Em seus últimos anos, o comunismo romeno ficou atravessado entre a brutalidade e a paródia. Retratos do líder do partido e de sua esposa eram vistos por toda parte; o louvor de Ceaușescu era cantado em hinos que teriam ruborizado o próprio Stalin (embora, talvez, não a Kim Il Sung, da Coreia do Norte, com quem o líder romeno era por vezes comparado). Uma breve lista de títulos oficialmente aprovados para serem empregados em relatos das façanhas de Ceaușescu incluíam: Arquitecto; Formador do Credo; Sábio Piloto; Mastro-Mor; Nimbo da Vitória; Visionário; Titã; Filho do Sol; Danúbio de Idéias; e Gênio dos Cárpatos.

Os adutores de Ceaușescu não diziam o que pensavam de tudo isso. Mas é evidente que, já em novembro de 1989 — quando, depois de 67 ovações, ele foi reeleito secretário geral do partido e declarou, orgulhosamente, que não haveria reformas —, vários dos que o cercavam começaram a considerá-lo um risco: alheio e fora de sintonia, não apenas com a atmosfera contemporânea, mas com o crescente nível de angústia dos seus subalternos. Porém, enquanto contasse com o apoio da polícia secreta, a *Securitate*, Ceaușescu haveria de parecer intocável.

Por conseguinte, foi a própria *Securitate* que precipitou a queda do regime, quando, em dezembro de 1989, tentou demover um famoso pastor protestante húngaro, Lázsló Tökés, da cidade de Timisoara, localizada no oeste do país. A minoria húngara, alvo de muito preconceito e repressão no governo de Ceaușescu, animara-se com os acontecimentos do outro lado da fronteira, na própria Hungria, e demonstrava crescente ressentimento diante dos abusos a que era sujeitada na Romênia. Tökés se tornou símbolo e foco das frustrações dessa minoria; quando, em 15 de dezembro, o regime se voltou contra o pastor, a igreja em que ele se refugiou foi cercada por paroquianos que passaram a noite em vigília, em sinal de solidariedade.

No dia seguinte, quando, inesperadamente, a vigília se transformou em protesto contra o regime, a polícia e o Exército foram mobilizados para disparar contra a multidão. Relatos exagerados do “massacre” foram transmitidos pela *Voz da América* e pela Rádio Europa Livre e espalhados por todo o país. A fim de debelar o inusitado protesto, que agora já não se restringia a Timisoara mas incluía Bucareste, Ceaușescu regressou de uma visita oficial ao Ira. Em 21 de dezembro, surgiu na varanda da sede do partido, com a intenção de discursar, denunciando a “minoria” de “baderneiros” — mas foi interrompido várias vezes e se calou, perplexo. No dia seguinte, depois de nova tentativa frustrada de se dirigir à multidão, Ceaușescu e sua esposa fugiram de helicóptero, decolando do telhado do prédio do partido.

Então, o poder se afastou bruscamente da esfera do regime. De início, tinha-se a impressão de que o Exército apoiava o ditador, ocupando as ruas da capital e disparando contra manifestantes que tentavam invadir os estúdios do canal nacional de televisão. Mas, a partir de 22 de dezembro, os soldados, agora comandados por uma Frente de Salvação Nacional (FSN) que ocupara o prédio da televisão, mudaram de lado e se viram diante de tropas da *Securitate* fortemente armadas. Nesse ínterim, o casal Ceaușescu foi pego, detido e julgado sumariamente. Condenados por “crimes contra o Estado”, foram executados às pressas, no dia de Natal, em 1989.³¹

A FSN foi transformada em conselho governamental provisório e — depois de rebater o país, que passou a se chamar, simplesmente, Romênia — apontou o líder da própria Frente, Ion Iliescu, para a presidência. Iliescu, assim como os companheiros da FSN, era um ex-comunista que rompera com Ceaușescu alguns anos antes e tinha fama de “reformador”, ao menos por ter conhecido Mikhail Gorbatchev nos tempos de estudante. Mas a verdadeira qualificação de Iliescu para comandar a Romênia pós-Ceaușescu era a sua capacidade de controlar as Forças Armadas, especialmente a *Securitate*, cujos últimos resistentes abandonaram a luta em 27 de dezembro. Na realidade, além de autorizar, em 3 de janeiro de 1990, o restabelecimento dos partidos políticos, o novo presidente pouco fez para desmontar as instituições do antigo regime.

Conforme os futuros acontecimentos revelariam, a burocracia que atuava sob as ordens de Ceaușescu permaneceu surpreendentemente intacta, descartando apenas a família Ceaușescu e seus cúmplices mais notórios. Foram exagerados os boatos sobre milhares de mortes durante as manifestações e batalhas ocorridas em dezembro — o número de baixas se aproximou de

³¹ O julgamento e a execução levada a cabo por um pelotão de fuzilamento foram filmados pela televisão, mas só exibidos dois dias mais tarde.

cem —, e ficou evidente que, apesar da bravura e do entusiasmo das multidões em Timisoara, Bucareste e em outras cidades, a luta verdadeira fora travada entre os “realistas”, reunidos em torno de Iliescu, e a velha guarda do círculo de Ceaușescu. A vitória dos primeiros garantiu para a Romênia uma saída tranqüila — deveras, estranhamente tranqüila — do comunismo.

Os absurdos do final da Era Ceaușescu foram rejeitados, mas a polícia, a burocracia e muito da estrutura do partido permaneceram intactas. Os nomes das instituições foram alterados — a *Securitate* foi oficialmente extinta —, mas não as suas premissas e práticas: Iliescu nada fez para evitar os distúrbios ocorridos em Tirgu Mures, em 19 de março, quando oito pessoas foram mortas e cerca de trezentas ficaram feridas, em ataques contra a minoria húngara local. Além disso, depois que a Frente de Salvação Nacional conquistou arrasadora maioria nas eleições de maio de 1990 (tendo, previamente, prometido que não as contestaria) e que, em junho, se viu reeleito presidente, Iliescu não hesitou em transportar mineração, em ônibus, até Bucareste, com o intuito de espancar estudantes que realizavam um protesto — 21 manifestantes foram mortos e cerca de 650 ficaram feridos. A Romênia ainda tinha pela frente uma longa estrada.

O estilo “golpe palaciano” da revolução romena ficou ainda mais óbvio ao sul, onde o Comitê Central do Partido Comunista da Bulgária, sem qualquer cerimônia, expulsou do poder Todor Zhivkov, este com a avançada idade de 78 anos. Sendo, entre os líderes do bloco comunista, o que estava no poder havia mais tempo (assumira a chefia do partido em 1954), Zhivkov, numa atitude tipicamente búlgara, procurava seguir de perto o modelo russo; no início dos anos 80, ele instituiu o “Novo Mecanismo Econômico”, a fim de melhorar os níveis de produção, e em março de 1987, seguindo a orientação de Moscou, prometeu acabar com o controle “burocrático” da economia, garantindo ao mundo que a Bulgária estava em condições de ter a sua própria *Perestroika*.

Contudo, à medida que se configurava uma nova situação em Moscou, os seguidos fracassos da economia búlgara e a crescente insegurança do comando comunista levaram Zhivkov a buscar uma fonte alternativa de legitimidade doméstica: o nacionalismo étnico. A significativa minoria turca na Bulgária (cerca de 900 mil indivíduos, numa população de menos de 9 milhões) era um alvo tentador: tal grupo não era apenas etnicamente diverso e praticante de uma religião diferente, mas também herdeiro e símbolo de um tempo de odioso domínio otomano, um tempo que somente agora começava a ser esquecido. Assim como aconteceu na vizinha Iugoslávia, acontecia na Bulgária: a cambaleante autocracia do partido dirigia toda a força do preconceito étnico contra uma vítima doméstica indefesa.

Em 1984 foi anunciado, oficialmente, que os turcos da Bulgária não eram “turcos”, mas búlgaros forçados a se converter, e que agora resgatariam a sua verdadeira identidade. Ritos muçulmanos (por exemplo, a circuncisão) foram proibidos e considerados ilegais; o uso do idioma turco em transmissões, publicações e na educação foi proibido; e, numa medida particularmente agressiva (e bastante ofensiva), todos os cidadãos búlgaros com nomes turcos foram instruídos a adotar nomes “búlgaros”. O resultado foi desastroso. E a resistência turca se fez presente — o que, por seu turno, provocou um certo grau de oposição entre os

intelectuais búlgaros. A comunidade internacional protestou com veemência; a Bulgária foi condenada pela ONU e pelo Tribunal de Justiça Europeu.

Nesse ínterim, os oligarcas comunistas no exterior se distanciaram de Zhivkov. Já em 1989, os comunistas búlgaros estavam mais isolados do que nunca, e um tanto quanto aturdidos com os acontecimentos na vizinha Iugoslávia, onde o partido parecia estar perdendo o controle. A situação chegou a um impasse no verão de 1989, com o êxodo de cerca de trezentos mil búlgaros de origem turca para a Turquia — mais uma calamidade para as relações públicas do regime, além de ser também uma calamidade econômica, pois começou a faltar mão-de-obra no país.³² Quando, em 26 de outubro, a polícia reagiu com violência excessiva contra um pequeno grupo de ambientalistas reunidos num parque em Sófia — prendendo e espancando ativistas do grupo *Ecoglasnost* por terem circulado uma petição —, alguns reformistas liderados pelo ministro das Relações Exteriores, Petar Mladenov, decidiram agir. Em 10 de novembro (não por acaso, no dia seguinte à queda do Muro de Berlim), o infeliz Zhivkov foi destituído.

Seguiram-se os eventos de fácil reconhecimento: libertação de prisioneiros políticos; legalização de partidos políticos; expurgo da Constituição da cláusula relativa ao “papel de liderança” dos comunistas; “mesa-redonda” para planejar eleições livres; mudança do nome do velho partido, agora Partido Socialista da Bulgária; e, no devido tempo, a realização das mencionadas eleições, que — a exemplo da Romênia — foram vencidas com facilidade pelos ex-comunistas (houve queixas generalizadas de fraude eleitoral).

Na Bulgária, a “oposição” política surgira tardiamente, e, tanto quanto na Romênia, consistia que fosse até certo ponto fabricada por facções comunistas dissidentes. Mas as mudanças foram concretas. No mínimo, a Bulgária conseguiu evitar a catástrofe que espreitava a Iugoslávia: em 29 de dezembro, em meio a violentos protestos nacionalistas, muçulmanos e turcos passaram a ter direitos plenos e iguais. Já em 1991, um partido predominantemente turco — o Movimento por Direito e Liberdade — garantiu apoio eleitoral suficiente para ocupar os assentos que sobravam na Assembléia Nacional.

Por que o comunismo ruuiu tão abruptamente em 1989? Não devemos nos deixar iludir pelas sercieas do determinismo retrospectivo, por mais sedutoras que sejam. Mesmo que o comunismo estivesse condenado pelos seus próprios absurdos, pouca gente pôde prever o momento e o modo da queda do regime. É certo que a facilidade com que foi derrubada a ilusão do poder comunista revelou que os regimes eram mais fracos do que se supunha, o que propiciava um novo entendimento da história anterior do comunismo. Contudo, ilusório ou não, o comunismo durou bastante tempo. Por que não durou mais ainda?

Uma das respostas tem a ver com o “efeito domínio”. Depois que líderes comunistas começaram a cair em determinado país, a legitimidade da liderança em outros países ficou fatalmente comprometida. A credibilidade do comunismo dependia, em parte, do argumento de que o regime encarnava uma necessidade, era produto lógico do progresso histórico, fato

³² Oficialmente, os turcos não existiam: “Não há turcos na Bulgária” (Dimitur Stoyanov, ministro do Interior).

da vida política, presença inevitável na paisagem moderna. Depois que tais noções se mostraram inverídicas — na Polónia, por exemplo, onde o Solidariedade reverteu a História —, por que continuar a acreditar, na Hungria ou na Tchecoslováquia? Já vimos que os exemplos de outras nações pesaram, e muito.

No entanto, a característica marcante da queda do comunismo na Europa não foi propriamente o contágio: todas as revoluções assim se espalham, correndo a legitimidade das autoridades constituídas ao oferecer exemplos cumulativos. Foi isso o que ocorreu em 1989, em menor escala, em 1968. A novidade de 1989 foi a rapidez do processo. Ainda em outubro de 1989, Imre Pozsgay, na Hungria, e Egon Krenze, na Alemanha Oriental, acreditavam carinhosamente que seria possível controlar e gerir as suas versões da *Perestroika*. A maioria dos seus adversários concordava e continuava buscando algum acordo. Já em 1980, Alan Michnik escrevera que “uma sociedade híbrida é concebível, e nessa sociedade a organização totalitária do Estado poderá coexistir com as instituições democráticas”; no verão de 1989, tudo indicava que tal expectativa se concretizasse.

Um novo fator foi o papel desempenhado pela mídia. Húngaros, tchecos e alemães, em particular, assistiam às suas respectivas revoluções nos telejornais noturnos. Para a população de Praga, a transmissão de reprises dos eventos de 17 de novembro constituía uma espécie de educação política instantânea, comunicando uma mensagem dupla: “Eles estão impotentes” e “Nós conseguimos”. Como consequência, o maior triunfo do comunismo — o controle monopolístico sobre a informação — se perdeu. O medo de estar isolado — a impossibilidade de saber se outras pessoas compartilhavam um mesmo sentimento — foi para sempre dissipado. Mesmo na Romênia, a ocupação dos estúdios do canal nacional de televisão representou o momento decisivo do levante. Não por acaso, o destino medonho do casal Ceauşescu foi filmado e transmitido em rede nacional. A prática não era inédita, evidentemente. Ao longo do século XX, estações de rádio e agências de correios eram os primeiros alvos das turbas revolucionárias, de Dublin a Barcelona. Mas a televisão é imediata.

A segunda característica marcante das revoluções de 1989 foi a sua natureza pacífica. A Romênia foi a exceção, naturalmente; mas, considerando o caráter do regime de Ceauşescu, isso já deveria ser previsto. A verdadeira surpresa foi que, mesmo em Timisoara e Bucareste, a escala do derramamento de sangue foi bem menor do que se esperava. Em certa medida, tal fato também resultou da cobertura realizada pela TV. Com toda a população — sem falar do resto do mundo — observando cada passo, os regimes comunistas ficaram tolhidos. Ser assim observado constituía em si uma perda de autoridade e restrição, drasticamente, a gama de opções.³³

Por certo, tais considerações não inibiram as autoridades comunistas na China, que atraíram contra centenas de manifestantes pacíficos na praça Tiananmen, em 4 de junho daquele mesmo ano. Nicolau Ceauşescu não teria hesitado em imitar Pequim, se tivesse condições para tal. E já vimos que ao menos Erich Honecker contemplava algo semelhante. Porém, para a maioria dos colegas, isso já não era uma opção. Em algum momento crucial, todos os regi-

ões autoritários agonizantes hesitam entre repressão e concessão. No caso dos comunistas, a confiança na capacidade de governar se evaporava com tamanha rapidez que as chances de se apoiar ao poder exclusivamente por meio da força começavam a escassear — e as vantagens de fazê-lo ficavam cada vez menos óbvias. Na “conta” do auto-interesse, para a maioria dos burocratas do partido, o saldo relativo às vantagens se aproximava do negativo — era preferível nadar a favor da corrente a ser arrastado pelo vagalhão das mudanças.

A “conta” talvez fosse diferente se as multidões agissem com fúria ou os líderes decidissem se vingar da velha ordem. Mas, por diversos motivos — inclusive o próprio exemplo da praça Tiananmen, cujos eventos ocorreram e foram exibidos pela televisão exatamente no dia das eleições polonesas —, homens e mulheres de 1989 faziam questão de evitar a violência. Com décadas de truculência lhes pesando, e todas as armas e munições do seu lado, os regimes comunistas tinham, na prática, ensinado aos cidadãos o erro e a imprudência que era recorrer à força. E com a polícia distribuindo cacetadas em Berlim e Praga até os momentos finais do velho regime, os eslovacos não eram os únicos a integrar o “Povo Contra a Violência”.

O desagrado para com a violência era o único ponto que muitos revolucionários de 1989 tinham em comum. Tratava-se de um grupo extremamente heterogêneo, mesmo para os padrões da maioria dos levantes anteriores. A composição variava de local para local, mas, tipicamente, o “povo” incluía uma mescla de comunistas reformadores, socialdemocratas, intelectuais liberais, economistas favoráveis ao livre-mercado, ativistas católicos, sindicalistas, pacifistas, alguns trotskistas obstinados e outros mais. Essa diversidade era, em si mesma, parte da força dos revolucionários, pois constituía, precisamente, o conjunto informal de organizações civis e políticas que costuma hostilizar o Estado unipartidário.

Ao menos uma fissura significativa — a que separava os democratas liberais dos nacionalistas populistas — já podia ser detectada, distinguindo, por exemplo, Mazowiecki de Walesa, ou os Democratas Livres húngaros (de tendência esquerdista e liderados por János Kis e outros intelectuais dissidentes) dos nacionalistas da velha guarda pertencentes ao Fórum Democrático. As multidões de 1989 foram também (como já vimos) caracterizadas por um marcante conflito de gerações. Muitos dos líderes mais experientes da oposição intelectual tinham uma história em comum com os críticos do próprio regime dentro do partido. Para os estudantes e outros jovens, portanto, tais indivíduos pareciam ter sido moldados na mesma forma: pertenciam a um passado que não podia e não deveria ser revivido. À imagem do seu líder Viktor Orbán, então com 26 anos, o *Fidesz*, na Hungria, era um partido político originalmente destinado a pessoas com menos de 30 anos.³⁴

As lembranças e as ilusões da “geração de Dubček” não foram compartilhadas pela geração seguinte, que demonstrava pouco interesse em relembrar 1968 ou em preservar os aspectos “positivos” da RDA. A nova geração mostrava-se menos preocupada em envolver os governantes em debates, ou em oferecer alternativas radicais à sua gestão, do que em escapar da opressão. Isso contribuiu para o aspecto carnavalesco de 1989, registrado por alguns observadores na Polónia e na Tchecoslováquia; também contribuiu para a falta de interesse em retaliações violentas. O comunismo agora já não era um obstáculo e sim uma irrelevância.

³⁴ Um “aceno” para o único “monumento” dos anos 60 que sobrevivera: a estátua de que a juventude é uma condição essencialmente superior — segundo as palavras de Jerry Rubin: “Não confie em ninguém com mais de 30 anos”.

³³ Essas considerações nem sempre se aplicavam em comunidades rurais remotas e pequenas cidades do interior, onde, até os últimos momentos, a polícia continuou a agir sem qualquer constrangimento decorrente da presença das câmeras de televisão ou da desaprovção popular.

A melhor ilustração desse fato é a linguagem em que os objetivos de 1989 costumavam ser expressos. O tema "Voltar a fazer parte da Europa" não era novo. Muito antes do comunismo, a metade oriental do continente era a parte da Europa que ansiava por reconhecimento; já a Europa Ocidental era aquela que demonstrava "autoconhecimento" e junto à qual se buscava a tão esperada chance.³⁵ Com o advento do bloco soviético, o sentimento de que o leste da Europa fora separado das suas raízes tornara-se tema constante da dissidência intelectual e da oposição.

Mas o lamento pela perda da identidade europeia tinha adquirido um significado especial para os europeus orientais nos últimos anos, com o surgimento de algo novo no Ocidente: uma entidade institucional — uma Comunidade Europeia, uma União Europeia — construída em torno de valores declaradamente "europeus", com os quais os europeus do leste se identificavam prontamente: direitos individuais, deveres cívicos, liberdade de expressão e movimento. O debate sobre a "Europa" se tornou menos abstrato e, por conseguinte, mais interessante para os jovens. Não mais constituindo um lamento pela cultura perdida da velha Praga ou Budapeste, o tópico agora representava um conjunto de metas políticas concretas e alcançáveis. O antônimo de comunismo não era "capitalismo", mas "Europa".

Isso era mais do que uma questão de retórica. Embora apontassem (de modo convincente e até com convicção) as depredações da abstração chamada "capitalismo", as velhas facções comunistas nada tinham a oferecer em substituição à "Europa" — porque o conceito não representava uma alternativa ideológica, mas, tão-somente, a norma política. Por vezes, a noção aparecia matizada como "economia de mercado", outras vezes, como "sociedade civil", mas, em ambos os casos, "Europa" significava — pura e simplesmente — normalidade e o estilo moderno de viver. O comunismo já não era o futuro — argumento que durante seis décadas servira de trunfo para o regime —, mas o passado.

É óbvio que houve variações. Nacionalistas e até alguns conservadores políticos e religiosos — muitos dos quais ativos e influentes em 1989 — mostravam-se menos propensos a pensar na Europa do que na "Polónia", ou na "Hungria". E alguns talvez não se interessassem tanto por liberdade ou direitos individuais. As prioridades imediatas do povo também variavam: para tomarmos um exemplo incontestado: a idéia de voltar a fazer parte da Europa era mais importante para mobilizar o sentimento popular na Tchecoslováquia do que na Romênia, onde destituir um ditador e pôr comida na mesa eram prioridades. E embora alguns líderes de 1989 pretendessem, desde o início, desenvolver uma economia de mercado (ao formar o seu primeiro governo, em setembro de 1989, Tadeusz Mazowiecki declarou, memoravelmente: "Procuo o meu Ludwig Erhard!"), outros — sobretudo Havel — preferiam se concentrar nos alicerces cívicos da democracia.

A relevância dessas sutilezas só transpareceria mais tarde. Convém aqui, no entanto, oferecer um comentário sobre a posição dos *Estados Unidos* nesse relato. Os europeus orientais, principalmente os residentes de Berlim Oriental, tinham plena ciência do papel dos EUA na

contenção da URSS. Também conheciam as nuances que distinguiam os políticos da Europa Ocidental — que, em sua maioria, não se incomodavam com o comunismo, desde que por ele fossem deixados em paz — de políticos norte-americanos como Ronald Reagan, que definiam o comunismo como o "Império do Mal". O Solidariedade era, em grande parte, financiado pelos EUA, e foram os EUA que ofereceram o estímulo oficial mais constante aos manifestantes em Berlim e outros locais — depois que ficou evidente que estes haveriam de vencer.

Mas é errôneo concluir (como, às vezes, se faz) que os povos subjugados da Europa Oriental desejassem se tornar... norte-americanos; muito menos que foi o incentivo ou o apoio dos EUA que precipitou ou facilitou a libertação desses povos.³⁶ Os EUA desempenharam um papel notavelmente diminuto nos dramas de 1989, ao menos até que os fatos já estivessem consumados. E o próprio modelo social norte-americano — o "livre-mercado" — apenas esporadicamente era postulado pelas multidões e seus porta-vozes como objeto de admiração e imitação. Para a maioria das pessoas que tinham vivido sob o comunismo, libertação não implicava, em absoluto, qualquer anseio por concorrência econômica desenfreada, muito menos pela perda de serviços sociais gratuitos, de garantia de emprego, de aluguéis baixos ou de qualquer outro benefício propiciado pelo regime. Afinal, na imaginação dos europeus orientais, um dos atrativos da "Europa" era a perspectiva de prosperidade e segurança, liberdade e proteção. A situação ideal era um socialismo com liberdade.

Esses sonhos europeus foram arautos de futuras decepções. Mas pouca gente percebeu isso naquele momento. No mercado de modelos alternativos, o estilo de vida norte-americano ainda era valorizado por uma minoria, e os EUA, a despeito de todo o poder global, estavam muito distantes. A outra superpotência, entretanto, estava diante da porta. Os Estados-satélites do Leste Europeu eram todos colônias do império comunista sediado em Moscou. Portanto, em relação às mudanças ocorridas em 1989, as forças políticas e sociais locais — fossem elas formadas por organizações católicas eslovacas, bandas de *rock* polonesas ou livres-pensadores de qualquer outro país da região — desempenharam um papel limitado. No extremo, era sempre Moscou que cantava as pedras.

Na seqüência inebriante da libertação, muitos europeus orientais menosprezaram a importância de Moscou, para melhor ressaltar a conquista da liberdade. Em janeiro de 1992, József Antall, do Fórum Democrático, agora primeiro-ministro da Hungria, falando a uma platéia húngara, queixou-se de que o Ocidente não reconhecia o papel heróico da Europa Central na queda do comunismo: "Esse amor unilateral precisa acabar, pois nós agüentamos firme, lutamos sem fazer um disparo e vencemos para eles a Terceira Guerra Mundial". O relato pungente de Antall, por mais que agradasse aos ouvintes, ignorava a grande verdade de 1989: se as multidões, os intelectuais e os líderes sindicais do Leste Europeu "venceram a Terceira Guerra Mundial", foi porque, simplesmente, Mikhail Gorbatchev permitiu que isso acontecesse.

³⁵ Essa linha de raciocínio foi desenvolvida por Voltaire, entre outros, e está belamente explicada por Larry Wolff no livro *Inventing Eastern Europe* (Inventando o Leste Europeu) (Stanford, 1994).

³⁶ A primeira resposta à declaração da lei marcial na Polónia foi nitidamente noma — até mesmo por parte de Reagan. Somente depois que surgiram, publicamente, críticas veementes (expressas por Henry Kissinger, entre outros) Washington adotou a atitude linha-dura pela qual ficou conhecida.

Em 6 de julho de 1989, Gorbatchev discursou diante do Conselho da Europa, em Estrasburgo, e informou aos ouvintes que a União Soviética não impediria as reformas na Europa Oriental: a questão “dependia inteiramente do povo”. Durante um encontro de líderes do bloco oriental, realizado em Bucareste em 7 de julho de 1989, o líder soviético afirmou o direito de todo Estado socialista seguir a própria trajetória, sem interferência externa. Cinco meses mais tarde, num camarote do SS *Maksim Gorki*, nas costas de Malta, Gorbatchev garantiu ao presidente Bush que não usaria força para manter os regimes comunistas no poder na Europa Oriental. A posição do líder soviético nada tinha de ambígua. Gorbatchev, conforme Michnik observara em 1988, era “prisioneiro do sucesso de sua política externa”. Depois que a metrópole imperial admitira publicamente que não tinha como manter a periferia colonial — e fora universalmente aclamada por tê-lo dito —, as colônias se perderam, e com elas se foram também os colaboradores do império. Bastava determinar o modo e a direção em que tomariam.

Os próprios colaboradores, sem dúvida, compreendiam o que estava acontecendo: entre julho de 1988 e julho de 1989, Károly Grósz e Miklós Németh, principais reformadores do partido húngaro, fizeram quatro visitas a Moscou, com o intuito de se encontrarem com Mikhail Gorbatchev. O companheiro Rezső Nyers também conversou com Gorbatchev, em Bucareste, em 7 de julho de 1989, no dia seguinte à morte de Kádár, ocasião em que já era evidente que a causa fora perdida. Gorbatchev nada fez, diretamente, para precipitar ou mitigar as revoluções de 1989; ele apenas saiu do caminho. Em 1849, a intervenção da Rússia selara o destino da revolução húngara (e de outras); em 1898, a abstenção da Rússia contribuiu para o sucesso dos levantes.

Gorbatchev fez mais do que abrir mão das colônias. Ao indicar que não interviria, ele solapou a única fonte genuína de legitimidade política disponível aos líderes dos Estados satélites: a promessa (ou ameaça) de intervenção militar por parte de Moscou. Sem essa ameaça, os regimes locais ficavam politicamente despidos. Talvez, em termos econômicos, os regimes resistissem mais alguns anos, mas também na esfera econômica a lógica do recuo soviético foi implacável; depois que Moscou passou a fixar os preços de suas exportações para os países do Comecon segundo os valores correntes no mercado internacional (o que ocorreu em 1990), os referidos países, que muito dependiam de subsídios soviéticos, teriam quebrado de qualquer jeito.

Conforme sugere este último exemplo, Gorbatchev permitiu a queda do comunismo na Europa Oriental para salvar a Rússia — assim como Stalin criara os regimes-satélites não para o bem dos vizinhos, e sim para garantir a segurança das suas fronteiras ocidentais. Mas Gorbatchev cometeu um grave erro tático: dois anos depois, as lições do Leste Europeu seriam utilizadas contra o próprio libertador da região, dentro do seu território natal. Mas, estrategicamente, o feito de Gorbatchev foi tão grandioso quanto inusitado. Nenhum outro império territorial registrado pela História abandonou seus domínios de maneira tão súbita, com tamanha elegância e tão pouco derramamento de sangue. A Gorbatchev, diretamente, não pode ser atribuído o crédito pelo que ocorreu em 1989 — ele não planejou os eventos, e apenas vagamente entendia a importância dos fatos a longo prazo. Mas ele permitiu e precipitou os acontecimentos. Foi a revolução de Gorbatchev.

QUARTA PARTE

Depois da Queda: 1989-2005